



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Luiz Felipe Liebermann Merino

Florestan Fernandes: a defesa da Escola Pública na Imprensa Periódica

Rio de Janeiro

2021

Luiz Felipe Liebermann Merino

Florestan Fernandes: a defesa da Escola Pública na Imprensa Periódica

Dissertação apresentada como requisito para conclusão no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Paula Leonardi

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M562 Merino, Luiz Felipe Liebermann.
Florestan Fernandes: a defesa da Escola Pública na Imprensa Periódica / Luiz Felipe Liebermann Merino. – 2021.
139 f.

Orientadora: Paula Leonardi
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação e Estado – Teses. 2. Fernandes, Florestan, 1920-1995 – Teses.
3. Periódicos brasileiros – Teses. I. Leonardi, Paula. II. Universidade do Estado
do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 37(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luiz Felipe Liebermann Merino

Florestan Fernandes: a defesa da Escola Pública na Imprensa Periódica

Dissertação apresentada como requisito para conclusão no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Paula Leonardi (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof. Dr. Leonardo Leônidas de Brito
Colégio Pedro II

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Às trabalhadoras e aos trabalhadores da educação básica, que resistem diariamente às forças conservadoras que assolam nosso país. Seguimos na trincheira e na construção de um país melhor através da educação.

À todas e todos que perderam a vida por conta da pandemia da Covid-19. Basta de Genocídio.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Alberto Carlos e Margareth, por todo apoio, carinho e motivação desde o dia em que vim a esse mundo até o dia de hoje. Amo vocês.

Aos meus avós Agostinho e Verônica pelo suporte e apoio na minha educação e desenvolvimento. Sem a ajuda de vocês, nada disso seria possível.

À minha avó Lenira, por todas as andanças e experiências na cidade do Rio de Janeiro. Por meio de nossas saídas, comecei a perceber as contradições presentes na nossa cidade.

À minha companheira Nathalia. Parte presente e fundamental desde o início na caminhada no mestrado. Trilhar os caminhos desse mundo ao seu lado é muito melhor e me dá muita força para seguir na luta.

Aos meus tios e primos, tanto da família paterna quanto da família materna, por cada preocupação, conversa e diálogo. Tudo isso foi uma motivação na hora de escrever esse trabalho.

Ao Colégio Pedro II, minha instituição base, local em que passei os melhores momentos da minha infância e adolescência.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição centenária em que tive a honra de ser aluno e me formar como Sociólogo.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), parte fundamental na resistência pela educação pública, gratuita, laica, de qualidade e comprometida com as causas sociais. A UERJ será sempre resistência. Gratidão por ter sido aluno desta instituição.

A minha orientadora, Paula Leonardi, por ter aceitado orientar meu trabalho e ter sido uma importante parceira ao longo da escrita e da construção.

Aos meus companheiros de magistério, em especial Phelipe, Otávio e João Alberto. De nossa amizade, nasceram laços que levarei por toda minha trajetória. Aproveito para homenagear minha afilhada Maria Antônia, filha dos meus amigos João Alberto e Julia.

Aos meus amigos de infância Leonardo, Guilherme e Vitor pela presença em múltiplos espaços da minha trajetória. A dissertação também foi construída com as conversas e diálogos com vocês.

Aos meus companheiros de militância da Comuna, tendência interna do PSOL, em especial a regional do Rio de Janeiro. Essa dissertação também é parte de nossa luta por uma sociedade mais justa, fraterna e igual.

RESUMO

MERINO, L. F. L. *Florestan Fernandes: a defesa da Escola Pública na Imprensa Periódica*. 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Inserida no campo da História da Educação, esta pesquisa discute o momento denominado Campanha em Defesa da Escola Pública, que aconteceu no início dos anos 60 e que teve como finalidade a defesa de valores como o caráter público, gratuito, laico e democrático da educação no Brasil. Florestan Fernandes destacou-se neste processo tornando-se conhecido como um dos principais porta-vozes da Campanha. O objetivo deste trabalho é analisar sua atuação no movimento por meio de publicações na Imprensa Periódica afim de compreender sua posição e vislumbrar as tensões, disputas e conflitos deste momento. A análise da atuação de Florestan por meio de periódicos, no período da Campanha, tem como finalidade mostrar que, além de professor e articulista, ele também se constituiu enquanto um porta voz deste momento, cumprindo a importante tarefa de representar os defensores da mobilização diante da sociedade civil. Desta maneira, a pesquisa também constrói a caracterização de Florestan Fernandes enquanto um intelectual orgânico, a partir da concepção do filósofo italiano Antônio Gramsci. As fontes provêm de dois periódicos, o Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo. Além das publicações pelo próprio Florestan, são as análises de outras notícias e artigos sobre ele que também o caracterizam como um dos porta-vozes do debate, indicando a extensão de seu alcance. Por fim, a análise aqui realizada pretende se somar a uma série de trabalhos sobre Florestan Fernandes, contribuindo com a atualização dos mapeamentos existentes sobre ele dentro da Imprensa Periódica e apresentando outros olhares e reflexões acerca do período.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Campanha em Defesa da Escola Pública. Imprensa Periódica.

ABSTRACT

MERINO, L. F. L. *Florestan Fernandes: the defense of the Public School in the Periodic Press*. 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Inserted in the field of the History of Education, this research discusses the moment called Campaign in Defense of the Public School, which took place in the early 60's and aimed at the defense of values such as the public, free, secular and democratic character of education in Brazil. Florestan Fernandes stood out in this process becoming known as one of the main spokesmen of the Campaign. The objective of this work is to analyze its action in the movement through publications in the Periodical Press in order to understand its position and glimpse the tensions, disputes and conflicts of this moment. The analysis of Florestan's work through journals, in the period of the Campaign, aims to show that, in addition to teaching and writing, he also constituted as a spokesman at that time, fulfilling the important task of representing the advocates of the mobilization before civil society. In this way, the research also builds the characterization of Florestan Fernandes as an organic intellectual, from the conception of the Italian philosopher Antônio Gramsci. The sources come from two periodicals, *O Estado de São Paulo* and *Folha de São Paulo*. Besides the publications by Florestan himself, it is the analyses of other news and articles about him that also characterize him as one of the spokesmen of the debate, indicating the extent of its reach. Finally, the analysis carried out here intends to add to a series of works on Florestan Fernandes, contributing to the updating of the existing maps about him within the Periodic Press and presenting other other views and reflections about the period.

Keywords: Florestan Fernandes. Campaign in Defense of the Public School. Periodic Press.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Artigo <i>O Brasil e seus contrastes</i>	55
Figura 2 - Artigo <i>Devemos desarmar as crianças?</i>	59
Figura 3 - Artigo <i>O Destino das Universidades</i>	60
Figura 4 - Artigo <i>Educação e Democracia</i>	62
Figura 5 - Artigo <i>A ideologia dos educadores</i>	64
Figura 6 - Artigo <i>Os Escritores e a Escola</i>	66
Figura 7 - Artigo <i>A posição dos escritores</i>	66
Figura 8 - Artigo <i>Realismo científico</i>	70
Figura 9 - Artigo <i>Resenha bibliográfica: "A reforma universitária e a Faculdade de Filosofia" de Valnir Chagas</i>	72
Figura 10 - Artigo <i>Resistências à mudança social</i>	73
Figura 11 - Artigo <i>Mais uma vez convocados: Manifesto ao Povo e ao Governo</i>	76
Figura 12 - Artigo <i>Objetivos da campanha em defesa da Escola pública</i>	78
Figura 13 - Artigos <i>Em Defesa da Escola Pública I, Em Defesa da Escola Pública II e Em Defesa da Escola Pública III</i>	80
Figura 14 - Artigo <i>O trabalhador e o projeto de Diretrizes e Bases</i>	83
Figura 15 - Artigo <i>Um Livro de Contos</i>	88
Figura 16 - Artigo <i>Por cauda dos direitos autorais</i>	88
Figura 17 - Reportagem <i>Iniciou-se ontem o Simpósio sobre os Problemas Educacionais Brasileiros</i>	91
Figura 18 - Reportagem <i>Atos do presidente</i>	96
Figura 19 - Reportagem <i>Obsoleta a escola brasileira em relação as funções que normalmente deve desempenhar</i>	97
Figura 20 - Reportagem <i>Tarde de Autógrafos</i>	98
Figura 21 - Artigo <i>O Negro na tradição oral: reação do elemento negro sobre os folclores ibérico e ameríndio</i>	101
Figura 22 - Reportagem <i>Ponto em comum na Convenção em defesa da Escola Pública</i>	105
Figura 23 - Reportagem <i>Missão em Brasília</i>	112
Figura 24 - Reportagem <i>Grupo de Trabalho dirigirá a luta pelo ensino livre</i>	112
Figura 25 - Reportagem <i>Primeira Conferência: Iniciou-se outra convenção em prol da escola pública</i>	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Artigos de Florestan Fernandes no <i>Estadão</i> entre 1958 e 1961	44
Quadro 2 -	Textos que fazem referência ou citam Florestan Fernandes no <i>Estadão</i> entre 1958 e 1961	46
Quadro 3 -	Textos que fazem referência ou citam Florestan Fernandes na <i>Folha</i> entre 1958 e 1961	48
Quadro 4 -	Participação de Florestan Fernandes em atividades ligadas ao movimento da Campanha em Defesa da Escola Pública.....	51
Quadro 5 -	Artigos escritos por Florestan Fernandes que relacionam os dilemas sociais no Brasil com o drama da Escola Pública	54
Quadro 6 -	Artigos analíticos sobre o desenvolvimento da Campanha escritos por Florestan Fernandes no jornal <i>O Estado de São Paulo</i>	76
Quadro 7 -	Citações ao nome de Florestan Fernandes no periódico <i>Folha de São Paulo</i> entre 1958 e 1961	89
Quadro 8 -	Presença de Florestan Fernandes em reportagens que estavam divulgando o movimento em defesa da Escola Pública	91
Quadro 9 -	Classificação das citações ao nome de Florestan Fernandes em <i>O Estado de São Paulo</i>	103
Quadro 10 -	Seleção de Reportagens em que Florestan Fernandes teve destaque enquanto intelectual do movimento em defesa da Escola Pública.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A CAMAPANHA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E A CARACTERIZAÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES ENQUANTO INTELECTUAL ATUANTE NO MOVIMENTO.....	17
1.1 Olhares sobre a trajetória e o pensamento de Florestan Fernandes	20
1.2 Florestan intelectual orgânico: representante dos defensores da Escola Pública.....	31
1.3 Florestan Fernandes e a Imprensa Periódica.....	39
2 O ESPAÇO DE FLORESTAN FERNANDES NO PERIÓDICO <i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i> ACERCA DA ESCOLA PÚBLICA.....	49
2.1 A análise de Florestan Fernandes sobre dilemas sociais no Brasil e a relação com o drama da Escola Pública	52
2.2 A visão de Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento da campanha em defesa da Escola Pública através da Imprensa Periódica.....	75
3 O ESPAÇO DE FLORESTAN FERNANDES COMO REFERÊNCIA INTELECTUAL NA IMPRENSA PERIÓDICA NOS JORNAIS <i>FOLHA DE SÃO PAULO</i> E <i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i>	86
3.1 A presença de Florestan Fernandes em publicações do periódico <i>Folha de São Paulo</i>	87
3.2 A presença de Florestan Fernandes em publicações do periódico <i>O Estado de São Paulo</i>	99
3.3 Dilemas de um intelectual na luta por um Estado Democrático e de uma educação para as massas	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS	133

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo discutir a atuação de Florestan Fernandes na Imprensa Periódica no momento denominado Campanha em Defesa da Escola Pública, que aconteceu entre os anos de 1959 e 1961, no Brasil, principalmente no estado de São Paulo. Os estudos no campo da História da Educação mostram que, a partir dos anos 1930, há inúmeros movimentos em defesa da Escola Pública estatal. Do golpe de 1930 até o golpe de 1964, a sociedade brasileira vivenciou uma série de transformações que objetivavam sua modernização. Essas mudanças estão inseridas em um cenário de consolidação dos direitos sociais, conquistados no período da ditadura do Estado Novo Vargasista (CARVALHO, 2002). Um ponto de destaque, a partir desta articulação impulsionada pelo golpe de 1930, é a mobilização dos educadores em criticar e repudiar a presença de setores conservadores da Igreja Católica no que diz respeito ao debate de formulação de políticas públicas educacionais (SANFELICE, 2007).

A pesquisa teve início em minha pesquisa de Iniciação Científica realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como bolsista do Núcleo de Estudos Comparados e Pensamento Social, ocasião em que me encontrei pela primeira vez com a atuação militante e intelectual de Florestan Fernandes através da Imprensa Periódica. Neste momento inicial, pude analisar os primeiros textos que ele escreveu, enquanto correspondente da *Folha da Manhã*, inserindo estes na discussão sociológica envolvendo Florestan e Guerreiro Ramos em meados dos anos 40 e início dos anos 50. Posteriormente, o trabalho caminhou para um levantamento geral de citações ao nome de Florestan Fernandes no período de 1942 até 1964, visando construir um mapa geral do intelectual nos principais periódicos da época. Para este momento do trabalho, os dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foram fundamentais para o término do levantamento, que teve parte publicada em um trabalho apresentado na Jornada de Iniciação Científica da UFRJ, com o qual obtive a premiação de Menção Honrosa.

Por fim, o projeto de mestrado que submeti à seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) foi uma continuidade desta pesquisa, por meio do recorte do tema da Campanha em Defesa da Escola Pública, pois, em análises superficiais e iniciais, pude perceber que foi um momento em que Florestan foi citado de forma significativa nos principais periódicos da época, *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*, e que essas citações, além de serem relacionadas à presença dele nas atividades e eventos do movimento, também eram referentes a artigos que ele assinou, grande parte envolvendo o tema da Escola Pública. Em seguida, através do levantamento bibliográfico apresentado no primeiro capítulo da dissertação,

foi possível perceber que somente um trabalho analisou de forma densa os artigos que Florestan assinou e que nenhum mapeou e analisou as outras citações em reportagens, notícias, informes ao nome de Florestan e que estavam diretamente relacionadas à defesa da Escola Pública.

Florestan Fernandes iniciou a sua trajetória enquanto militante em defesa daqueles inseridos nas camadas periféricas, nos anos 40, atuando pelo Partido Socialista Revolucionário. A partir desse início de militância, a discussão sobre a educação pública passou a ter importante centralidade após os anos 50, principalmente com o trabalho enviado a Anísio Teixeira, com o título *Sugestões para o desenvolvimento das Ciências Humanas*. Com esse texto enviado, Florestan Fernandes iniciou uma série de trabalhos e debates a respeito das condições de ensino no estado de São Paulo, participando de comissões internas na Universidade de São Paulo (USP), produzindo relatórios apontando problemas para lideranças do poder executivo do estado.

A Campanha em Defesa da Escola Pública se deu anos depois dos acontecimentos citados e representou, na trajetória de Fernandes, o momento em que a sua condição de militante ganhou projeção nacional. Segundo Savianni (1996), Florestan Fernandes foi considerado, pelo jornalista e professor Roque Spencer de Barros, um dos idealizadores da primeira crítica ao substitutivo de Lacerda e do movimento da Campanha, como sendo parte do conjunto central de intelectuais que representaram os interesses em defesa da Escola Pública.

Ao longo do trabalho, será analisada como a atuação de Florestan Fernandes na Campanha em Defesa da Escola Pública está diretamente relacionada com a sua trajetória de vida, principalmente pelo fato de ter nascido em uma família proletária e ter iniciado cedo a sua inserção na sociedade de classes.

Florestan nasceu em 22 de julho de 1920, na cidade de São Paulo. Aos seis anos de idade, começou a trabalhar para conseguir auxiliar nas despesas de casa, pois era filho de mãe solteira, não alfabetizada e com um pai desconhecido. Percorreu uma série de profissões, tais como: auxiliar de barbearia, engraxate, auxiliar de fábrica de colchões e entregador de livros. Entretanto, foi quando ingressou no “Bar Bidu”, enquanto auxiliar, que a sua trajetória começou a se transformar. Esse local era frequentado por intelectuais de São Paulo, que perceberam talento no jovem Florestan e incentivaram o seu retorno aos bancos escolares para concluir seus estudos secundários. Aos 17 anos, Florestan ingressou no Curso Madureza, iniciando de fato o seu processo de letramento e alfabetização e em 1941, com 21 anos, concluiu os seus estudos, ingressando imediatamente no Curso de Ciências Sociais na USP.

Ao ingressar no curso de Ciências Sociais, Florestan começou a desenvolver o seu percurso dentro da academia conciliando os estudos com a sua atuação profissional, sendo

representante da empresa “Novaterapia” e, após sair desta, foi transferido para outras empresas do ramo de farmácia e laboratório, permanecendo nelas até a sua conclusão no curso, em 1944.

Após o encerramento do curso, Florestan recebeu propostas importantes para ocupar a posição de professor assistente na USP, tendo, em um primeiro momento, aceitado o convite de Fernando de Azevedo para ocupar a assistência da cadeira de Sociologia II. Nos anos de 1945 e 1946, obteve o título de Pós-graduado em Sociologia e Antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo. Em 1947, obteve o diploma de Mestre em Antropologia, também na ELSP, com o trabalho *A Organização Social dos Tupinambás*, e em 1951, lhe foi conferido o título de Doutor na USP, em Sociologia, com o trabalho *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. Após esta última titulação, Florestan se tornou Livre-Docente com a tese *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista da Sociologia*.

Com o retorno dos professores estrangeiros para os países de origem, após o processo de fundação e formação da primeira geração de formados da USP, as cadeiras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) sofreram uma importante reformulação e, por conta disso, Florestan assumiu a cadeira de Sociologia I, até então ocupada pelo professor Roger Bastide, em 1954, ficando nesta posição até o ano de 1969, ano em que foi aposentado compulsoriamente, seguida da reformulação universitária, com o final do regime de cátedras. Neste intervalo, Florestan obteve, após 10 anos, a definitiva titularidade da cadeira com o trabalho *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*.

A história de vida de Florestan Fernandes cruza-se em diversos momentos com a busca em transformar a realidade. Antônio Cândido, crítico literário, professor da USP, contemporâneo e amigo de Florestan Fernandes, pontuou em algumas entrevistas que a Sociologia de Florestan Fernandes foi marcada pela fusão de duas personalidades que, em muitas das vezes, são vistas de formas isoladas, mas que, em sua opinião, devem estar relacionadas, que é a de cientista e de militante. A atuação na Campanha representou uma fase em que Florestan conseguiu dar voz ou, talvez, sentido à sua atuação na academia, vinculando-a à sua trajetória de vida, ligada aos anseios das camadas populares e usar a formação sociológica e a construção ideológica enquanto socialista para interpretar e entender o que chamou de “dilemas” presentes na educação brasileira.

A compreensão da Escola Pública, então, passa a ser vista como instrumento capaz de entender e interpretar os elementos formadores da sociedade brasileira. Dessa maneira, Florestan Fernandes e uma série de intelectuais, que serão descritos e caracterizados ao longo do trabalho, perceberam a necessidade de se mobilizar contrários ao projeto substitutivo de lei

apresentado por Carlos Lacerda, então Deputado Federal do Distrito Federal pela União Democrática Nacional (UDN).

Esse projeto de Lacerda era um substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e causou imediata polêmica em setores liberais, progressistas e socialistas da sociedade brasileira, uma vez que incorporava em forma de lei os interesses dos estabelecimentos particulares de ensino na formulação das políticas educacionais para o Brasil. Todo esse descontentamento era relacionado ao fato do projeto apresentar o discurso da “liberdade de ensino”, usado por Lacerda e por setores da Igreja Católica ligados às escolas confessionais e setores empresariais para garantir o financiamento público para o custeio da educação particular.

O debate a respeito da formulação de uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação não iniciou na virada dos anos 50 para os anos 60. Essa discussão apareceu pela primeira vez como elemento legislativo, após a constituição elaborada no pós-Estado Novo entrar em vigor, em 1946. No que se refere aos debates e discussões intelectuais, essa discussão se fazia presente desde os anos 30, com a chamada “geração dos pioneiros”, intelectuais e professores, que fundaram o movimento da Escola Nova, cujo objetivo era garantir a democratização do ensino dentro do Estado democrático de direitos. O grande documento dessa geração foi o *Manifesto dos Pioneiros pela Escola Nova*, publicado em 1932, que destacava a necessidade de uma reforma educacional, garantindo a manutenção do caráter público para a educação.

O manifesto, na época, garantiu significativos avanços, servindo como contribuição para o ponto de educação na Constituição de 1934. Entretanto, com a consolidação do Estado Novo e as mudanças provocadas pela Constituição de 1937, tais melhorias não foram perceptíveis na prática, deixando, assim, uma série de acúmulos e pontos a serem postos em exercício na Constituição de 1946.

Em seu texto original, o documento de Diretrizes e Bases previa a necessidade de a União legislar a respeito do funcionamento da educação no país, de forma a delimitar como se daria a atuação do Estado na educação nacional e o desenvolvimento na prática da condição cidadã para crianças e adolescentes.

Após dois anos, em 1948, o projeto entra em tramitação através da comissão formada pelo então Ministro da Educação, Clemente Mariani, e o debate passou a ser feito visando pensar como seria desenvolvida a educação nos diferentes níveis federal, estadual e municipal, servindo como um elemento norteador para a educação no Brasil. Na prática, o projeto, ao mesmo tempo que apresentou a preocupação do Estado em pensar a educação, não conseguiu

chegar a um conjunto de consensos, o que acabou colocando o projeto em arquivo por quase dez anos, sendo “tirado da gaveta” através do Substitutivo de Lacerda.

Contudo, no momento em que Lacerda reavivou o documento, ele não trouxe a preocupação em garantir uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Pelo contrário, o documento defendia que a educação deveria ser vista de forma comercial, mercadológica, e que o Estado seria elemento de fomento, garantindo igualdade de condições entre as escolas públicas e privadas através da distribuição de renda para ambas. A motivação associada à questão da liberdade, defendida por Carlos Lacerda, tinha sua origem no argumento das escolas confessionais ligadas ao clero católico, que era o de garantir às famílias a liberdade de escolher em qual local os seus filhos iriam estudar e que o Estado seria o elemento que garantiria igualdade de condições para essa escolha.

Dessa forma, a Campanha surge para enfrentar a ameaça que a educação estava vivenciando no Brasil. Florestan Fernandes, então, destacou em seus discursos ao longo da mobilização que, no Brasil, a Igreja Católica possuía forte interesse em administrar as políticas educacionais e que o substitutivo de Lacerda estaria com a tarefa objetiva de garantir a aprovação institucional deste feito. É com esse sentimento que Florestan, em 1959, passa a fazer parte do movimento em defesa da escola pública, participando de uma série de eventos, conferências, palestras, encontros e reuniões, visando garantir a não aprovação de uma Lei de Diretrizes e Bases nos moldes de Lacerda.

Ao longo do trabalho, é apresentado um estudo a respeito do movimento em defesa da Escola Pública e da participação de Florestan Fernandes como membro e intelectual participante. Nos últimos 30 anos, uma série de trabalhos foram publicados relacionando o tema com a trajetória do intelectual. Entretanto, pouco se discute a respeito de como as ideias de Florestan foram transmitidas para a sociedade que não estava dentro das universidades e dos espaços intelectuais e como foi essa recepção, pois muito se discute a respeito da relevante adesão que teve o movimento ao longo de seus dois anos de duração.

Para cumprir essa tarefa, o trabalho toma como fonte a Imprensa Periódica da época, em especial os dois principais jornais de circulação no estado de São Paulo, local em que foi o grande comitê de mobilização da Campanha. Através de publicações na *Folha de São Paulo* e no *O Estado de São Paulo*, essa dissertação expõe tanto a formação e o desenvolvimento da Campanha quanto, principalmente, a presença e a atuação de Florestan nesse espaço.

A hipótese deste trabalho é que Florestan Fernandes desenvolveu-se enquanto intelectual de um movimento extremamente plural, diverso, mas que era aglutinado por um objetivo em comum: a defesa irrestrita da Escola Pública. Complementando a questão, a

pesquisa apresenta uma segunda hipótese, de que a atuação enquanto intelectual na Imprensa Periódica foi fundamental para a circulação das ideias, princípios e bandeiras deste tão importante e significativo movimento. Além dos artigos por ele assinados, a hipótese é levantada a partir da recorrente presença de seu nome em citações de outros artigos e reportagens também publicados na Imprensa que fazem referência ao movimento em defesa da Escola Pública.

A utilização de elementos publicados em periódicos aqui presentes tem como objetivo evidenciar que a consideração de Florestan Fernandes enquanto principal representante de um movimento tão plural e variado não é em vão. Através de artigos, citações, reportagens e textos assinados por ele, Fernandes pode ser entendido enquanto intelectual orgânico, e que essa presença em periódicos serviu para consolidar a sua posição de maturidade no pós-campanha, desenvolvendo, assim, a sua imagem como diretamente relacionada à USP e à educação no Brasil.

O trabalho procurou entender a relação existente entre Florestan Fernandes como intelectual e a presença dele na Imprensa Periódica na Campanha em Defesa da Escola Pública. Para tal função, foram escritos três capítulos, que resultam das análises e relações estabelecidas entre o levantamento bibliográfico feito sobre a trajetória de vida de Florestan Fernandes, a sua atuação na Campanha e o levantamento das publicações de e sobre Florestan Fernandes nos periódicos tomados como fontes.

No primeiro capítulo, “A Campanha em defesa da Escola Pública e a caracterização de Florestan Fernandes enquanto intelectual atuante no movimento”, foi feita uma apresentação a respeito das discussões envolvendo a educação pública no Brasil, no período recortado no trabalho, entendendo as disputas e conflitos existentes que culminaram na formação de uma campanha nacional, cujo objetivo era defender a Escola Pública. Além disso, também foi apresentado o levantamento bibliográfico de trabalhos publicados sobre Florestan Fernandes, visando constituir a hipótese proposta na pesquisa. Por fim, Florestan Fernandes é caracterizado enquanto intelectual e, a partir disso, é apresentado o mapeamento de sua presença na Imprensa Periódica. Essa etapa foi feita de forma dividida: na primeira parte, estão os artigos assinados por Florestan Fernandes e que foram publicados no *O Estado de São Paulo*. Já na segunda parte, estão as reportagens que fazem referência ao nome de Florestan Fernandes publicadas nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*.

O segundo capítulo, intitulado “O Espaço de Florestan Fernandes no periódico ‘O Estado de São Paulo’ acerca da Escola Pública”, tomou como fonte os artigos que Florestan Fernandes publicou no período de 1958 até 1961 no periódico *O Estado de São Paulo*. Após o

levantamento realizado na base de dados do periódico *Folha de São Paulo*, não foi encontrado nenhum artigo assinado por Fernandes no período selecionado. Além da reflexão a respeito da presença de artigos assinados somente em um jornal, o capítulo tratou de dividir as publicações em duas grandes frentes: a primeira diz respeito a textos que falam sobre análises feitas por Florestan da relação existente entre os dilemas sociais no Brasil e o drama da escola pública e a segunda diz respeito à interpretação de Florestan, através de artigos, sobre o desenvolvimento do movimento. Enfim, como o intelectual enxergava as mobilizações e principalmente a sua atuação, usando a Imprensa como canal de circulação de ideias.

O capítulo seguinte, “O Espaço de Florestan Fernandes enquanto referência intelectual na Imprensa Periódica nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*”, desenvolveu a reflexão da atuação profissional de Florestan Fernandes, tanto nos anos que antecederam Campanha quanto no período do movimento, tomando como fonte as citações feitas a ele em notícias, reportagens, notas e artigos que possuem como tema a Campanha em Defesa da Escola Pública. As análises foram divididas em duas partes, usando os periódicos como corte de reflexão. Logo, na primeira parte são analisadas as citações na *Folha de São Paulo* e, na segunda parte, as citações em *O Estado de São Paulo*. Além disso, são relacionadas as análises, as histórias de cada uma das linhas editoriais, tal como o envolvimento de Florestan no pré-campanha e ao longo do movimento, entendendo que as duas coisas estão diretamente relacionadas. O capítulo termina com uma reflexão que toma Florestan Fernandes enquanto intelectual a partir do pensamento do filósofo Italiano Antônio Gramsci, em que a participação de Florestan no movimento e a presença dele enquanto sujeito em circulação na Imprensa, relacionado aos interesses e objetivos das classes populares, fazem dele um intelectual do tipo orgânico.

1 A CAMPANHA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E A CARACTERIZAÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES ENQUANTO INTELECTUAL ATUANTE NO MOVIMENTO

A discussão sobre a Campanha na década de 1950 ganhou notoriedade a partir do momento em que José Trindade da Fonseca e Silva, popularmente conhecido como Fonseca e Silva, padre e então deputado por Goiás, profere uma fala polêmica no congresso a respeito da educação. É importante destacar que o então deputado federal teve sua vida política iniciada a partir de 1950, época em que foi eleito pelo seu estado, ocupando a suplência da cadeira. De 1951 até 1954, ocupou o cargo de Secretário de Educação de Goiás. Em 1954, assumiu a cadeira de deputado ocupada anteriormente por Paulo Fleuryr, que retornou ao cargo no mesmo ano. Com isso, de 1954 a 1959, ocupou a cadeira de deputado, não tentando a reeleição no final da legislatura.

A fala de Fonseca e Silva em 14 de dezembro de 1956, no Congresso Nacional, dirigia-se a Anísio Teixeira e Almeida Jr., que eram, respectivamente, presidente do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e do I Congresso Estadual de Educação. Em seu discurso, Fonseca alegava que, além destes incentivarem uma campanha contra a formação religiosa do povo brasileiro, eles não passavam de comunistas agnósticos, além de apontar que os educadores seriam contrários à oferta de ensino pelas escolas privadas religiosas. Fonseca afirmou na Câmara que "[...] o Prof. Anísio Teixeira é um autêntico intelectual marxista, visto que a sua adesão à linha marxista de educação foi enunciada na famosa conferência lida no corrente ano em que o congresso de educação era realizado em Ribeirão Preto" (ROCHA apud BASTOS; QUADROS; ESQUINSANI, 1989). Em um segundo momento, o então deputado enviou ao Ministério da Educação um documento que reforçava as críticas estabelecendo, assim, uma defesa do patrimônio moral e espiritual da Igreja, pois ele via ameaçada a defesa e permanência do ensino particular no Brasil.

Após esta fala, iniciaram-se os debates sobre o assunto. Entretanto, foi somente em 1959 que se estabeleceu uma disputa ideológica na esfera jurídica. O projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estava arquivado desde 1948, após parecer desfavorável do deputado Gustavo Capanema, católico e ex-ministro da Educação do governo Vargas. Este é o momento em que o então deputado Carlos Lacerda propôs um substitutivo à LDBEN. A ação tomada por ele trouxe uma reconfiguração do debate que, até determinado período, girava ao redor da centralização e descentralização do ensino. Sua argumentação propõe como questão central a “liberdade de ensino”, uma resposta institucional às demandas trazidas pelos donos de

escolas particulares no III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares, que aconteceu no ano anterior.

A orientação a favor das escolas privadas de Carlos Lacerda trouxe a reação imediata daquelas e daqueles que defendiam o ensino público, laico e de qualidade. Naquele contexto, toda e qualquer defesa neste sentido era compreendida e taxada pelo lado oposto como ideias comunistas.

A polêmica fala de Fonseca e Silva e a ação tomada pelo ex-comunista e deputado Carlos Lacerda geraram preocupações e tensões no debate sobre a Escola Pública, principalmente para aqueles que defendiam o caráter laico, gratuito e universal da educação. Com isso, iniciou-se uma enorme articulação com o intuito de desconstruir o discurso de Lacerda, mostrando que, sob a fachada da visão liberal, havia mais oportunismo do que fundamento filosófico.

Podemos perceber que as reflexões sobre a defesa da autonomia¹ do Estado frente a formulação de políticas educacionais iniciou-se nos anos 30, em especial com o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Vinte anos após o manifesto, o debate sobre a educação pública retornou às discussões da sociedade civil, sendo, desta vez, em um movimento de maior escala e com novos interlocutores. O Manifesto de 1959 pode ser visto como um documento que apresentou continuidade ao debate que se iniciou em 1932, porém, como aponta Sanfelice (2007), apresentava continuidades e trazia novos temas e atualizações. Desta maneira, o manifesto revisita as questões já levantadas, porém com as contribuições dos sujeitos socioeconômicos e, principalmente, as instituições do presente.

Esta discussão sobre a Escola Pública se insere em um contexto de profundas transformações sociais e políticas no Brasil e no mundo. No caso brasileiro, essas mudanças estavam inseridas em um projeto nacional desenvolvimentista que, de maneira geral, tinha como objetivo retirar o Brasil da condição de “atraso” industrial. No que diz respeito ao regime democrático, percebe-se uma suposta “estabilização” deste no país, e uma das demandas deste momento era a de expandir a influência socializadora da escola, principalmente às camadas populares.

¹ Quando pensamos sobre a questão da autonomia do Estado em relação à educação, é necessário pensar que esta caracterização é relacionada diretamente àqueles que defendem o caráter público da Educação. O Estado deve ser capaz de elaborar normas que garantam o interesse da coletividade, não de grupos específicos, como afirma Leher (2012, p. 165). Somente desta forma, a educação seria universalizada em todas as esferas da sociedade, relacionada diretamente à busca em transformar a sociedade através da emancipação nacional (FERNANDES, 1989).

Um dos resultados do debate no momento da Campanha em Defesa da Escola Pública pode ser visto na Lei nº 4.024/1961, que instituía no Brasil que o ensino primário pudesse ser ofertado tanto pelo setor público quanto pelo setor privado, e também permitindo que o Estado pudesse subvencionar os estabelecimentos privados de ensino, por meio de bolsas e empréstimos.

Assim, podemos já de antemão apontar que os objetivos da Campanha fracassaram, inclusive como aponta Florestan Fernandes em seu livro *Educação e Sociedade*, de 1966. Porém, é a partir de sua atuação neste importante movimento da época que o então professor de Sociologia da USP percebe que a Escola Pública é um objeto útil para se compreender as etapas de formação histórico-social do Brasil e que inclusive a forma como ela se dá em nosso país tem total relação com a condição de periferia que ocupamos dentro do capitalismo (LEHER, 2012). Essa questão apareceu novamente nas agendas de pesquisa sobre Florestan Fernandes, principalmente por conta do centenário de seu nascimento, que se deu em julho de 2020. O pensamento sobre essa comparação entre os críticos à Campanha e à condição periférica do capitalismo é um ponto que pretendo refletir ao longo do meu trabalho.

Fernandes era um profundo defensor da Escola Pública em seu caráter universal, defendendo que as verbas públicas fossem investidas exclusivamente em instituições públicas, estabelecendo assim uma crítica ao controle burguês² na educação. Esta relação entre burguesia nacional e escolas era vista na relação direta entre setores da Igreja Católica e a proposta de Lacerda, que veio a se tornar vitoriosa, garantindo o Estado como agente de fomento para as escolas particulares.

Para Fernandes, a educação brasileira encontra-se submetida esse papel de anular e impedir o crescimento das classes trabalhadoras, em detrimento dos interesses particularistas da burguesia nacional. Por um lado, vê-se a submissão do modelo educacional às vicissitudes da economia exógena, com a importação de modelos, além da própria pressão imposta pela economia endógena, cerceando o seu desenvolvimento, a fim de formar pessoas incultas e incapazes de enxergar a situação de exploração a que são submetidas, encorpando o exército de reserva, muito útil para o trabalho mal remunerado e subserviente (ALVES, 2010, p. 179).

Esse aparelhamento³ da burguesia nacional no debate educacional, segundo Fernandes (1969), era responsável por bloquear a revolução nacional e a revolução democrática de caráter

² Ao longo de sua trajetória, Florestan Fernandes publicou uma série de textos, livros e entrevistas em que apresentou sua concepção de educação. Para ele, a educação deveria ser entendida enquanto um projeto em que o Estado fosse protagonista na formulação de políticas, garantindo um espírito de cidadania e de progresso social (ALVES, 2010).

³ Em suas críticas sobre a presença dos interesses privatistas na educação, Fernandes reconhece que as empresas não estão interessadas na formação crítica do indivíduo, mas sim em garantir lucros, retirando, assim, o Estado do papel de agente formulador de políticas públicas na educação (OLIVEIRA, 2020). Desta maneira, percebe-se que Florestan aponta um projeto da iniciativa privada em controlar a educação no Brasil, agindo assim na formação moral e intelectual do indivíduo na ordem social vigente.

burguês, conferindo assim um caráter específico e particular das classes dominantes no Brasil. Inclusive, esta ideia é retomada em 1975, quando Florestan Fernandes publica *A Revolução Burguesa no Brasil ensaio de interpretação sociológica*. Esta, que é uma obra de caráter militante, apresenta o olhar de Florestan após os impactos do golpe de 1964 e sintetiza como o sociólogo entendia a burguesia brasileira. Para Fernandes (1975), a revolução burguesa no Brasil se deu de maneira diferente daquela nos modelos clássicos, como na França do século XIX. Aqui, a revolução se apropriou da herança da exploração e da dominação escravocrata, para assim produzir um tipo específico de dominação que, segundo ele, era de caráter autocrático.

1.1 Olhares sobre a trajetória e o pensamento de Florestan Fernandes

Para Eugênia Foster (2005), a trajetória de vida de Florestan Fernandes está diretamente relacionada com a defesa dos princípios democráticos, em especial com a universalização do ensino público enquanto bandeira fundamental de atuação. Pode-se dizer que, para a autora, a educação é um importante instrumento de inserção na estrutura social, sendo a democratização do ensino e a defesa da Escola pública um mecanismo de melhora nas condições de oportunidade.

Ao realizar este diagnóstico da relação direta entre democratização do ensino e democratização de oportunidades, Florestan percebe uma distinção entre os diferentes grupos da sociedade, focalizando aqueles que se situam nas condições de periferia, os quais encontram-se ou na condição de margem ou excluídos destes processos⁴. Percebe-se, então, que a afinidade entre esses dois processos tem como base a relação dialética (democratização de ensino e democratização de oportunidades). Nessa interpretação, Foster (2005) aponta que a dialética aparece como um instrumento capaz de superar a dicotomia colocada entre o sujeito e o objeto, sendo esta uma possibilidade de se compreender a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação (KONDER, 1981). Para o pensamento marxista, a importância está em descobrir as leis dos fenômenos que se ocupa a investigar, captando as articulações dos problemas em estudos e estabelecendo as conexões sobre os fenômenos que os envolvem.

Pensando a partir da contradição existente na sociedade e estabelecendo abstrações partindo do concreto para entendê-la, Florestan percebe que a educação é um fator de democratização. Todavia, as transformações necessárias no espaço educacional que levarão a

⁴ Argumentação presente no debate estabelecido em *A questão racial e a educação democrática em Florestan Fernandes*, de Foster (2005).

este processo só são possíveis dentro de transformações mais amplas, em um primeiro momento na luta pela democratização desta e, depois, através da influência do socialismo⁵. A educação, então, deve ser vista como um elemento que modela o homem, mas sendo este capaz de determinar as funções extensivas da educação em sua vida (FERNANDES, 1976).

Coutinho (2000) argumenta que em Florestan Fernandes, teoria e prática não são dissociadas, estando extremamente relacionadas às duas questões, afirmando seu compromisso intelectual e político com a defesa da democratização do ensino no Brasil e com o socialismo, instrumento de transformação social. Lançando a tarefa de identificar dentro do pensamento de Florestan Fernandes estes aspectos, especialmente em suas publicações na Imprensa, percebo como de extrema importância a compreensão de sua atuação enquanto figura central na defesa da escola pública no Brasil, sendo um intelectual com atuação em distintas lutas sociais ao longo da história do país.

Freitag (1987) divide o pensamento de Florestan em duas etapas distintas. Na primeira delas, o autor é visto enquanto um acadêmico reformista, momento de seu amadurecimento como intelectual, em que desenvolveu leituras, artigos, tendo como base a concepção de democracia do sociólogo húngaro Karl Mannheim. Um ponto importante a ser destacado dessa visão é que Florestan entende que a democracia é responsável por transformar o indivíduo enquanto sujeito, o que, por exemplo, era um de seus objetivos dentro do movimento em defesa da escola pública⁶. Na segunda, como um político-revolucionário, período em que desenvolve a ruptura com a concepção racionalista da realidade, momento em que, segundo a autora, Marx passa a ser o principal referencial teórico de Florestan, fazendo com que a ciência fosse deixada de lado em defesa do socialismo enquanto elemento de transformação social. Esse olhar sobre o autor apresenta uma ruptura epistemológica em que o fator central para gerar o processo foi

⁵ Conforme Leher (2012), Florestan Fernandes se consolidou enquanto um formulador de um quadro teórico, sutil sobre os processos de formação da sociedade brasileira. Ao consolidar a sua percepção sobre a sociedade capitalista, Fernandes percebe a existência de alguns problemas na formulação da revolução burguesa no Brasil, situando, assim, um tipo específico de Capitalismo, chamado Autocracia Burguesa, que significa a manutenção de formas retrógradas de dominação política. Com isso, essa burguesia a todo o momento se recicla para manter a sua condição de dependência com o capital externo (FERNANDES, 1974). Partindo deste caráter conciliatório sobre a burguesia brasileira, segundo Barão (2008), Fernandes destacava a necessidade de se reivindicar enquanto socialista, inclusive defendendo a necessidade destes estarem ocupando os espaços das universidades, com isso toda a sua sociologia estava inserida em um conjunto de argumentos que defendiam um outro modelo de sociedade, aderindo, dessa maneira, ao que chamava de “Socialismo Revolucionário”.

⁶ Segundo Virginio (2012), para Mannheim, a “democracia é tributária da constituição de um tipo de personalidade que favoreça a capacidade dos indivíduos de atuarem como sujeitos”.

o afastamento de Florestan Fernandes do quadro de Professor de Sociologia da USP, por meio do Ato Institucional de número 5⁷.

Este ato, anunciado no dia 13 de dezembro de 1968, aposentou compulsoriamente inúmeros professores universitários, inclusive Florestan Fernandes. Esse movimento pode ser considerado como o início dos chamados “anos de chumbo” por parte da ditadura empresarial militar brasileira e, no caso de Fernandes, pode ser visto como um duro golpe em sua carreira acadêmica.

Segundo Leher (2012), a atuação de Florestan Fernandes dentro da USP por meio da cadeira de Sociologia I era um processo que ia além dos conteúdos nela ministrados. Se formou um circuito de alunos, professores, assistentes e interlocutores que faziam desta uma “instituição dentro de uma instituição” (FERNANDES, 1977, p. 185). Entretanto, Garcia (2002), faz uma interpretação crítica acerca dessa visão. A partir de relatos bibliográficos do intelectual, é possível perceber que as raízes do seu pensamento já mostram os dois aspectos extremamente relacionados: “Portanto, afirmo que iniciei a minha aprendizagem ‘sociológica’ aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto” (FERNANDES, apud GARCIA 2002, p. 92).

Roberto Leher (2012) também faz uma leitura diferente de Freitag. O autor apresenta uma série de artigos que trazem Florestan Fernandes como um referencial teórico para entender elementos da história da educação brasileira. No artigo *Florestan Fernandes e a defesa da educação pública*, o professor apresenta análises sobre como outros pensadores enxergaram a obra de Florestan. Ao falar de Freitag, Roberto entende que é importante destacar mudanças dentro do pensamento do autor, principalmente a partir de 1967, momento em que as tensões aumentam no Brasil, com a intensificação das práticas de tortura por parte dos militares e de setores do empresariado interno e externo⁸. Mesmo reconhecendo mudanças, Leher não

⁷ Segundo Motta (2018, p. 197), o AI-5 foi um marco da violência repressiva durante a ditadura brasileira e “aumentou exponencialmente após dezembro de 1968, como é visível nos registros de mortos, torturados, desaparecidos etc. Claro que o incremento da violência tem relação também com o ativismo da oposição armada, cujas ações tornaram-se mais agudas e encontraram resposta violenta do Estado. Porém, a responsabilidade pelo aumento da repressão não pode ser imputada às suas vítimas. A maré montante da repressão estatal decorreu do surgimento de um marco institucional que estimulava os agentes públicos à violência. Pode-se dizer que o novo Ato Institucional liberou as feras, que saíram à caça (e à cass) com apetite ainda maior do que em 1964.

⁸ No que diz respeito ao cenário político do Brasil, no período da campanha é necessário analisar o chamado “Pré Golpe” nos movimentos que se colocavam duramente na oposição ao governo de João Goulart e alinhados a ideais externos, com viés conservador. A ação anti-Goulart, entretanto, foi muito além. Entidades como a Fiesp, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes, de 61) e o Instituto Brasileiro da Ação Democrática (Ibad, de 59) elaboravam propostas de mudanças pró-capitalistas, articularam-se com empresários estadunidenses, como o próprio presidente dos EUA, John Kennedy, e receberam milhões de dólares da CIA para criar um clima social contra Goulart no Brasil que propiciasse o golpe e sua deposição. Tiveram uma produtividade atroz e foram muito além de coletar apoios individuais de representantes de

enxerga uma ruptura epistemológica e, para justificar, utiliza-se da ideia de que se tem, na verdade, um longo caminho de elaboração teórica, em que as teorias são retificadas e novas sínteses sobre a realidade são produzidas por meio de novos trabalhos.

A visão de Leher (2012) se aproxima de Garcia (2002), principalmente no que diz respeito à forma com que o próprio Florestan enxergava a sua trajetória acadêmica, intrinsecamente relacionada com os passos dados em sua vida privada. Outro ponto importante sobre a trajetória acadêmica que Leher (2012) apresenta é a forma com que setores da sociedade civil, e até mesmo dentro da própria academia, enxergaram Florestan Fernandes, sem ressaltar o momento em que ele ganha de fato o destaque enquanto porta voz de análises sobre os processos de formação da sociedade brasileira. Este papel de protagonismo pode ser visto, segundo Leher (2012), a partir dos anos 60, ocasião em que começam a ganhar destaque suas análises a respeito da educação pública.

Partindo, então, da visão de que a militância de Florestan está na base não só de sua sociologia, mas também de sua vida, e que a defesa da educação pública enquanto bandeira central é uma das formas de exercer esta atuação política, é necessário utilizar-se de elementos que justifiquem essa importância que o início dos anos 60 possuem na trajetória do autor. Muitos artigos e pesquisas destacam a importância de Florestan Fernandes, principalmente para inserir seu nome dentro das maiores referências sobre a educação no Brasil. Mas, ao destacar o momento histórico em que ele ganha o protagonismo, pouco se analisa das maneiras de inserção nos espaços da sociedade civil da época, como, por exemplo, dentro da Imprensa Periódica, de que modo se davam as disputas e tensões em torno do debate sobre a escola nos anos 60 e, principalmente, porque os objetivos finais da Campanha não foram alcançados.

No mapeamento realizado na *Revista Brasileira da História da Educação*, encontrei sete artigos que fazem citação ao nome de Florestan Fernandes. São os seguintes: *Pensadores sociais e a história da educação*, de Luciano Mendes de Farias Filho, *História da educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI*, de Fábio Garcez de Carvalho, *As crianças tupinambás e sua educação no século XVI: ternura, dor, obediência*, de Jérôme Thomas e Carmen Lucia Soares, *O público e o privado na educação Brasileira*, de Marcos Ayres Barbosa e Cezar Alencar Arnaut de Toledo, *Alternativa para o progresso o nacionalismo-desenvolvimentista, seus intelectuais e o*

grupos econômicos à repressão política. Em boa medida, formataram o padrão de acumulação no Brasil pós-golpe. Conforme o falecido cientista político René Dreifuss no seminal livro *1964: a Conquista do Estado*, contribuíram para dar um golpe da classe empresarial, que anteriormente ao golpe desenvolveu a maior operação de psicologia social já operada no Brasil. Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-golpe-de-empresarios-e-militares-452/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

planejamento educacional nos anos 1960 no Brasil, de Lincon de Araújo Santos, *Mitos fundadores da ANPAE: da pureza democrática e humanista à inserção nos projetos políticos e educacionais da ditadura civil-militar de 1964*, de Evson Malaquias de Moraes Santos, e *O “Grupo de Laerte” e a escrita da história da educação (1962-1972)*, de Bruno Bontempi Jr.

No artigo *Pensadores Sociais e a história da educação*, Luciano de Farias faz uma apresentação sobre o livro que dá nome ao texto e mostra que dentro há um texto intitulado *Florestan Fernandes: o arquiteto da razão* de Marcos Vinicius da Cunha, e que o autor apresenta a ideia de que a vida e obra de Florestan devem ser pensadas sendo uma única coisa, assim como ciência e educação não são categorias isoladas.

Em *História da educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI*, Fábio Garcez faz uma apresentação sobre o livro que dá nome ao artigo. No livro, o artigo de Marcelo Augusto Totti, *Florestan Fernandes e a construção de um padrão científico na educação brasileira*, que inclusive aparece em outro levantamento mais adiante neste trabalho, apresenta a forma como Fernandes concebeu o papel do intelectual e a realização do trabalho científico.

Já em *As crianças tupinambás e sua educação no século XVI: ternura, dor, obediência*, Jérôme Thomas e Carmen Lucia Soares trazem para a discussão o trabalho de Florestan Fernandes sobre a sociedade Tupinambá, comparando o desenvolvimento dos jovens Tupinambás com os jovens de outras organizações sociais.

No artigo *Mitos fundadores da ANPAE: da pureza democrática e humanista à inserção nos projetos políticos e educacionais da ditadura civil-militar de 1964*, Evson Santos cita Florestan Fernandes dentro do *hall* dos professores que foram aposentados compulsoriamente pela ditadura militar, além de destacar que muito se temia a respeito de uma eventual demissão de Fernandes da USP, tendo em vista o seu engajamento contrário à ditadura que se instaurava no Brasil naquele momento.

Além disso, encontro no texto de Lincon dos Santos *Alternativa para o progresso o nacionalismo-desenvolvimentista, seus intelectuais e o planejamento educacional nos anos 1960 no Brasil*, que faz uma longa análise sobre as origens do pensamento desenvolvimentista e a relação de seus intelectuais com a educação, uma citação em nota de rodapé sobre a Campanha em Defesa da Escola Pública e o destaque à figura de Florestan Fernandes enquanto uma liderança dos intelectuais socialistas dentro do movimento. Este destaque é importante de ser proposto, pois ratifica a ideia sobre o caráter plural dentro do movimento, pois além da corrente socialista, estavam na Campanha os liberais idealistas e os liberais pragmáticos (SAVIANNI, 1996).

Em artigo intitulado *O “Grupo de Laerte” e a escrita da História da Educação (1962-1972)*, Bruno Bontempi Jr. realiza uma análise a respeito da experiência geracional no período dos anos de 1960 e 1970 dentro da USP e nos Institutos Isolados de Ensino Superior. Essa experiência de pesquisa, que tinha como orientador Laerte Ramos de Carvalho, apresentou uma mudança dentro do campo da história da Educação apresentando novas maneiras de se trabalhar com fontes, periodizar e narrar os eventos históricos.

Lançados em um projeto coletivo que, em 1962, reuniu uma dezena de licenciados sob a orientação do catedrático, suas diretrizes e seu estilo de escrita se disseminaram no correr da década na pesquisa e no ensino de história da educação brasileira, afetando com intensidade variada outros pesquisadores, situados em pontos mais afastados daquela rede primordial. Tornando-se semelhantes em seu estilo, as obras desse período contêm os elementos característicos de um modo de fazer que, à distância de algumas décadas, remontam ao passado da produção do conhecimento histórico na especialidade (BONTEMPI JR., 2019, p. 4).

Bontempi Jr. (2019) destaca que esse movimento iniciado em 1962, a partir da interlocução puxada pelo ex-reitor da Universidade de Brasília tinha por objetivo fazer uma análise densa sobre a história da educação, com ênfase na formação da educação normal na virada do século XIX para o XX, passando por eventos como a fundação da USP. Sobre a questão envolvendo Florestan Fernandes e, em especial, a Campanha, é dado caráter central à polêmica envolvendo os defensores da escola pública e aqueles que estavam defendendo os interesses privatistas sobre a educação.

Por fim, dentro do mapeamento realizado na *Revista Brasileira da História da Educação*, destaco a resenha *O público e o privado na educação brasileira*, de Marcos Ayres Barboza e César de Alencar Arnaut de Toledo. No trabalho, os autores apresentam o livro que dá o título à resenha, escrito por Marco Antonio de Oliveira Gomes. O primeiro aspecto levantado é o destaque ao ponto central do livro: a ameaça privatista dentro do campo da educação e a necessidade de se perceber como se deu a disputa entre os anos de 1945 e 1968, atentando para as estratégias utilizadas por aqueles grupos sociais defensores da privatização da educação.

Como ponto de partida e dialogando com os escritos⁹ de Florestan Fernandes sobre a Campanha em Defesa da Escola Pública, Marco Antônio Gomes pontua os interesses anti-laicidade por parte da Igreja Católica, dando destaque à reestruturação que a Igreja sofreu neste período com a chegada de diversas congregações religiosas, que buscavam o fortalecimento da instituição na sociedade brasileira. Sobre Florestan Fernandes, em específico, a ênfase é pontuada dentro do período da Campanha e o texto traz mais uma vez o caráter de destaque que

⁹ Esta argumentação está presente no artigo *Florestan e a educação*, de Demerval Savianni.

Fernandes teve dentro desse processo. Por fim, mais uma vez não é apresentada uma análise que justifique esse papel de centralidade de Florestan dentro deste espaço e, especialmente, quais foram os elementos usados para garantir essa legitimação.

Em mapeamento realizado nas plataformas *Cadernos de História da Educação* e Grupo de pesquisa História, sociedade e educação – Faculdade de Educação Unicamp, encontrei doze trabalhos sobre Florestan Fernandes e a discussão sobre a questão educacional a partir da Campanha.

Na base de dados dos periódicos *Cadernos de História da Educação*, há o artigo *Educação, civilização e implementação capitalista no interior paulista* de Marcelo Augusto Totti, que, mesmo citando Florestan Fernandes, não tem relação com o tema levantado neste trabalho, o qual objetiva apresentar uma análise a respeito do processo de interiorização da educação em São Paulo a partir da contribuição teórica de Fernandes. O autor parte da caracterização realizada por Florestan sobre a burguesia brasileira, suas ideias e objetivos. Desta maneira, mobiliza como fontes jornais, almanaques e fotografias sobre a cidade de São Miguel. Com isso, seu trabalho aponta que, por meio deste material agrupado, as teses de Fernandes sobre uma sociedade em mudanças, mas com questões que ficam estáticas neste processo, como a educação, são comprovadas. Com isso, segundo Totti (2015), mesmo com todos os problemas e questões, o capitalismo brasileiro passou por processos de modernização, elemento que não se fez presente na questão educacional.

Dentro da base de dados dos periódicos do Grupo de pesquisa História, sociedade e educação – Faculdade de Educação Unicamp, existem onze artigos com menções ao nome de Florestan Fernandes. Dentre essas citações, se relacionam com esse trabalho os artigos: *Florestan Fernandes: um intelectual da educação* de José Luiz Sanfelice, *Educação nacional e desenvolvimento (1946-1964)* de José Claudinei Lombardi e *A tarefa dos intelectuais diante da realidade social: denúncia ou combate?*, de Mário Borges Netto e Maria Cristina Gomes Machado.

O texto de Sanfelice (2014) apresenta uma síntese da biografia do autor, apresentando uma visão sobre o engajamento em diferentes períodos históricos, como a luta em defesa da escola pública, os debates sobre a reforma universitária e a luta contra a ditadura que se instaurou a partir de 1964, responsável por sua aposentadoria compulsória anos depois. Além destes pontos, o texto faz um resgate sobre a participação de Florestan no movimento constituinte da redemocratização pós ditadura. Para o desenvolvimento de seu trabalho, Sanfelice mobilizou como fontes correspondências de Florestan e uma longa revisão bibliográfica sobre as obras publicadas pelo intelectual. Sobre o período da Campanha,

Sanfelice (2014) apresenta o quão importante foi para o movimento a presença de Fernandes, principalmente com destaque à representação que exerceu, por viagens, conferências. Entretanto, não faz menção aos materiais que se fizeram presentes na Imprensa Periódica da época. Além disso, é enfatizada, em oposição a Fernandes, a figura de Carlos Lacerda, que possuía um conjunto de pensamentos sobre a educação pública, classificados como nefastos (SANFELICE, 2014, p. 253).

Destaco, assim, a caracterização feita por Sanfelice a respeito de Fernandes enquanto um Professor Educador, em que mesmo não sendo um pedagogo de formação, a prática política fez com que ele atuasse como um verdadeiro educador, capaz de trazer reflexões sobre a realidade, relacionando-as com a produção de conhecimento científico (SANFELICE, 2014, p. 255). Desta maneira, o artigo resgata a contribuição de Savianni (1996), em que toda essa atuação de Florestan em movimentos de defesa da educação brasileira tinha como finalidade a urgência em se garantir políticas de reconstrução do sistema educacional brasileiro, em que os sociólogos deveriam agir em cooperação aos educadores.

O trabalho de Lombardi (2014) apresenta um resumo a respeito das políticas educacionais no período denominado por Nacional-Desenvolvimentista, que foi de 1946 até 1964, a partir da reflexão de que estas políticas, através de projetos educacionais, procuraram garantir o fortalecimento dessas ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas. Lombardi (2014) entende que São Paulo foi um dos espaços onde essas políticas se tornaram práticas através de um circuito intelectual e acadêmico, que demonstrou suas contribuições através do movimento em defesa da escola pública na virada dos anos 50 para os anos 60. Sobre esse debate, a contribuição apresentada por esse texto é a de refletir a Campanha, partindo do cenário mundial, que tem como marca a polarização trazida pela Guerra Fria, opondo Estados Unidos e União Soviética, destacando que o projeto do Estado Brasileiro era de um alinhamento ao cenário mundial, através de uma “modernização conservadora” (SAVIANI, 2014, p. 37 apud LOMBARDI, 2007, p. 283-284).

A pesquisa de Borges Netto e Machado (2015) apresenta uma interessante contribuição que muito dialoga com minha proposta: pensar Florestan Fernandes a partir da concepção de intelectual trazida pelo filósofo marxista italiano Antônio Gramsci. O ponto de partida levantado é que Florestan Fernandes esteve sempre relacionado com a busca em interpretar a sociedade brasileira, estando inserido nas lutas pela transformação e democratização da sociedade (BORGES NETTO; MACHADO, 2015, p. 298). Sendo assim, se faz necessário pensar que estes processos estão diretamente relacionados à função de um intelectual denunciando e combatendo as mazelas presentes na sociedade. Essa caracterização sobre a

trajetória de Florestan é feita a partir de Savianni (1996), no momento em que Florestan ganha protagonismo na luta em Defesa da Escola Pública. Essa inserção, inclusive, segundo Borges Netto e Machado (2015), muito evidencia uma crítica que Florestan fazia à sociedade brasileira, de que a transformação não viria somente do espaço acadêmico, mas sim aglutinando esse espaço a movimentos sociais, denunciando as adversidades que a sociedade brasileira passava desde a sua formação histórico-social. Sobre a relação de Fernandes com a concepção gramsciana a respeito do intelectual, os autores avançam em estabelecer essa relação mostrando que o sociólogo brasileiro segue essa tradição oriunda do Marxismo em conceber de maneira unitária a relação ciência e política, configurando assim um papel militante ao intelectual (BORGES NETTO; MACHADO, 2015, p. 304). Porém, a pesquisa realizada não mostra que essa caracterização foi construída ao longo da trajetória de vida de Fernandes, que é um processo que se inicia na sua infância e perpassa por toda a sua vida, além de não apresentar a construção de Fernandes enquanto o principal representante do movimento em Defesa da Escola Pública, elemento que, a meu ver, é comprovado através da circulação dele por meio da Imprensa Periódica da época.

Já no Banco de Teses e Dissertações da Capes, encontrei cinco trabalhos que fazem diálogos e relações com minha proposta de pesquisa. São eles: *A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes*, dissertação de Mestrado escrita por Aristeu Portela Jr., *Filhos de brutos: Revolução Brasileira e o modelo crítico de Florestan Fernandes (1945-1964)*, tese de Doutorado desenvolvida por Ricardo Ramos Shiota, *O desafio educacional em Florestan Fernandes: contribuições para um projeto de educação democrática para a sociedade brasileira*, dissertação de mestrado elaborada por Ingrid Ribeiro Couto, *Democracia e política na obra de Florestan Fernandes: o momento de interpretação do Brasil (1960-1975)*, dissertação de mestrado preparada por Thiago Pereira da Silva Mazucato e *A centralidade da educação na obra do intelectual Florestan Fernandes (1954-1964)*, tese de doutorado escrita por Mario Borges Netto.

Em dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Aristeu Portela Jr. (2013) elaborou uma análise a respeito da relação entre Florestan Fernandes e a democracia brasileira e os caminhos que o sociólogo pensou para a superação desses obstáculos. Um dos caminhos colocados por pelo autor para a reversão deste cenário é a necessidade, para Florestan, de romper com o que chama de condição da demora cultural, o apego sociopático ao passado por parte das elites brasileiras e a não realização plena da ordem social competitiva no Brasil. Se tratando da relação entre o momento da campanha e a trajetória de vida de Fernandes, a articulação em defesa da educação

pública fez com que ele saísse de uma condição de isolamento da realidade social, trazida pelo cotidiano imposto pela vida acadêmica, vivendo ali o chamado papel do sociólogo militante (PORTELA JR., 2013, p. 25).

Na tese de doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Ricardo Ramos Shiota realizou uma análise sobre a utilização do conceito de Revolução Brasileira por parte da esquerda, principalmente a partir do marco temporal do golpe de 1964, com a contribuição teórica de Florestan Fernandes. Shiota (2016) aborda a importância da campanha na trajetória de Fernandes, pois ela serviu para corroborar o pensamento de que as classes dominantes brasileiras são marcadas como inimigas da ordem social democrática, procurando, assim, favorecer instituições do âmbito privado, como por exemplo a Igreja Católica (SHIOTA, 2016, p. 234). Inclusive, essa postura se relaciona de maneira direta com o que Fernandes (1963) apresenta: a sincronização entre o atraso cultural e o desenvolvimento econômico do Brasil.

Em dissertação de mestrado defendida no programa Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ingrid Ribeiro Couto apresentou um mapeamento sobre as contribuições de Florestan Fernandes no debate sobre o dilema educacional brasileiro. Acerca dessa questão, Couto (2015) aponta que o tema da educação aparece em Florestan a partir da campanha e se faz presente até a sua atuação enquanto Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 80. Além deste ponto, o trabalho percebe uma transformação conceitual dentro do pensamento de Fernandes, baseando-se em sua atuação. Surge dentro do referencial teórico de Fernandes a noção de dilema cultural.

O engajamento de Florestan Fernandes na Campanha em Defesa da Escola Pública, final da década de 1950 e início da década de 1960, lhe permitiu vislumbrar as várias dimensões da realidade que atravessavam as proposições de reforma e inovação entre nós, o que o fez repensar o conceito de demora cultural, utilizado por ele, nas décadas de 40 e 50 para interpretar a realidade brasileira, avançando para o conceito de dilema cultural, pois considerou que a categoria clássica não era suficiente para dar conta da realidade educacional brasileira, pois não se tratava apenas do desequilíbrio entre os ritmos de mudança entre as esferas culturais e institucionais, tratava-se de uma resistência “sociopática” à mudança, motivada por interesses que operavam segundo os dinamismos de uma ordem social, organizada para beneficiar uma minoria, em detrimento de uma larga maioria (COUTO, 2015, p. 16).

Além desta transformação epistemológica, que aponta para essa definição social do Brasil na virada dos anos 50 para os anos 60, Couto (2015) destaca que mesmo a campanha tendo fracassado como seu projeto principal, que era o de derrotar as políticas privatistas de Lacerda e de setores como a Igreja Católica (SAVIANNI, 1996, p. 81), serviu enquanto elemento capaz de provocar uma compreensão mais realista sobre a sociedade brasileira.

Para Fernandes, a participação nessa campanha lhe “deu uma visão muito rica da sociedade brasileira [...] Eu, como sociólogo, teria de depender de muitas monografias para apanhar esse cadinho” e, principalmente, representou uma oportunidade de reconstrução pedagógica. A esse respeito, o autor reconheceu que as forças que lutaram pela “educação nova” jamais conseguiram êxito completo, pois a persistência desse padrão de ensino, legado de nossa herança cultural, preso às concepções tradicionalistas e à valorização aristocrática do ensino, sempre impediu a exploração da educação escolarizada como fator de mudança social provocada (COUTO, 2015, p. 67).

Desse modo, percebe-se que o caráter da campanha foi extremamente paradigmático para a trajetória de vida de Florestan. Foi apresentada a necessidade de se pensar a questão da emancipação da sociedade brasileira do modo de produção capitalista, responsável pelas profundas marcas de desigualdade social, através da superação do dilema educacional brasileiro, sendo a educação base para qualquer caminho de uma sociedade que se reivindique democrática (COUTO, 2015, p. 88).

Em dissertação de mestrado defendida no programa de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, Thiago Pereira da Silva Mazucato toma algumas de suas obras de interpretação política do Brasil no período de 1960 até 1975, que são: *Mudanças Sociais no Brasil* (1960), *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* (1962), *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968), *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975) como objetos de análise. A respeito da campanha em si, o trabalho não apresenta reflexões, mas aborda um ponto importante para pensar o contexto político de Fernandes nos anos 60, que é o de que esse momento foi de profunda imersão do sociólogo em uma série de temas presentes na sociedade e, principalmente, no espaço acadêmico.

Por último, em sua tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Mario Borges Netto estabeleceu como ponto central na militância de Fernandes no período de 1954 até 1964 a campanha em defesa da escola pública.

Por meio da imprensa, Florestan Fernandes divulgava as suas análises educacionais e as propostas do grupo de intelectuais que defendia a educação pública – estratégia recorrentemente utilizada pelos intelectuais na disputa por hegemonia. Segundo Gramsci (2007), o uso da imprensa se faz necessário, pois, para se conquistar o consenso, não basta somente difundir de modo claro uma ideia ou proposta, mas exige-se um trabalho intelectual específico e repetitivo de adaptação das propostas aos contextos sociais e culturais em que estão inseridas (BORGES NETTO, 2016, p. 134).

Mesmo destacando em seu trabalho, em alguns momentos, a questão da importância da Imprensa, Borges Netto (2016) não faz menção aos materiais produzidos pelo intelectual para tal finalidade.

Além dessas pesquisas, é preciso destacar a dissertação de mestrado de Cristiane Silva Mélo defendida na Universidade Estadual de Maringá, intitulada *Estado e educação pela imprensa: o debate de Florestan Fernandes ante a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional (1959-1961)*, em que trabalha sobre a relação Florestan e a Imprensa. Em seu texto, Mélo realizou um profundo mapeamento sobre a atuação de Florestan no período da campanha, dentro da Imprensa Periódica e, a partir deste material, estabelece uma análise sobre a posição do intelectual no que diz respeito a questão educacional na virada dos anos 50 para os anos 60.

Entretanto, em minhas pesquisas iniciais, percebi que a lista de artigos levantadas pela autora apresenta algumas lacunas, que atualizo em tabela na seção 1.3 de meu trabalho. Além de propor um outro olhar sobre esses materiais, discordo de Mélo no que diz respeito ao recorde histórico (ela toma como data o ano de 1959), porém, acredito que, para compreender a questão educacional como um todo, se faz necessário mapear os artigos a partir de 1958, momento em que o debate se inicia dentro da sociedade brasileira.

1.2 Florestan intelectual orgânico: representante dos defensores da Escola Pública

Boris Fausto compreende o período entre 1945 e 1964 como marcado por cinco momentos significativos. Este intervalo democrático até a ditadura civil-militar, ou empresarial militar, tem um primeiro marco nas eleições de 1945 e a nova constituição promulgada em 1946. O segundo momento seria o retorno de Getúlio Vargas à presidência, por meio das eleições em 1950. Em seguida, a queda de Getúlio e sua morte. Outro marco seriam as mudanças que o Brasil sofreu ao sair de um projeto nacionalista e construindo um desenvolvimentismo com suas especificidades. O quinto e último momento reflete sobre a crise do regime que se iniciou em 1945 e o seu evento final, o golpe de 1964. Para Fausto, a partir do momento que se tem a posse de Jango, o avanço dos movimentos sociais que já existiam no país, somados ao surgimento de novas forças políticas, como, por exemplo, os movimentos de campo e a ala progressista da Igreja Católica, mostraram que o Brasil estava passando por um forte momento de mobilizações e pressões sociais, estas muito maiores do que o país havia passado no período de Vargas. Entendia-se, por exemplo, como pauta essencial a necessidade de se expandir os direitos políticos para setores diversos.

A luta em defesa da Escola Pública deve ser vista não como um movimento isolado, mas sim relacionada com demandas estabelecidas por outros movimentos sociais como, por exemplo, a luta pela reforma agrária, expressando um contexto de tensões e conflitos sociais. Além do mais, este momento é fortemente marcado pela construção de um pensamento crítico

a respeito da condição de dependência do Brasil - principalmente a partir de 1959, com a Revolução Cubana - sobre forte influência política do leste europeu.

Florestan faz parte da ala que defendia a educação como um instrumento de modernização das relações sociais, sendo central para a difusão de uma consciência científica. Entretanto, em *Dilema educacional brasileiro*, artigo paradigmático na atuação intelectual de Florestan Fernandes, que o coloca em posição de destaque intelectual dentro deste campo, é possível perceber a preocupação sistemática do intelectual a respeito da desigualdade no Brasil, principalmente no que tange à questão da educação.

Poucos países, no mundo moderno, possuem problemas educacionais tão graves, quanto o Brasil. Como herança do antigo sistema escravocrata e senhorial, recebemos uma situação dependente inalterável na economia mundial, instituições políticas fundadas na dominação patrimonialista e concepções de liderança que convertiam a educação sistemática em símbolo social dos privilégios e do poder dos membros e das camadas dominantes. O fardo era pesado demais, para ser conduzido, com responsabilidade e espírito público construtivo, num sistema republicano que se transformou, rapidamente, numa transação com o velho regime, do qual se tornou mero sucedâneo político (FERNANDES, 1960, p. 192).

Tais dilemas não eram trazidos somente pela conjuntura histórica do final dos anos 50 e início dos anos 60, mas frutos do sistema escravista colonial, com a formulação de instituições políticas fundadas na dominação patrimonialista (Fernandes, 1960).

As críticas levantadas por Florestan sobre a função da educação dentro das relações sociais, estão diretamente relacionadas com o momento em que elas foram estabelecidas: o debate sobre a formulação de uma Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira em um contexto de tensões e disputas e de posterior golpe empresarial militar.

Um acontecimento que confirma a organização rápida da sociedade civil sobre esta ação, foi que no ano seguinte, em 1959, foi publicado o *Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados*, trazendo a união de setores considerados progressistas, em defesa de uma outra educação, na contramão da visão anti-laicidade de Lacerda.

O Manifesto de 1959 procurou, de alguma maneira, retornar ao anterior publicado em 1932, *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que naquele momento planejava ações para o futuro do país, ressaltando a educação como tema central. Esse manifesto surgiu a partir das Conferências Nacionais da Educação, que tinham uma proposta de reorganização do sistema educacional brasileiro, inserindo o Estado enquanto um agente central neste processo. Essa compreensão rompia com a ideia que se cristalizou nos anos 10 e 20, da iniciativa privada tomar a frente das responsabilidades do ensino secundário. O manifesto de 1932 tinha como objetivo trazer mudanças que denunciavam o atraso do sistema educacional brasileiro e a não inclusão da população em um amplo processo de educação escolarizada. Um dos motivos que

impulsionou este processo foi a cultura do “bacharelismo” (na qual as classes médias queriam que seus filhos se tornassem médicos e advogados) que, ao representar ascensão social, reforçava cada vez mais o distanciamento das camadas periféricas dos espaços escolares.

A defesa da escola pública estatal tornou-se um elemento central e visível na sociedade brasileira. Segundo Sanfelice (2007), este debate estava diretamente relacionado ao processo de modernização do Brasil que se iniciou a partir dos anos 30. Mesmo com os princípios autoritários presentes no âmbito político, constituíram-se, desde do manifesto de 1932, setores liberais que defendiam uma concepção de educação totalmente oposta àquela que representava o “velho” Brasil, pré-1930, por meio da Igreja Católica.

O debate abordado 27 anos depois entendia como necessária e urgente a formulação de realizações práticas, que procuravam solucionar as seguintes questões, classificadas como problemáticas: 1) a ideia de um ensino ministrado único em um primeiro momento pelas instituições privadas, e, posteriormente, pelas instituições públicas; 2) a ausência do Estado na fiscalização do ensino privado; e 3) o investimento de subsídios por parte do Estado para equivaler os salários dos professores das instituições privadas com os professores das instituições públicas.

O documento se fez publicado pela primeira vez em 1 de julho de 1959, no jornal *O Estado de São Paulo* e no *Diário do Congresso Nacional* (SANFELICE, 2007). Em sua publicação inicial, o manifesto foi assinado por 161 figuras com destaque no cenário educacional do país e, sobre forte influência do professor Fernando de Azevedo, circulou em diversos periódicos da época com o intuito de atingir a sociedade civil, buscando voltar a atenção para o cenário de crise e forte ameaça à educação pública. Em oposição ao manifesto, estavam empresários, industriais e agentes da Igreja Católica que defendiam a autonomia das instituições privadas frente ao processo de ensino e aprendizagem e também apontavam a necessidade do Estado agir enquanto financiador das escolas particulares no Brasil.

A relação existente entre o *Manifesto dos Pioneiros da Educação* e o material produzido pela Campanha em Defesa da Escola Pública é vista no fato de que muitos destes expoentes que levantaram a bandeira nos anos 30 levaram adiante suas concepções e pensamentos ao longo dos anos 40 e 50. Atuaram em movimentos como a Constituinte de 1946, por exemplo, e tiveram o ápice de seu envolvimento com a defesa de uma escola pública, de caráter estatal, no período anterior a aprovação da Lei nº 4.024/61 (SANFELICE, 2007).

O Manifesto de 1959 deu continuidade ao de 1932, trazendo novas contribuições e novos atores sociais, procurando expandir a circulação do tema e a captação de novos adeptos em relação à pauta. O texto em si, de certa forma, reivindica o princípio da liberdade e a

exposição para o público de uma série de problemas referentes à educação no Brasil, principalmente a denúncia de um projeto privatista, encabeçado pela Igreja Católica, e que ganhou força com o apoio de Carlos Lacerda. A defesa de uma educação pública de caráter estatal, naquele momento, passava por reconhecer que, após o manifesto de 1932, avanços aconteceram a respeito do tema educação, mas que estes não só foram isolados, mas também insuficientes.

Isso torna possível reiterar as marcas do Manifesto de 32: educação democrática, escola democrática e progressista, liberdade de pensamento e igualdade de oportunidades para todos. Conclui-se: a sociedade projetada na visão antecipatória do Manifesto de 1932 ainda não se materializara totalmente nos anos 50 do século XX, mas os anos JK, como se diz hoje, numa referência ao governo do presidente Juscelino Kubitschek, faziam alguma diferença (SANFELICE, 2007, p. 547).

Percebe-se, então, que a manutenção das mazelas sociais estava diretamente relacionada aos interesses de setores ligados aos estabelecimentos privados de ensino, principalmente a Igreja Católica. Logo, a educação arcaica, problemas de infraestrutura e ausência de projetos pedagógicos de ensino e aprendizagem eram todos elementos que serviam como argumentos para a defesa privatista do ensino público, alegando que, para o Brasil de fato se consolidar enquanto um país novo, uma potência desenvolvimentista, o capital privado deveria investir na educação. Desta forma, a campanha cumpre a pertinente tarefa de não só criticar esses aspectos, mas também de propor alternativas que relacionassem expansão do ensino, qualidade e, principalmente, a centralidade do Estado enquanto provedor deste serviço e capaz de reduzir marcas históricas relacionadas a desigualdade social. Conforme Sanfelice (2007), a educação não era responsável por ter gerado esses problemas históricos da sociedade, mas sim, o seu abandono.

Os princípios defendidos pelo manifesto traziam aquilo que se tinha de mais avançado dentro do pensamento capitalista da época: a defesa de radicais mudanças, mas sem a ruptura com a ordem social burguesa¹⁰. A defesa consistia em atribuir como central ao Estado laico o papel de educar o cidadão com a finalidade de se tornar um trabalhador de uma sociedade industrial. Entretanto, tais mudanças, mesmo que importantes, não romperiam com as desigualdades e mazelas presentes no capitalismo, além de ser importante analisar a presença de socialistas dentro de uma campanha, com forte influência liberal. Promover a educação por meio das diretrizes levantadas no manifesto era a defesa de uma educação pública universal, obrigatória e gratuita em todos os graus e, sobretudo, de caráter integral (SANFELICE, 2007).

¹⁰ Ao analisar os agentes presentes na elaboração do Manifesto de 1959, Sanfelice (2007), aponta que tanto liberais quanto os setores mais radicais que se aglutinavam no movimento da campanha, traziam como ponto de convergência a defesa da laicidade do Estado. Além disso, era consenso dentre os componentes da campanha, que nenhum projeto de ruptura com a ordem social vigente sairia daquele movimento.

Pensa-se também uma educação com base na liberdade, no respeito às pessoas, que fortaleça o sentimento democrático e que pense, principalmente, a inserção nas mais variadas frações da classe trabalhadora. Inclusive, o próprio manifesto acaba defendendo uma educação de viés liberal democrática, que sirva como base ao desenvolvimento econômico, porém, que forme um cidadão que reflita e pense sobre os mais variados assuntos presentes na sociedade.

O manifesto pode ser lido enquanto um chamado dos educadores brasileiros a se pensar os rumos da educação em um contexto de profundas transformações sociais, mas que realmente insira o Estado enquanto um agente central e fundamental na formulação destas políticas, evidenciando a ideia de que a Escola Pública pode ser vista como a principal conquista da democracia liberal capitalista do século XIX. Sendo assim, como apontado previamente, os princípios defendidos pelo manifesto trazem o que se tinha de mais avançado no capitalismo, sem romper com a lógica burguesa, e atribuindo centralidade ao Estado laico.

Após a publicação do manifesto, iniciou-se o movimento que foi intitulado como "Campanha em Defesa da Escola Pública", o qual, segundo Florestan Fernandes, surge a partir da articulação de setores da burguesia brasileira, que de imediato se uniram com setores da Igreja Católica, e que possuíam um projeto de educação totalmente antagônico aos objetivos e interesses das camadas populares e periféricas. O projeto, que tinha Carlos Lacerda como um de seus principais expoentes, reforçava a ideia de que a educação era um privilégio social e só alimentava o descompasso entre a educação realmente existente e o papel construtivo desta para a superação da condição histórica de subdesenvolvimento do Brasil (LEHER, 2012).

Cabe aqui destacar um argumento que presente na atuação de Florestan ao longo da Campanha, que é o de reforçar a autonomia para a estruturação da educação pública (LEHER, 2012). Florestan Fernandes entendia que um Estado educador, deveria ser aquele que descentralizasse a riqueza e o poder. Todavia, na prática, o que se tinha naquela época era um monopólio do controle da educação na mão de pequenos grupos. Partindo dessa ideia, percebe-se que o único agente capaz de realizar esse processo de autonomia em relação à educação é o Estado.

Porém, partindo da definição de Nicos Poulantzas (1985), que enxerga o Estado enquanto "condensação material de uma relação contraditória", essa condensação tem como base as contradições presentes nas relações estabelecidas pelas diferentes classes sociais. Esse Estado age sobre elas com o fim de desorganizá-las reforçando sua subordinação. No Brasil, essa interpretação é de extrema importância que o Estado cumpra esse papel de organizar e manter a dominação das classes para a reprodução do capitalismo e, principalmente, a condição de subdesenvolvimento e, no caso, a educação é um elemento central dentro deste processo.

São nestas contradições que podem surgir momentos e disputas das classes dominadas, em que podemos ter o aparecimento de lutas e conflitos a partir dos aparelhos do Estado existentes. Por isso, mesmo que Florestan enxergasse como impossível de se cumprir seu projeto de educação dentro dos moldes capitalistas, via a atuação por meio da campanha como uma importante forma de se disputar a hegemonia e, com isso, conseguir transformações dentro dessas condensações vistas no Estado hegemônico pela burguesia.

Além do manifesto, a presença do tema a respeito da educação pública em periódicos da época realça a ideia de como este tema foi importante não só para a sociedade civil naquele momento, mas também, essencialmente, para os rumos da educação pública no Brasil¹¹. Uma etapa importante a ser feita é analisar e mapear a circulação deste tema nos periódicos de maior destaque da época, *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*. Além disso, cabe destacar também a importância de mapear em trabalhos futuros a presença da temática em outros periódicos em circulação no período do movimento. Então, percebe-se que a Campanha em Defesa da Escola Pública foi a manifestação de maior impacto dentro deste contexto, pois conseguiu articular setores de campos políticos distintos: movimento escola novista, intelectuais e líderes sindicais. Podemos perceber algumas figuras que se destacaram nessa campanha como Fernando Henrique Cardoso, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, pois estes foram os responsáveis por apresentar ao deputado Celso Brant um substitutivo que reforçava a defesa da escola pública como única e verdadeiramente democrática¹².

Como aponta Cardoso (1987), Florestan Fernandes foi sem sombra de dúvidas um dos principais articuladores da campanha, pois compreende que o intelectual deve sempre se lançar sobre as lutas sociais, principalmente nos momentos em que elas são necessárias para melhorar a vida de seu país. Entendo que o intelectual teve essa posição de destaque, mas vejo que ela vai além de sua atuação como um representante de um grupo político, que possuía uma ideia em comum. Percebo que essa construção foi estabelecida pela possibilidade que Florestan enxergou de, por meio da campanha, conseguir, de fato, uma transformação social em seu país.

A Campanha pode ser vista como sendo um momento em que Fernandes dá voz de maneira ampliada, publicamente, à toda sua trajetória de vida, em especial a sua infância e juventude, percebendo-se como um representante dos anseios das massas populares (Saviani,

¹¹ Um dos objetivos ao analisar sobre a circulação de Florestan na imprensa, a partir da Campanha, é o de perceber se os artigos assinados por Fernandes apresentavam a maneira com que o debate se desenvolvia em setores da sociedade, como outros intelectuais e para quem esses artigos eram direcionados, como um todo.

¹² Ver *O articulista Florestan Fernandes: democracia e educação em tempo de neoliberalismo*, de Marcos Marques de Oliveira (2005).

1996). Porém, um ponto que é de extrema importância em ser ressaltado é o de que mesmo sendo a figura que teve o maior destaque, Florestan não participava de uma campanha com apenas um grupo de ideias monolíticas. Segundo Saviani (1996):

Com efeito, pode-se identificar, grosso modo, entre os defensores da escola pública, três grupos distintos: os liberais-pragmatistas, os liberais-idealistas e os de tendência socialista. Os primeiros provêm do movimento da Escola Nova e se encontram na origem do projeto da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional elaborado em 1948. Entre eles se situam Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, Faria Góis e Anísio Teixeira o qual esteve mais em evidência durante a Campanha, em razão dos ataques que vinha sofrendo, na condição de diretor geral do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), por parte dos defensores da Escola Particular. O segundo grupo era composto por professores da USP ligados ao jornal O Estado de S. Paulo, como Roque Spencer Maciel de Barros e Laerte Ramos de Carvalho, que redigiam os editoriais de educação do jornal, João Eduardo Rodrigues Villa-Lobos e o próprio diretor e proprietário de O Estado de S. Paulo, Júlio de Mesquita Filho. No terceiro grupo se situavam os professores ligados a Florestan Fernandes através da Cadeira de Sociologia, como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, além de outros não-vinculados à referida cadeira, como Wilson Cantoni. (SAVIANI, 1996, p. 80).

Após essa reflexão, percebe-se que o ideário liberal era bem presente em relação aos defensores da campanha. “Defende-se uma educação liberal e democrática para o trabalho e o desenvolvimento econômico, para o progresso das ciências e da técnica que residem na base da civilização industrial” (SANFELICE, 2007, p. 551). Além deste ideário, nota-se também o forte caráter progressista dentro do manifesto, ao denunciar as características de um Brasil arcaico e não democrático. Ainda assim, uma das questões importantes de se destacar está em entender por que Florestan Fernandes, nome que desde os anos 40 era associado à militância socialista, não só depositou enorme força na Campanha, mas também assumiu protagonismo e destaque neste processo.

Uma primeira explicação para a forte inserção e conseqüentemente protagonismo de Florestan na Campanha está presente na conclusão do artigo de Saviani (1996). O autor aponta que o caráter prático de Fernandes e de destaque na campanha se deu por conta de sua formação sociológica, capaz de observar e analisar os múltiplos ambientes em que esteve inserido. Concordo com esta leitura, mas acredito que ela precise ser aprofundada, pois, a meu ver, a trajetória de vida e, principalmente, a trajetória política de Florestan influenciaram neste processo, como Leher já apontou, em especial, a partir do momento em que a Campanha foi se desenvolvendo, ele foi percebendo que aquele era um espaço capaz de trazer algum tipo de mudança dentro da sociedade da época.

Desta maneira, um dos caminhos que creio ser importante de se observar por meio dos materiais presentes na Imprensa Periódica sobre Florestan, está em perceber como o professor visualiza os avanços possíveis dentro do Estado brasileiro por meio da Campanha e a defesa de

uma sociedade socialista, que, naquele momento, parecia um caminho próximo para outros intelectuais da época, como Caio Prado Jr., mas que, de certa forma, esbarrava sobre o debate de modernidade trazido pelo nacional desenvolvimentismo, e que inclusive servia como bases para os princípios defendidos na Campanha a partir de 1959.

Logo, já que a Campanha cumpriu destaque na trajetória de Florestan e que este foi figura central deste processo, torna-se necessário perceber como este debate se fez presente na sociedade civil, ampliando, assim, a construção da figura de Florestan Fernandes enquanto um intelectual orgânico.

Antônio Gramsci, marxista e filósofo italiano, ao ser preso por Mussolini em 1926, iniciou o processo de documentação de seu período no cárcere, com análises políticas sobre o que a Itália e a Europa estavam passando. Em sua obra, *Cadernos de Cárcere*, escreveu assim sobre o intelectual: “todos os homens são intelectuais, embora possa-se dizer: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p. 9). A própria trajetória de Gramsci exemplifica a forma como ele entendia o intelectual. Ao mesmo tempo que articulou e organizou o movimento operário, utilizou-se da função de jornalista para construir uma formação cultural que ia além dos anseios do movimento social (SAID, 2005).

Dentro de seus estudos sobre os intelectuais, estabelece uma divisão em que os eles podem ser vistos em dois grupos: os primeiros são os chamados “intelectuais tradicionais”, professores, administradores, que passam muitos anos fazendo a mesma tarefa. Os segundos são os “intelectuais orgânicos”. Esses estão diretamente relacionados com a classe social ou com empresas, por exemplo, pois lutavam por poder e a organização de interesses.

Segundo Gramsci (1997), o estatuto do intelectual orgânico aponta que sua relação com a política nos mecanismos institucionais é algo presente e essencial para o seu desenvolvimento. Assim, o intelectual orgânico se responsabiliza em pensar as bases presentes em cada setor a ser analisado, despertando, assim, a consciência de classes, atuando internamente nas massas, procurando assim a construção de ideologias emancipatórias.

Pensar Florestan Fernandes é falar de sua trajetória enquanto professor de Sociologia na USP¹³. Este longo caminho iniciou-se em 1945, quando assumiu a assistência da cadeira de Sociologia II, ministrada pelo professor Fernando de Azevedo. Posteriormente, obteve o título de mestre em 1947, pela Escola Livre de Sociologia e Política, desenvolvendo um longo trabalho sobre a sociedade Tupinambá. Em 1951, obteve o título de doutor com o trabalho A

¹³ Para as informações bibliográficas a seguir, utilizamos a biografia escrita por Sylvia Garcia, *Destino Ímpar*, de 2002. Além desta referência, o trabalho de Garcia foi usado como principal fonte bibliográfica sobre Florestan Fernandes.

função social da guerra na sociedade Tupinambá. Estes dois eventos são importantes, pois, após se consolidar como pesquisador, conquistou, em 1953, a livre-docência na cadeira de Sociologia I com o trabalho *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*, sendo um ano depois contratado pela USP. Após mais de 10 anos de profunda dedicação a pesquisas e a temas do âmbito social, obteve, em 1964, com *A integração do negro na sociedade de classes*, o título de catedrático da cadeira de Sociologia I. Neste momento, o Brasil iniciava o longo período da ditadura militar que, para Florestan, significou seu afastamento do quadro da USP em 1969 e, posteriormente, a aposentadoria compulsória via Ato Institucional de número 5.

A partir deste ponto, é importante perceber que ao longo de toda essa trajetória docente, Florestan esteve inserido em inúmeros debates da esfera pública do Brasil, desde a sua atuação como colaborador de jornais paulistanos, no *O Estado de São Paulo*, ingressando em 1946 e escrevendo a coluna “Homem e Sociedade” e, principalmente, na *Folha da Manhã*, em que conheceu Hermínio Sacchetta, militante do Partido Socialista Revolucionário. Esta organização de orientação Trotskista recrutou Fernandes, que permaneceu vinculado a ela até o início dos anos de 1950.

O papel de Florestan na Imprensa Periódica pode ser visto como o de um intelectual orgânico, uma vez que, ao mesmo tempo em que procurou organizar movimentos e setores polarizados da sociedade civil durante a Campanha, também formulou teorias com o intuito de transmitir as ideias e argumentos.

Florestan, ao longo da Campanha e por meio de publicações nos periódicos, apresentou-se publicamente ao debate, mas, também, viajava, proferia palestras, concedia entrevistas e circulava por espaços institucionais. A tarefa, nesse caso, é entender como ele conquistou este espaço de destaque nos jornais, o que era então discutido e como sua figura também aparecia nestes jornais em outras notícias.

1.3 Florestan Fernandes e a Imprensa Periódica

Segundo De Luca (2015), até a década de 1970, era pequena a quantidade de trabalhos acadêmicos que utilizavam jornais e revistas como instrumentos de análise. Naquele momento, utilizava-se de maneira significativa instrumentos para a difusão da Imprensa. Entretanto, a preocupação que se tinha era de realizar uma história sobre a Imprensa e não uma história por meio dela.

A partir de então, começam a se acentuar perspectivas metodológicas para a utilização da Imprensa enquanto fonte. Contudo, ela ganha destaque com a formulação dos trabalhos históricos sobre o movimento operário, que se encontravam, por meio de jornais, panfletos e publicações independentes, capazes de retratar disputas e questões presentes nos diferentes cotidianos. Um dos objetivos destes trabalhos estava em perceber a direta relação destes movimentos com as cidades e os múltiplos processos de construção do espaço público (LUCA, 2006).

Em pesquisa anterior¹⁴, realizei o mapeamento dos materiais de Florestan Fernandes dentro dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. Na análise destes materiais, observei que Florestan está debatendo sobre os principais assuntos presentes na sociedade civil desempenhando a função de correspondente jornalístico, assinando, dentre outros textos, resenhas literárias e reportagens.

E, em relação ao momento debatido, neste trabalho não foi diferente. Após mapeamentos iniciais pude perceber que existem 239 citações ao nome “Florestan Fernandes” nos jornais selecionados entre janeiro de 1958 e dezembro de 1961 (203 citações no Estadão e 36 na Folha). Nestes materiais, podemos identificar que existem 30 artigos assinados por Florestan.

Em uma primeira análise desse material, percebe-se que existem os mais variados tipos de citações, como convites a celebrações acadêmicas, reportagens, crônicas e reportagens de autoria do próprio Florestan Fernandes, em que ele destaca a defesa da Campanha e da importância desse debate dentro dos circuitos intelectuais e, principalmente, no constante diálogo com as camadas populares.

Esses materiais apontam na direção do que Edward Said, em seu livro *A Representação do Intelectual* (2005), apresenta sobre a relação entre o intelectual e o público. Em sua concepção, os intelectuais são indivíduos que possuem a vocação para a representação e que esta deve ser reconhecida publicamente, representando, assim, movimentos e, sobretudo, tensões sociais. Said aponta que o intelectual não pode ser confundido como um funcionário anônimo ou um burocrata solícito, mas deve atuar de forma objetiva e com relação direta àquilo que defende. Desta maneira, os estudos já existentes sobre o movimento em defesa da Escola Pública não realizaram uma sistematização a respeito de como a Campanha se fez presente dentro da sociedade civil. Com isso, a forma que vejo capaz de analisar este processo é a

¹⁴ Estes materiais foram coletados, conforme assinalado anteriormente, em pesquisa realizada com bolsa no Programa Brasileiro de Iniciação Científica, em que as reflexões e dados foram publicados no trabalho *Os inícios de Florestan Fernandes na imprensa paulista*, de Luiz Merino e Anthony Rodrigues.

reflexão sobre esses materiais de Florestan nos principais periódicos da época, pois, como já citado acima, a Imprensa cumpre a função de retratar disputas e tensões do cotidiano social.

A análise que utiliza periódicos inicia-se a partir da facilidade que temos hoje em dia a respeito da digitalização das fontes analisadas, compiladas em bancos digitais, como, por exemplo, os recursos oferecidos pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN), ferramenta que permite realizar busca em jornais digitalizados de todo o país, estabelecendo a tentativa de operar com uma visão que não separe a análise dos textos dos contextos científico, cultural e políticos mais amplos em que eles se inseriam.

Infelizmente, alguns grandes grupos da Imprensa no Brasil não disponibilizam seus acervos na plataforma da Biblioteca Nacional, como no caso do *Grupo Globo* e do *Grupo Folha*. Os materiais que tomo como fonte para este trabalho são de periódicos que não disponibilizaram seus acervos na Hemeroteca. Entretanto, estes jornais oferecem seus acervos para a consulta em seus *sites*, porém, esse acesso não é amplo, já que para conseguir realizar a leitura, é necessário efetuar a assinatura dos jornais.

Uma das grandes inquietações existentes dentro do campo da História da Educação, diz respeito às diferentes formas de se trabalhar com as fontes nas pesquisas. Com isso, é necessário destacar que cada fonte histórica possui um tratamento específico a partir de suas especificidades (TOLEDO; SKALINSKI JR., 2012). Como vestígio do passado não isento, é preciso pensar sobre as intenções de quem os produziu (BACELAR, 2006 apud MÉLO, 2009). No caso dos estudos que utilizam periódicos como fontes de pesquisa, é necessário situar de onde vem o periódico identificando os atores sociais e as relações de interesses ideológicos, entendendo assim a relação que este possui com o tema que está sendo discutido (TOLEDO; SKALINSKI JR., 2012).

Por que esses artigos foram publicados por esses jornais? Esses temas aparecem em outras seções, com outros autores? As respostas a estes questionamentos visam a perceber o periódico não enquanto uma obra isolada, mas explicitar sua linha editorial, os interesses financeiros e políticos e, principalmente, a ligação que o material analisado possui com o cotidiano em que a Campanha estava inserida.

Um ponto importante de ser retomado no debate sobre a Campanha, é o destaque em relação ao posicionamento do jornal *O Estado de São Paulo*, no que diz respeito à questão do projeto dos defensores da escola pública.

Partindo da contribuição de Mélo (2009) sobre o trabalho com periódicos, é importante pontuar que jornais, folhetins, panfletos, estão sendo usados constantemente para a reconstrução de discursos. Sobre Fernandes, a autora destaca que ele utilizava esse espaço para

debater inúmeras questões de cunho político e social. Porém, ela não aponta em suas análises sobre essas fontes para quem esses textos estavam sendo direcionados. A partir desta percepção, entendo como necessário o mapeamento e a reflexão no que diz respeito a quem na sociedade civil Fernandes estava querendo atingir com seus textos.

Desse modo, a presença do debate sobre a Escola Pública nos dois principais jornais de São Paulo, com um número significativo de citações, mostra que a Imprensa serviu como instrumento capaz de atingir amplos setores da população. Logo, se um dos principais objetivos da Campanha era atingir o apoio das camadas que eram beneficiadas diretamente com as políticas de construção de uma escola pública, gratuita e de qualidade, a utilização de canais em que estas ideias pudessem circular era primordial.

Durante décadas, os trabalhos que se preocuparam em analisar e refletir sobre o pensamento de Florestan Fernandes destacaram a importância de sua figura na defesa da Escola Pública enquanto um espaço gratuito, laico, de qualidade e também democrática. Entretanto, muito se esquece de mencionar o momento em que este processo ganha destaque não só na obra do autor, mas também em sua trajetória política. Com isso, assumo, acompanhando Leher, que Florestan Fernandes era um intelectual de pensamento contínuo, pois sua vida acadêmica não está dissociada da construção de instrumentos para a transformação da realidade social, o que se percebe desde 1941, ano em que escreveu seu primeiro artigo publicado na Imprensa Periódica.

O artigo intitulava-se *Florestan Fernandes e a defesa da educação pública* e foi publicado no periódico *Educação e Sociedade*. Nesse trabalho, Leher fez uma análise a respeito da trajetória de Florestan e a relação direta das pautas relacionadas à defesa da Escola Pública em diferentes momentos de sua vida. Este trabalho, inclusive, chega a mencionar que Florestan escreveu artigos na Imprensa no período da Campanha, mas não apresenta de forma detalhada este material, além de outros elementos que os periódicos podem oferecer, como reportagens, notas, dentre outros.

Além desta questão, é necessário sempre destacar Florestan enquanto porta voz de um circuito amplo e diverso de figuras públicas, que convergiram no meio de tantas divergências para a construção de um movimento singular na história do país, que muito inspirou os movimentos de lutas sociais, intensificados a partir dos anos 60.

Por fim, Florestan deixa aberta a necessidade de se refletir e pensar a respeito das relações entre o movimento desempenhado no período de 1959 até 1961 e a sua circulação na grande Imprensa Periódica. A parte de mapear estes materiais já foi iniciada, mas, são necessárias a análise e a interpretação, mapeando o que é citação do que é de fato texto escrito

por ele e inserir estes textos na vasta bibliografia presente sobre este importante momento não só na vida e obra de Florestan Fernandes, mas também na história da educação brasileira.

Cristiane Mélo, em sua dissertação de mestrado *Estado e educação pela imprensa: o debate de Florestan Fernandes ante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1959-1961)*, apresentou um vasto e denso levantamento sobre a atuação de Florestan Fernandes na Campanha em Defesa da Escola Pública e também sobre a sua presença na Imprensa Periódica da época. A pesquisa desenvolvida por Mélo foi dividida em quatro partes, em que na primeira realizou uma apresentação sobre Florestan abordando a relação direta entre a ação política e a formulação de seus pensamentos. Na segunda, realizou uma reflexão sobre a educação pública na virada dos anos 50 para os anos 60 sob a luz de Florestan Fernandes, definindo nesta parte a sua concepção sobre a Campanha. Na terceira parte, apresenta a presença de Florestan Fernandes por meio de artigos periódicos assinados por ele no jornal *O Estado de São Paulo*, no período de 1959 até 1961, refletindo a relação dos artigos com as ideias principais de Florestan sobre a educação: papel central do Estado na formulação de políticas públicas, laicidade do Estado, fortalecimento da democracia enquanto elemento ligado diretamente às escolas e também o professor com seu papel fundamental de educador, sendo capaz de transformar a vida, a realidade do educando. E, por último, apresenta um interessante debate sobre o papel que a formulação de políticas públicas no ensino primário possui para a configuração dos princípios de um Estado que de fato seja democrático e capaz de solucionar problemas estruturais dos cidadãos.

Destaco este trabalho de Mélo (2009) como de extrema importância para as reflexões sobre o pensamento de Florestan Fernandes. Pretendo me referenciar ao longo da presente pesquisa em muitas análises, principalmente nas que foram produzidas a partir dos 11 artigos mapeados por seu trabalho bibliográfico. Contudo, para além dos 11 artigos mapeados pela autora, destaco aqui a necessidade de avançarmos no que diz respeito a atuação de Florestan na Campanha e a sua atuação por meio da Imprensa Periódica.

Primeiro, percebo que toda e qualquer análise sobre um acontecimento, ou sobre um intelectual, deve levar em conta os antecedentes, aqueles fatores que motivaram o objeto principal de estudo. No caso do trabalho de Mélo, identifico a ausência de fatores motivadores, como a polêmica fala de Fonseca e Silva no congresso nacional, assim como a pouca relação estabelecida entre o Manifesto de 1959 e o Manifesto de 1932, com quase 30 anos de diferença

entre um e outro, e com inúmeras transformações políticas, eles estão diretamente relacionados, e com demandas em comum levantadas por seus interlocutores¹⁵.

Também destaco que o mapeamento realizado sobre os artigos de Florestan deixou de contabilizar alguns por ele publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo os artigos: *O Brasil e os seus contrastes*, *Educação e Democracia*, *Devemos desarmar as crianças*, *O destino das universidades*, *A ideologia dos educadores*, *Realismo científico*, e *Resenha bibliográfica: A reforma universitária e a Faculdade de Filosofia de Valnir Chagas*. Penso que, por meio deles, também é possível perceber a quem Florestan se endereçava, como se colocou na cena público e pensar de que maneira esses artigos se relacionam com as posições que defendia na Campanha. Entre 1958 até 1961, foram publicados os seguintes artigos que estão ausentes do levantamento de Mélo (2009).

Quadro 1 - Artigos de Florestan Fernandes no *Estadão* entre 1958 e 1961

Título	Data
O Brasil e os seus contrastes	04/10/1958
Devemos desarmar as crianças ?	15/11/1958
O destino das universidades	03/01/1959
Educação e Democracia	14/02/1959
A ideologia dos educadores	04/04/1959
Mais uma vez Convocados: Manifesto ao Povo e ao Governo	01/07/1959
Os Escritores e a Escola	21/11/1959
Realismo científico	19/12/1959
A Posição dos Escritores	05/12/1959
Em Defesa da Escola Pública I	30/01/1960
Em Defesa da Escola Pública II	06/02/1960
Em Defesa da Escola Pública III	13/02/1960
Objetivos da Campanha em Defesa da Escola Pública	24/05/1960
O Trabalhador e o Projeto de Diretrizes e Bases	28/02/1961
Resistências a Mudança Social	09/12/1961
Resenha bibliográfica: "A reforma universitária e a Faculdade de Filosofia" de Valnir Chagas	23/12/1961
Diretrizes e Bases a Sansão do Presidente	28/12/1961

Fonte: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2020.

Além disso, este trabalho pretende analisar também a seguinte questão: a contribuição das citações e referências ao nome de Florestan Fernandes no período já destacado acima. Em análises iniciais, podemos perceber a enorme importância que esse mecanismo tem, pois, por

¹⁵ Esta discussão de relacionar os dois manifestos vem sendo desenvolvida dentro do campo da História da Educação. Trabalhos como o de Sanfelice (2007), Leher (2012) e Savianni (1996) apresentam essa discussão. Porém, o trabalho de Mélo (2009) não propôs olhares para essa questão. Uma das hipóteses que penso aqui é de que os artigos assinados por Florestan na Imprensa podem ser também utilizados para mostrar uma outra forma de apresentar essas aproximações existentes entre os manifestos.

exemplo, mostra como no período de 1959 até 1961, Florestan assumiu protagonismo no circuito intelectual e na sociedade civil por conta desse debate sobre a Campanha.

Através desta continuidade no mapeamento sobre Florestan e, principalmente, com novas análises, será possível perceber que, além de defender a Escola Pública em si, a atuação de Fernandes na Campanha foi fundamental para a sua formação enquanto intelectual orgânico, já que, por exemplo, três anos após a sua atuação, em 1964, chegou ao ápice de sua carreira enquanto intelectual com *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, trabalho que foi a defesa de titularidade na cátedra de sociologia da USP, posto que ocupava de modo provisório desde a saída do professor Roger Bastide, figura de extrema importância para a vida de Florestan. Este movimento de assumir em definitivo a cátedra foi a consolidação da ocupação de um local que nem de longe era pensado para um filho da classe trabalhadora e, partindo de sua atuação enquanto defensor da escola pública, se tornou referência nacional, no debate sobre educação no Brasil.

Com isso, após inserir estes elementos já apontados acima, é possível distinguir a possibilidade de se realizar avanços significativos sobre a análise de Florestan em um dos períodos mais importantes de sua trajetória, que é a Campanha, de maneira sistemática por meio da Imprensa Periódica, pensando a sua circulação por meio dos múltiplos espaços da sociedade civil da época.

Dentre as 239 citações, no período de 1958 até 1961, ao termo “Florestan Fernandes”, nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* existem 18 que são os artigos escritos por Fernandes a respeito do tema “Escola Pública”, todos esses publicados no jornal *O Estado de São Paulo*. Estes artigos estão listados acima, visto que, em seu trabalho, Mélo (2009) apresentou um mapeamento inicial, que foi atualizado pelos primeiros levantamentos deste trabalho, percebendo a presença de 7 artigos que não estavam presentes na dissertação da autora.

Além dos artigos por ele publicados, existem outras 74 citações ao nome de Florestan Fernandes no *O Estado de São Paulo*, que são reportagens sobre a participação do professor em comissões universitárias e análises sobre as diretrizes educacionais, que fazem referência ao pensamento de Fernandes, sua participação em comícios em prol da escola pública, além de suas viagens realizadas a Brasília em 1960, com a comissão elaboradora do Manifesto de 1959, dentre outras referências. Ainda, existem 13 citações na *Folha de São Paulo* a respeito do tema sobre a educação pública. As outras 134 citações não mencionam o tema da educação, mas ressaltam outros debates em que Florestan estava inserido neste período. Por isso, não estão mapeadas e classificadas neste trabalho.

Desta maneira, organizei as citações realizadas nos jornais em duas tabelas diferentes. Na primeira, estão as citações ao Termo Florestan Fernandes no *O Estado de São Paulo*, de 1958 até 1961.

Quadro 2 - Textos que fazem referência ou citam Florestan Fernandes no Estadão entre 1958 e 1961

Título da matéria	Data de Publicação
Nova diretoria da SBPC	25/03/1958
Faculdades... Demagógicas!	27/04/1958
Carta de professores ao chefe da nação	29/04/1958
Para o mais urgente e essencial a FFCL necessita de 60 milhões	16/04/1959
Falta de verba e pessoal na Faculdade de Filosofia	26/07/1959
Simpósio sobre a educação no país	01/09/1959
Professores iniciam um grande debate sobre os problemas atuais da educação no Brasil	02/09/1959
Novos temas apresentados no debate sobre o ensino	03/09/1959
Encerrado ontem o debate sobre educação no país	04/09/1959
Prêmio Brasiliense	26/09/1959
Diretrizes da educação nacional	28/10/1959
Diretrizes e bases da educação	30/10/1959
Apoiam os professores o movimento da UEE	07/02/1960
Conferências sobre o projeto de diretrizes	18/03/1960
Convenção da escola pública	17/04/1960
Ponto em comum na convenção em defesa da escola pública	04/05/1960
Hoje a convenção pela escola pública	05/05/1960
A comissão reafirmou a defesa do ensino	06/05/1960
Protesto de estudantes de Taubaté	10/05/1960
Elabora-se o plano em defesa da escola pública	14/05/1960
Início do curso para dirigentes sindicais	21/05/1960
Intelectuais paulistas saúdam os defensores da escola pública no Rio Anhembi	03/06/1960
Escola Pública: Comissão segue amanhã para Brasília	07/06/1960
Segue hoje para Brasília a comissão da escola pública	08/06/1960
Retorna hoje a comissão em defesa da escola pública	12/06/1960
Volta confiante a comissão em Defesa da Escola Pública	14/06/1960
Missão em Brasília	15/06/1960
Grupo de trabalho dirigirá a luta pelo ensino livre	15/06/1960
Nenhum mal individual ou coletivo	17/06/1960
Relatório contra as diretrizes e bases	18/06/1960
Vinte discursos nas três horas de comício	22/06/1960
Em Lins: Campanha da Escola Pública	26/06/1960
Jamais gostei de professores	29/06/1960
Convenção em defesa da escola pública	10/07/1960
Primeira conferência: Iniciou se outra convenção em prol da Escola Pública	12/07/1960
Dificuldade para a manutenção do Veto	14/07/1960
Maçons a favor da campanha da escola pública	21/07/1960

Quadro 2 - Textos que fazem referência ou citam Florestan Fernandes no Estadão entre 1958 e 1961

Título da matéria	Data de Publicação
Social	23/07/1960
Conferência: diretrizes e bases	23/07/1960
Palestra sobre diretrizes em Ribeirão Preto	24/07/1960
A semana e os livros	30/07/1960
Defesa da Escola Pública	04/08/1960
Novos rumos na Campanha em defesa da escola pública	05/08/1960
Intensificação da campanha em prol da escola pública	09/08/1960
Curso de pedagogia na biblioteca	10/08/1960
Homenagem a defensor de escola pública	13/08/1960
Realidade pedagógica nacional	03/09/1960
Palestra sobre educação pública	11/09/1960
Defesa da escola pública	13/09/1960
Novos debates sobre o projeto de diretrizes	15/09/1960
Parecer da educação escolar	25/09/1960
Em defesa da escola pública	20/10/1960
Defesa da educação brasileira	14/01/1961
Defesa da educação brasileira	17/01/1961
Lançamento de livro	18/01/1961
Defesa da escola pública	25/02/1961
Certame operário para a defesa da escola pública	26/02/1961
Os operários resolveram dar seu irrestrito apoio à luta em Defesa da Escola Pública	28/02/1961
Novos "cidadãos paulistanos"	16/04/1961
Diretrizes e bases da educação	27/04/1961
Diretrizes e bases da educação	30/04/1961
Mestres apontam deficiência da vida universitária	30/04/1961
Reativamento da campanha em favor da Escola Pública	28/05/1961
Reafirmação de princípios em favor da Escola Pública	06/06/1961
Dia 5 nas livrarias e bancas de jornais Anhembi	07/06/1961
Diretrizes: apoio ao substitutivo Nogueira da Gama	20/06/1961
Dia 21: início de certame científico da Unesco em S. Paulo	12/08/1961
Encontros intelectuais da Unesco	18/08/1961
Diretrizes e bases da educação	26/09/1961
Homenagem ao professor Florestan Fernandes	27/09/1961
Univ. de São Paulo: Doutorado	22/10/1961
Escola pública: apela para os deputados a comissão estadual	01/12/1961
Diretrizes e Bases: pedida ao presidente a oposição de veto	19/12/1961

Fonte: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2020.

Nesta segunda, estão às citações ao Termo Florestan Fernandes na “Folha de São Paulo” de 1958 até 1961.

Quadro 3 - Textos que fazem referência ou citam Florestan Fernandes na Folha entre 1958 e 1961

Título da matéria	Data de Publicação
Incompatibiliza-se moralmente o novo diretor com a congregação da faculdade de filosofia	17/01/1958
Lançado o manifesto dos educadores	01/07/1959
Iniciou-se ontem o simpósio sobre problemas educacionais brasileiros	02/09/1959
Prosseguiram ontem os trabalhos do simpósio sobre os problemas educacionais brasileiros	03/09/1959
I Convenção Estadual em defesa da escola pública	05/05/1960
Seguirá hoje para a nova capital a comissão de defesa da escola pública	08/06/1960
Novas críticas ao projeto de diretrizes e base da educação	31/08/1960
Debates sobre a Universidade de Brasília	06/09/1960
"Obsoleta a escola brasileira em relação às funções que normalmente deve desempenhar"	25/09/1960
Exame do problema de educação	15/01/1961
Tarde de autógrafos	18/01/1961
Auxiliares de ensino da USP promoverão ciclo de debates	07/08/1961
Atos do presidente	24/08/1961

Fonte: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 30 set. 2020.

Feito o mapeamento e a organização cronológica das citações, é necessário desenvolver a análise destes materiais. Os dois próximos capítulos deste trabalho têm como objetivo dividir as citações em duas partes: a primeira delas diz respeito aos artigos que Florestan Fernandes assinou e publicou no período da Campanha no periódico *O Estado de São Paulo* e a segunda se refere às citações feitas ao nome de Florestan Fernandes nos periódicos *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, que foram publicadas no período da Campanha.

Através dessas fontes, que falam das conferências que Florestan participou, tal como viagens, reuniões, encontros e discursos, além dos artigos por ele assinados, o trabalho encaminha para colaborar com a ideia de que a sua atuação na Campanha por meio da Imprensa Periódica foi fundamental para a sua caracterização enquanto intelectual orgânico, principalmente alinhado aos interesses dos grupos subalternos, com o objetivo de transformar e solucionar problemas sociais por meio da educação.

2 O ESPAÇO DE FLORESTAN FERNANDES NO PERIÓDICO *O ESTADO DE SÃO PAULO* ACERCA DA ESCOLA PÚBLICA

A trajetória de vida de Florestan Fernandes tem relação direta com a defesa de princípios democráticos, em que a defesa da universalização do ensino público fora uma bandeira fundamental. Este posicionamento de Fernandes está inserido em uma crítica feita por ele sobre a presença de interesses privatistas no campo da educação e principalmente na formulação de políticas públicas dentro deste. A respeito do contexto que aqui estamos debatendo, a caracterização do dilema educacional brasileiro surge como principal objetivo de reflexão e compreensão de Florestan.

Poucos países, no mundo moderno, possuem problemas educacionais tão graves quanto o Brasil. Como herança do antigo sistema escravocrata e senhorial, recebemos uma situação dependente inalterável na economia mundial, instituições políticas fundadas na dominação patrimonialista e concepções de liderança que convertiam a educação sistemática em símbolo social dos privilégios e do poder dos membros e das camadas dominantes (FERNANDES, 1960, p. 192).

A oferta de um ensino público de qualidade, tal como o estabelecimento de uma ordem democrática no país (MÉLO, 2012, p. 37), eram pontos fundamentais para a superação deste dilema educacional. De certa forma, aquilo que vinha sendo oferecido até então nos currículos propostos pelas escolas no Brasil não estava relacionado com os interesses das camadas populares, muito pelo contrário, era usado como elemento de dominação, e não de aceleração de melhores condições de vida ou de uma condição de progresso (OLIVEIRA, 2005).

Estas formulações desenvolvidas por Florestan sobre a função que a educação deve ter dentro das relações sociais foram feitas em um contexto de extrema importância para a sociedade: a abertura de um debate visando a formulação de uma lei nacional de diretrizes e bases para a educação. Como apresentado no capítulo anterior, o movimento intitulado Campanha em Defesa da Escola Pública teve suas origens na ameaça desempenhada por setores da sociedade brasileira ligados a instituições confessionais de ensino, que defendiam uma formação religiosa para o país.

A base da formulação destas políticas privatistas para a educação fora desenvolvida a partir da fala que Lacerda proferiu em 1959, ameaçando profundamente a liberdade de ensino, provocando uma intensa polêmica acerca do uso deste termo. Florestan Fernandes, de imediato, se colocou contrário a esse projeto, passando a atuar junto a setores da sociedade brasileira que, mesmo com inúmeras diferenças existentes, adotaram um mesmo objetivo em comum: a defesa da Escola Pública.

Quando Florestan Fernandes aponta que as camadas populares encontram, por meio das instituições de ensino, uma maneira fundamental de garantirem formação integral para a vida (MÉLO, 2009, p. 38), ele está relacionando este pensamento com a sua própria trajetória de vida. Segundo Saviani (1996), este momento de virada na formação de Florestan, em que ele começa a alcançar espaços de destaque que não seriam esperados para alguém de sua origem, representa o que de fato o professor entendia que era o papel da educação: desenvolver um projeto que transforma inteiramente o sujeito, incorporando elementos que não surgem naturalmente, mas que são frutos de ações educativas passando a construir o próprio sujeito.

A atuação dele na Campanha, então, pode ser considerada como uma importante forma de aplicar essas ações educativas e que, somente através da manutenção do caráter público, universal e laico da escola, este processo poderia ser desenvolvido. Outro ponto que também se relaciona com esta caracterização e que possui centralidade dentro deste debate é o papel que o Estado deve desempenhar dentro do ensino público.

O Estado deve intervir de forma a garantir melhorias, ampliar e expandir a rede de ensino que ele montou, visando atuar como um importante instrumento de elevação social. (FERNANDES, 1960, p. 118). Desta forma, o próprio Florestan Fernandes denominou o movimento da Campanha como sendo uma cruzada em defesa da Escola Pública, pois a defesa de uma reforma educacional com caráter democrático e republicano era algo que ameaçava frações da burguesia brasileira¹⁶.

Como reitera Saviani (1996), as preocupações referentes à Escola Pública sempre estiveram presentes no pensamento de Florestan Fernandes, em todos os âmbitos da sua atuação enquanto intelectual. Sendo assim, a campanha cumpre um papel de extrema importância na trajetória de Fernandes, pois, além de ser um momento de expressão de suas ideias e projetos para a educação no Brasil, foi importante para a sua consolidação enquanto intelectual.

Como mencionado no capítulo anterior, a Imprensa Periódica cumpriu uma importante função na circulação dos princípios e ideias da Campanha em Defesa da Escola Pública. Por ser uma das principais figuras deste movimento, Florestan foi convocado para inúmeros eventos e atividades envolvendo a construção do programa que teve a tarefa de representar este movimento. Uma das iniciativas que Fernandes cumpriu foi a de publicar artigos na Imprensa Periódica da época, para não só posicionar a população acerca do movimento, mas também para

¹⁶ Esta caracterização da Campanha enquanto “Cruzada em defesa da escola pública” está presente na apresentação do segundo capítulo do livro *A tragédia educacional brasileira*, de Julio Hiedeushi Okumura e Henrique Tahan Novaes (2020), chamado *As cruzadas de Florestan Fernandes em defesa da escola pública nos anos 1950-1960*.

consolidar as suas ideias e opiniões sobre este movimento, que como já mencionamos não era homogêneo, mas sim marcado por diferenças¹⁷.

Os debates promovidos pela Campanha tinham como objetivo além de circular os princípios defendidos pelo movimento, fazer com que novos setores declarassem apoio e passassem a construir as lutas e mobilizações do movimento. Relacionando-se com o desenvolvimento desta tarefa, os artigos escritos por Florestan Fernandes em *O Estado de São Paulo* apresentam, por meio de múltiplas análises sobre a Escola Pública no Brasil e o processo de ensino e aprendizagem, aquele que era seu principal objetivo, a chamada “revolução educacional” (OKUMURA; NOVAES, 2020).

Antes de entrar na reflexão dos artigos escritos por Fernandes, cabe pontuar quais foram esses espaços que ele e seus orientandos estiveram presentes para defender os princípios e bandeiras da Campanha. Segundo Okumura e Novaes (2020), é possível diferenciar os movimentos entre atividades que se deram dentro da universidade, em que este grupo desempenhou um conjunto de debates técnicos e científicos, e fora da universidade, atuando de forma a construir um pensamento histórico sobre a Escola Pública, além de relacionar com problemas crônicos do país. Na continuidade desta explicação, Okumura e Novaes (2020) fornecem dados importantes do mapeamento destas atividades, que aqui transformo em quadro para facilitar a visualização e compreensão.

Quadro 4 - Participação de Florestan Fernandes em atividades ligadas ao movimento da Campanha em Defesa da Escola Pública

Conferências	39
Comunicações sobre temas relacionados a educação	4
Mesas redondas em canais de televisão	3
Mesas redondas em recintos fechados	2
Exposições no decorrer de comício	1
Conferências que debatiam os problemas educacionais brasileiros	5
Total	54

Fonte: OKUMURA; NOVAES, 2020.

Florestan Fernandes, por se posicionar favorável à Escola Pública e, principalmente, ter sido responsável por formar um dos núcleos centrais no desenvolvimento da Campanha, escreveu e foi citado enquanto referência na Imprensa Periódica, tal como mostram as tabelas no capítulo anterior do presente trabalho. Aqui, iremos tomar como fonte os 18 artigos que

¹⁷ Florestan Fernandes, junto com Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, representaram o grupo de defensores da Campanha que ficou associado ao alinhamento às concepções socialistas da realidade, enquanto outras figuras como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Júlio de Mesquita foram responsáveis por representar os intelectuais de viés liberal. No capítulo seguinte, este tema será abordado de maneira mais detalhada, sobretudo as divergências sobre a concepção de Escola Pública existentes entre eles.

Florestan Fernandes escreveu em *O Estado de São Paulo*, dialogando com análises feitas por Mélo (2009) e apresentando novos elementos a partir da atualização feita em relação ao seu mapeamento. A parte que analisa as outras citações que fazem referências ao nome de Florestan Fernandes, em *O Estado de São Paulo* e na *Folha de São Paulo*, serão analisadas e debatidas no capítulo seguinte.

Uma importante observação a ser feita é que, após a consulta feita no *site* dos jornais do grupo *Folha de São Paulo*, não foi encontrado nenhum artigo escrito por Florestan Fernandes no período referente à Campanha e usado como recorte deste trabalho. A hipótese é que lideranças do jornal *O Estado de São Paulo*, tais como Júlio de Mesquita, declararam abertamente apoio ao movimento da Campanha, inclusive, Júlio fora eleito como presidente de honra do movimento, encabeçando documentos e abaixo-assinados visando a não aprovação do substitutivo de Lacerda. As reportagens que inserem tanto Florestan Fernandes quanto Júlio de Mesquita nos mesmos espaços e atividades no movimento corroboram esta explicação.

Com isso, partimos para a reflexão dos textos que Florestan assinou no período da Campanha e que foram publicados pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Essa análise dos 18 artigos foi pensada em dois momentos que são complementares dentro da discussão e do debate. O primeiro momento de análise reúne os artigos que Florestan escreveu que estão relacionados à discussão envolvendo os dilemas sociais brasileiros e a questão da Escola Pública no Brasil, enquanto a segunda etapa de análise relaciona os artigos escritos por Fernandes em que ele apresentava as suas leituras e interpretações sobre o desenvolvimento e lutas dos defensores da Escola Pública brasileira.

2.1 A análise de Florestan Fernandes sobre dilemas sociais no Brasil e a relação com o drama da Escola Pública

Durante a sua atuação no movimento em defesa da Escola Pública, um dos objetivos de Florestan Fernandes foi o de associar a existência de dilemas sociais no Brasil com o drama vivido na realidade cotidiana das escolas públicas no país. Desse modo, o seu objetivo sempre foi o de pensar uma escola que atuasse com o protagonismo na formação de um sujeito diretamente vinculado com o meio social em que ele estava inserido e com condições básicas de alterar e modificar esta realidade. Neste sentido, Florestan caracteriza que esses dilemas não eram considerados como uma etapa do capitalismo no Brasil, mas sim resultado de uma condição histórico-social que se reproduzia graças à condição de periferia ocupada e que tinha como consequência o estágio de dependência aos países centrais do capitalismo.

Uma das características existentes neste caráter específico da sociedade brasileira, está na relação frágil das instituições brasileiras com os fundamentos democráticos.

É nesse contexto em que o autor introduz a noção de “dilema social brasileiro”. Por “dilema” Fernandes entende ‘um tipo de inconsistência estrutural e dinâmica que nasce da oposição entre o comportamento social concreto e os valores básicos de uma determinada ordem social’ (FERNANDES, 1976; p. 208). Esse seria o caso da adesão aos fundamentos morais da ‘ordem social democrática’ por parte dos círculos sociais dominantes. Ela não passaria, a rigor, de uma forma de ‘compreensão simbólica’, isto é, seria apenas epidérmica e superficial – não levaria as últimas consequências as exigências da universalização dos direitos e garantias sociais. Num quadro analítico de inegáveis ressonâncias psicanalíticas, o autor diz que as distorções acarretadas pelo ‘superego nacional’, cujas forças profundas se voltariam contra a democratização da sociedade, tornariam inócuas as expressões públicas ‘progressistas’ por parte dos segmentos ‘cultos’ da população brasileira (BRASIL JR., 2012, p. 45).

A educação, então, pode ser por ele considerada como sendo o principal elemento capaz de superar esta condição, mas, ao mesmo tempo, é na educação em si que se percebe um dos maiores problemas, configurando assim um “dilema” específico. Segundo Fernandes (1966), o dilema educacional tem a sua origem na formação das instituições escolares no Brasil, que, em um primeiro momento, foram pensadas para garantir a integração dos grupos hegemônicos e dominantes.

Desta maneira, a campanha cumpriria papel fundamental:

Em vez de lutar contra o projeto de Diretrizes e Bases de modo cego e desordenado, ela se propunha a tarefa de apontar porque as medidas combatidas eram ruins ou inaceitáveis e como elas poderiam ser substituídas por outras medidas mais recomendáveis ou necessárias. Tornou-se, com notável rapidez, um movimento de responsabilidade cívica, que propunha à nação os dilemas educacionais que temos de enfrentar e resolver, se quisermos sair da posição de Povo atrasado, subdesenvolvido e dependente (FERNANDES, 2020, p. 92).

Outra questão que, segundo Florestan, pode também ser analisada enquanto um dilema, é o fato do modelo educacional proposto pelas classes dominantes no Brasil ser totalmente desarticulado com a condição que o país ocupa na economia mundial. Ao invés de se pensar uma educação que rume a direção articulada a uma ordem democrática, o argumento proposto por Lacerda no seu texto substitutivo, e que tem como apoio setores confessionais, caminha em afirmar valores típicos do “Antigo Regime”. Sobre essa questão, destaca Florestan:

Aí se acha um dos fulcros do dilema que não conseguimos enfrentar. Os países subdesenvolvidos são, também, os que mais dependem da educação como fator social construtivo. Tais países precisam da educação para mobilizar o elemento humano e inseri-lo no sistema de produção nacional; precisam da educação para alargar o horizonte cultural do homem, adaptando-o ao presente e a uma complicada teia de aspirações, que dão sentido e continuidade às tendências de desenvolvimento econômico e de progresso social; e precisam da educação para formar novos tipos de personalidade, fomentar novos estilos de vida e incentivar novas formas de relações sociais, requeridas ou impostas pela gradual expansão da ordem social democrática. Todavia, esses países não encontram, na situação sociocultural herdada, condições

que favorecem quer uma boa compreensão dos fins, quer uma boa escolha dos meios para atingi-los. Mesmo os recursos materiais, humanos ou técnicos, mobilizados efetivamente, acabam sendo explorados de maneira extensamente irracional e improdutiva. Para sair-se desse estado, é mister que se façam esforços coletivos que possibilitem a substituição mais ou menos rápida de técnicas e concepções educacionais anacrônicas, parcial ou totalmente estéreis, por técnicas e concepções educacionais congruentes com a necessidade de acelerar a mudança na esfera da organização das instituições escolares, com o objetivo de aumentar sua contribuição para a formação de novos tipos de homem. (FERNANDES, 2020, p. 97).

A Campanha pode ser vista como um esforço dos intelectuais em pensar saídas para esse conjunto de dilemas que estão postos e colocados na realidade brasileira. Toda essa categorização faz com que possamos perceber que as ameaças sofridas pela Escola Pública não tinham como objetivo solucionar, mas intensificar os dilemas vividos no interior dela, tal como a relação com outros dilemas sociais no Brasil.

Esta preocupação de Fernandes em relacionar os dilemas e o desenvolvimento da Campanha é posta também em alguns artigos que ele escreveu no período de 1958 até 1961 no jornal *O Estado de São Paulo*. São artigos que tratam de temas específicos da realidade educacional do Brasil e que possuem a função de alertar a população em geral daquilo que estava acontecendo tanto nas universidades quanto na realidade institucional da educação no Brasil. Os artigos que cumprem essa função estão listados no quadro abaixo¹⁸:

Quadro 5 - Artigos escritos por Florestan Fernandes que relacionam os dilemas sociais no Brasil com o drama da Escola Pública

Título do Artigo	Data de Publicação
O Brasil e seus contrastes	04/10/1958
Devemos desarmar as crianças	15/11/1958
O destino das Universidades	03/01/1959
Educação e Democracia	14/02/1959
A ideologia dos educadores	04/04/1959
Os escritores e a escola	21/11/1959
A posição dos escritores	05/12/1959
Realismo Científico	19/12/1959
Resistências à mudança social	02/12/1961
Resenha bibliográfica: “A reforma universitária e a faculdade de Filosofia” de Valnir Chagas	23/12/1961

Fonte: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2020.

O objetivo aqui, nesta parte do trabalho, é o de pensar como cada artigo listado na tabela acima estava conectado com a proposta que Florestan pensava não só dentro da Campanha, mas sim na sua atuação enquanto intelectual, que era a de apontar como esses dilemas estavam

¹⁸ Esses artigos estão listados na tabela colocada no segundo capítulo deste trabalho, junto com os demais artigos que Florestan escreveu para o periódico, além das citações ao seu nome nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*.

colocados na nossa realidade, como poderiam ser analisados e interpretados e apontar caminhos para sua superação.

O artigo que inicia este momento do trabalho é *Brasil e seus contrastes*, publicado em 4 de outubro de 1958, no *Estadão*, na parte do "Suplemento Literário", estando junto com outros artigos que tinham a tarefa de apresentar livros que estavam sendo lançados naquele momento. Esse artigo de Fernandes é uma resenha literária do livro publicado por Roger Bastide - de quem Florestan recebeu forte influência - chamado *Brasil: terra de contrastes*. O livro, no geral, trata sobre uma análise feita por Bastide acerca da formação histórica do Brasil, indo além das visões tradicionais que colocavam a análise relacionada ao cenário América e Europa, trazendo um olhar colocado na presença do elemento indígena na formação do continente. Florestan começa a resenha destacando que escrever um livro sobre o Brasil não é uma tarefa fácil, pois, em sua opinião, muitas das análises que são feitas e produzidas trazem sentimentos, como o da felicidade, que não condizem com a formação histórica do país. Para Fernandes, o livro de Bastide deve ser visto com profundo entusiasmo, dado que escapa desta lógica de forma didática, e, principalmente, saindo do que é construído enquanto "senso comum", tanto na realidade cotidiana, quanto também dentro das ciências sociais.

Figura 1 - Artigo O Brasil e seus contrastes

O Brasil e seus contrastes

Não é fácil escrever um livro sobre o Brasil. As melhores descrições conseguem retratar esta ou aquela camada social, esta ou aquela região, esta ou aquela época. A maioria dos autores procede como se o Brasil existisse, por inteiro, em algumas páginas, mais ou menos felizes... Os que são doutos de espírito generalizam e possuem algum dogmatismo chegam a acreditar na fidelidade de suas "interpretações", bastando nos impor formulas que têm valor heurístico apenas para explicar certas fases da vida brasileira.

Por isso, foi com surpresa que liemos um livro interessante, escrito com vivacidade e com evidente intuito didático, que escapa a essa regra. Trata-se de *Brasil: Terra de Contrastos* (1), de Roger Bastide. A primeira impressão do leitor cirivase em certo desinteresse: esperávamos algo mais "profundo" e "revolucionário" do mestre francês cuja presença entre nós ainda hoje se faz sentir com todo vigor, apesar da ausência de quase cinco anos. O sociólogo é enraçado pelo léxico como uma espécie de mago. Ele detém as chaves que nos abrem os bens e os maus segredos da sociedade, o caminho para alcançar a felicidade coletiva, sem nenhum esforço individual ou social. Faz o senso comum o desmentido dessa imagem, pela qual o sociólogo não é responsável e contra a qual ele luta com frequência, pois ela embarga seu trabalho e dificulta a compreensão objetiva de suas contribuições positivas.

Há explicações para essa reação inicial. Quem escreve para o leitor estrangeiro tem de contar coisas que não mais ou menos vulgares para o leitor nacional. Roger Bastide opta com extrema coragem, ao assumir o tema de modo a contar com o total desprezo do leitor "culto" da Europa em face dos assuntos brasileiros. Mas, isso sempre facilmente perceptível e com muito valor explicativo. O elemento, a economia, a estrutura social são vistos em diferentes perspectivas, que nos permitem situar a evolução histórica, a diferenciação regional e a integração nacional dentro de um quadro de referências extremamente complexo, no qual a unidade do sistema socio-cultural brasileiro jamais é postulada

Por paradoxal que pareça, ali não está um defeito mas uma qualidade do livro. O senso de equilíbrio constitui algo essencial na avaliação de uma obra de arte, de uma obra científica ou de uma nação. Um autor nunca pode ser acusado por manter suas apreciações no nível do que é positivamente conhecido. O que cabe é perguntar por que toma tal atitude e se, no conjunto, evita as deformações que poderiam resultar de semelhante procedimento. Em relação à presente obra, duas coisas são evidentes. A primeira delas, é que o autor pretenda "divulgar" o Brasil em meios intelectuais em que essas coisas não são praticamente ignoradas. O livro tinha de possuir um tom didático se não nas intenções, pelo menos na forma de apresentação e de discussão das matérias. A segunda, é que Bastide deu um balanço apreciavelmente ponderado e justo da situação histórico-cultural do Brasil, embora muitas idéias e interpretações pudessem ser mais desenvolvidas e aprofundadas. Ninguém poria em dúvida sua capacidade de fazê-lo, como o demonstram seus ensaios sobre diferentes temas brasileiros. Nesse balanço, o dado do sociólogo é evidente. É preciso algum talento para lidar com as explicações dos fatos sociais no plano de que é mais acessível e elementar. Esse talento alcançamos com frequência, os especialistas à custa de longos anos de pesquisas e de reflexões. Portanto, é condição de sociólogo está associado à parte mais fecunda desta contribuição à propaganda do Brasil no Exterior. O teor científico de *Brasil: terra de contrastes*, porém, deve ser corrigido por uma visão global e cuidadosa das múltiplas dimensões da sociedade brasileira. Os contrastes existem e são muitos. Mas nenhum deles possui nenhum valor explicativo. O clima, a economia, a estrutura social são vistos em diferentes perspectivas, que nos permitem situar a evolução histórica, a diferenciação regional e a integração nacional dentro de um quadro de referências extremamente complexo, no qual a unidade do sistema socio-cultural brasileiro jamais é postulada

FLORESTAN FERNANDES

como um dado da razão. O leitor descobre, por si mesmo, que essa unidade constitui o ponto de muitas influências e condições diversas, que projetam para o futuro o destino do País. Mas comparando *Brasil: Terra de Contrastos* lembra os retratos das "cidades mortas", de Lotz. Só que nele não existe a mesma atitude espiritual, de desamento diante das pessoas e de sua vida moribunda. Ao contrário, há confiança de que o processo descrito é "histórico", por levar a Nação como um todo para além de seu termo, do modo crescente, desejado e perseguido conscientemente em direção socialista. O paralelo vale sobretudo no que diz respeito à maneira de descrever a realidade. Como Lotz, Bastide não se enleia na tela de aspirações médias, que descuram as pequenas inconsistências, destacando as grandes condições que compensam as frustrações inevitáveis, em um mundo social de mantido tempo para as ambições europeizadas (ou imitadas) dos agentes humanos. Contudo, sua expressão permeia o compreender e presente em termos de futuro, e avaliar o País e seu povo através de potencialidades que também possui nas apreciações sociológicas: "O Brasil, que ainda não sabe bem o que fazer de sua potência juvenil, que mal se projeta no concreto das grandes nações, será amanhã a grande Nação mediadora entre a América, a África e a Europa? Pode-se pensar isso e, quanto a mim, acredito que é essa sua grande missão no futuro" (pag. 340).

As especializações, há aqui ou ali material para ponderação e reflexão. O livro não foi escrito por geógrafos, psicólogos, economistas ou sociólogos. Todavia, foi pelo menos alimentado pela concepção diretiva que os fatos humanos são passíveis de tratamento objetivo e de interpretação sistemática. Embora a que escrever e como escrever, o sociólogo jamais poderá libertar-se do posto de vista fundamental, que orienta a explicação metodológica da realidade. Por isso, é interessante acompanhar o modo pelo qual Bastide aprova as interpretações, que permitem relacionar os diferentes

tipos de fatores na explicação geográfica, econômica, demográfica, antropológica ou sociológica da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. Aqui, a consciência humanística surge e corrige as velhas predefinições do sistema, alimentadas especialmente pela antiga tradição da sociologia europeia. De Comte a Mumford, os sociólogos europeus acreditaram, firmemente, no poder da análise interestre à perspectiva sociológica. Para operar com o falar humano no nível em que se arguia a própria intervenção do homem nas suas condições de existência, pareciam que a sociologia seria a única ciência capaz de compreender a interação dos fatores que intervêm na dinâmica da vida humana e proporcionar a síntese interpretativa conceitual de condições a descoberta da importância relativa de cada um dos fatores. Bastide rompe com essa tradição e o faz através de concepções adquiridas no trato com as teorias estéticas ou na apreciação intelectual da obra de arte. Em consequência, salienta igualmente os diversos fatores que possuem alguma importância essencial na interpretação de situações histórico-sociais, mas sem nenhum espírito dogmático. Com isso, reúne em poucas frases ou afirmações dados que procedem de várias disciplinas, como a história social, a geografia, a demografia, a economia, a etnologia etc.

Além dessa lição de relativismo científico, que propõe a nas produções dos cientistas sociais modernos, há nesse pequeno livro uma contribuição específica aos sociólogos com preocupação teórica. É sabido que a pressão no uso de conceitos um requisito da explicação científica. Sem ela, é impossível lançar as bases de entendimento objetivo entre os especialistas ou alcançar condições de uma explicação sistemática das interpretações empiricamente fundadas. Ao tratar dessa questão, Roger Bastide aponta as dificuldades com que se defrontam os sociólogos que investigam a sociedade brasileira, através de conceitos elaborados principalmente pelo estudo das sociedades europeias, revelando-nos, ao mesmo tempo, o caminho que trilhos para resolvê-las. "Além disso, o sociólogo que estuda o Brasil não sabe bem que sistema de conceitos utilizar. Todos

na pesquisas realizadas na Colômbia, no México, na Amazônia etc, sendo, também, há pouco tempo, comprovadas por fatos e documentos obtidos por outros investigadores que, desenvolvendo as idéias iniciais de Rivet, chegaram a resultados que virão servir de ponto de partida para novas estudos.

Na hora atual, em que muitas das nossas editoras lançam no mercado toneladas de obras que visam apenas dar, mercenariamente, movimentação à respectiva conta bancária, aparcem registros, iniciativas como a de "Anhuaim", que voltando as costas ao seguro êxito comercial de certos livros destinados ao grande público, concentram na publicação de obras como a de Rivet que constituem, para o público leitor interessado em tais matérias, uma magnífica aventura cultural.

*
"O Acusado"

Em "O Acusado", romance de Alvaro Franco Ribeiro (Editora Anhuaim), temos curioso fragmento da sociedade portuense dos dias que correm, visto, é claro, muito através da caricatura do que da visão objetiva dos fatos. Não nos esqueçamos, porém, da lição de Eça de Queiroz que, deformando a realidade, logrou, melhor do que ninguém, fixar, num painel gigantesco, o Portugal de seu tempo.

Bom outras são as possibilidades do autor do presente romance, e, manda a justiça divina, bem outras as suas pretensões. De fato, ele quis, apenas, através do caso de um casal de burgueses com uma filha moça para casar, e que ficaram o pobre e amoroso Rômulo como provável noivo, dar-nos um romance de costumes, da vida no Porto, com observações temperadas pelo bom humor lusitano. Tal característica se acentua nas seqüências de julgamento de Rômulo acusado pelo pai da conduta da filha, depois de ter atentado contra a dignidade social. O autor não resiste, ali, a acrescentar pela aneddotia, pelo chiste galhofeiro, atingindo no máximo na cena em que o advogado da defesa, após dirigir as palavras ao verbebo "Rômulo" no "Lello",berra, triunfante, no tribunal, em plena cara do réu, que "quem fica amarrado por uma toba não poderia ser condenado". E segue-se a recitação do indigne pai do acusado, o qual, no mesmo momento, se ergue para declarar ao juiz e ao público que, ao contrário, seu filho fora amarrado pela responsabilidade parenteral, "por uma criatura de Deus, como as que o são".

Como se verifica, ao menos no cultivo da veia humorística o autor segue as pegadas da escola do romance português que tanto melhor alcançou nos dias de Camilo e de Eça.

*
Novas Edições

Dentre as recentes publicações, salientam-se: "Sombra de Meia sobre o Século XX", livro que reúne uma série de conferências do sociólogo francês Emmanuel Moulier; "História da Fraternidade Eclesiástica de S. Paulo", de Vasco Smith de Vasconcelos, com documentação sobre as origens e fundação das nossas dioceses e dos principais vultos da nossa Igreja; "A Rebelião das Múrcias", ensaio de George Uricason.

ROLDANS BARBOSA

as noções aprendidas nos países europeus, ou norte-americanos em certo sentido líquidas, capazes de descrever os fenômenos de fundo, de educação, de interpretação, que se medem por uma realidade viva, em perpetua transformação. O sociólogo que pretenda compreender o Brasil deve se transfigurar às vezes em poeta" (pag. 16).

(1) Bachelard, Paris, 1987.

Além da tarefa de sair do senso comum, Florestan destaca que um pesquisador que queira escrever sobre o Brasil, deve sair daquilo que já é colocado de forma aparentemente conhecida, pois, além de expor elementos que ocultam a realidade tal como ela é, deixam de problematizar uma série de elementos. Assim, se uma obra quer dissertar sobre a formação histórico-social do Brasil, ela deve se atentar aos contrastes existentes, desenvolvendo, a partir disso, categorias específicas para compreender e entender a realidade brasileira.

Florestan salienta que, neste trabalho, Bastide demonstra na prática essa dificuldade em tentar entender a realidade brasileira, utilizando as categorias usadas e desenvolvidas para compreender a sociedade europeia. Ele afirma que entender a sociedade brasileira é perceber que as realidades históricas se confundem. Além disso, um termo pensado para a realidade da Europa pode, ao ser aplicado na compreensão da sociedade brasileira, ter significado totalmente diferente do que a realidade demonstra na prática. Por fim, Fernandes conclui que esse trabalho avança no esforço de somar diferentes fatores da realidade, pensando as particularidades e especificidades da sociedade brasileira.

Imediatamente, esse texto chama a atenção para uma questão a ser ressaltada, referente a sua colocação no jornal, publicado na coluna “Suplemento Literário”. Essa seção foi publicada pela primeira vez no jornal *O Estado de São Paulo* em 6 de outubro de 1956, sendo planejada por Antônio Cândido, realizada por Júlio de Mesquita e dirigida por Décio de Almeida Prado.

A seção é apresentada nas memórias do próprio jornal como um dos principais marcos da Imprensa cultural brasileira, pois tinha como objetivo dois pontos importantes: o primeiro era o de publicar textos inéditos de grandes nomes da literatura brasileira, enquanto o segundo se encarregava de pensar a divulgação daquilo que era produzido nos circuitos intelectuais do Brasil¹⁹.

Florestan Fernandes, por ter ligações intelectuais e profissionais com os responsáveis pelo jornal, garantiu que alguns de seus trabalhos fossem publicados nesta seção. No período de outubro de 1956 até dezembro de 1967, ano em que o “Suplemento” encerrou suas atividades, existem 54 citações de trabalhos publicados em que Florestan aparece como autor, coautor, e como autor de obra que está sendo analisada por outros intelectuais.

Outro ponto importante para pensarmos diz respeito ao autor da obra *Brasil: terra de contrastes*, o professor Roger Bastide. Ele fez parte do grupo de professores universitários

¹⁹ Estas informações foram extraídas do site do jornal *O Estado de São Paulo*, da seção “Acervo” e na subseção “História do grupo Estado nos anos 50”. Link: https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1950.shtm. Acesso em 19 jul. 2021.

franceses que vieram para o Brasil nos anos 30, com o objetivo de formar a primeira geração de cientistas sociais no país, além de também estruturarem o ensino universitário nos moldes existentes na Europa. Bastide ficou no Brasil de 1938 até 1954 atuando como professor, pesquisador e pensador, estabelecendo inúmeras relações com seus alunos e contemporâneos (BRAGA, 2000, p. 132).

Segundo Braga (2000), assim como Antônio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz, Florestan Fernandes desenvolveu relações com Bastide, pois, além de alunos, estes quatro cientistas sociais percorreram, ao lado do professor francês, importantes caminhos na consolidação das Ciências Sociais e na formação das primeiras gerações de professores e pesquisadores brasileiros.

A relação desenvolvida por Florestan Fernandes e Roger Bastide tem como marca a colaboração e a interlocução permanente entre os dois. Braga (2000) destaca que Fernandes não foi um discípulo de Bastide, mas um colaborador, visto que ambos publicaram trabalhos juntos. Desta forma, a seu ver, essa função de continuidade do trabalho ficou com a professora Gilda de Mello e Souza.

Esta relação pode ser dividida em dois momentos: o primeiro de Florestan enquanto aluno de Bastide e o segundo de Florestan enquanto professor, que esteve ao lado de Roger Bastide em diversos momentos.

Florestan Fernandes foi aluno de Bastide durante os quatro anos de curso. No primeiro ano, as relações somente se estabeleceram no plano aluno/professor. Em 1941, além de Lavínia Costa Vilela, eram assistentes de Bastide: Lucila Hermann e Gioconda Mussolini. Para o curso oferecido sobre o método monográfico de Le Play, Florestan elaborou um trabalho de aproveitamento sobre o folclore em São Paulo. Após um extenso levantamento, Florestan teve condições de propor uma abordagem original do folclore, o que não foi bem aceita pela primeira assistente de Bastide, Lavínia Vilela, mas mesmo assim lhe deu nota nove (BRAGA, 2000, p. 344).

Sobre Florestan Fernandes enquanto professor, destacam-se dois momentos importantes da relação entre os dois: primeiramente, quando Fernandes ingressa como Assistente da cadeira de Sociologia I e o segundo a partir da atuação dos dois na agenda de pesquisas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre as relações raciais no Brasil.

No momento em que Florestan se formou, em 1944, caminhos profissionais começaram a se abrir, além da posição que ele já ocupava no *O Estado de São Paulo* enquanto colaborador. Esses rumos foram dentro da USP e se deram através de convites para a atuação na qualidade de assistente de cadeira. Nas palavras de Braga (2000, p. 346):

Ao terminar o curso em 1944, Florestan Fernandes aceitou o convite do professor Fernando de Azevedo para ser o seu segundo assistente. Na Cadeira de Sociologia I, ocupada por Bastide, não havia vagas, o que ocorreu somente mais tarde com a saída de Lavínia Vilela. Florestan, então, ficou sendo ao mesmo tempo assistente de Fernando de Azevedo e Roger Bastide durante um período. Bastide, na indicação de Florestan para ocupar a vaga, deixou bem claro que a única pessoa que poderia substituí-lo quando de seu retorno à França seria Florestan Fernandes. Segundo Florestan, o professor Fernando de Azevedo não abriu mão de sua colaboração e ele teve que ficar durante algum tempo com uma carga de trabalho pesada, até conseguir se dedicar somente à Cadeira de Sociologia I.

A partir do momento que Florestan começou a se dedicar somente à cadeira de Sociologia I, a relação estabelecida com Roger Bastide pode ser vista através dos trabalhos por eles desenvolvidos, a grande maioria, resultado da pesquisa da UNESCO, iniciada nos anos 50, que tinha como objetivo analisar a situação do negro no estado de São Paulo. Bastide foi convocado para ser o responsável pela pesquisa e, imediatamente, chama Florestan Fernandes para ser um dos colaboradores. Segundo Cândido (1992, p. 26):

De fato, ela propiciou a passagem de Florestan Fernandes para a investigação de situações sociais problemáticas, quando até então ele se havia ocupado sobretudo com trabalhos de reconstrução histórica por meio da análise bibliográfica, tendo limitado a pesquisa empírica quase apenas a manifestações folclóricas.

Essa passagem de Florestan Fernandes pode ser classificada de forma consolidada quando ele assume de forma definitiva a cadeira de Sociologia I, com a volta de Bastide para a França em 1953, passando, assim, a desenvolver suas pesquisas acerca das investigações das problemáticas sociais. Inclusive, a sua própria atuação na Campanha, desenvolvendo debates, percorrendo cidades e proferindo conferências pode ser considerada como mais um dos elementos que reforçam essa fase já estável, em que dilemas sociais aparecem cada vez mais na trajetória de Fernandes.

Outro tema que Fernandes retrata dentro da Imprensa Periódica diz respeito às preocupações que muitos setores importantes da sociedade, como a universidade, estavam desempenhando no momento da Campanha e que, para ele, eram completamente superficiais naquele momento. No artigo *Devemos “desarmar” as crianças?*, Florestan desenvolve uma análise a respeito da temática de brinquedos bélicos infantis e a discussão a respeito da infância e da adolescência no Brasil.

Figura 2 - Artigo Devemos desarmar as crianças?



Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1958

Neste artigo, também publicado no “Suplemento Literário”, na capa deste caderno e em um dia de feriado nacional, imagina-se que este trabalho teve uma extensa visibilidade, pois Fernandes inicia o texto dizendo que essa pergunta havia sido feita para ele de modo recorrente. Sobre essa questão, Florestan pontua que a resposta deveria se iniciar debatendo uma outra temática importante daquele contexto: os movimentos sociais. Após o destaque feito sobre a pergunta, afirma que, no contexto em que ele está inserido, uma série de movimentos sociais proliferaram com inúmeras pautas e demandas. No caso do Brasil, vem sendo cada vez mais recorrente a presença de movimentos com fins egoísticos e com pautas e projetos pessoais. A relação envolvendo a produção de brinquedos bélicos para crianças e o questionamento deste fato, fazem com que Fernandes pontue que alguns movimentos vêm colocando a necessidade de se retirar das crianças o acesso a brinquedos que façam referências a elementos bélicos.

Florestan não possuía uma opinião formada sobre o assunto naquele momento e deixava esse ponto bem evidente dentro do artigo. Mas o espaço foi por ele aproveitado para indicar que o tema não tinha, a seu ver, a mesma importância do que outros que considerava urgentes acerca da realidade das crianças no Brasil. Ao longo do texto, Florestan coloca que o dilema

existente na educação de crianças e adolescentes no Brasil, é um tema de maior urgência do que a questão de se produzir ou não brinquedos bélicos para eles.

Além disso, Florestan também destaca que devem ser fomentados debates e discussões colocando a necessidade de se incentivar atividades lúdicas com fins pedagógicos. Em sua opinião, muitas das atividades que são desenvolvidas na infância são responsáveis pela formação do sujeito na vida adulta, inclusive reverberando na formação do caráter.

Florestan termina o artigo pontuando que o papel da sociologia não deve ser o de justificar a presença de movimentos que estão colocando essa questão, mas analisar os argumentos que são colocados por qualquer movimento social e, especialmente no caso do Brasil, aqueles que se colocam com a tarefa de minimamente solucionar dilemas existentes na realidade material.

Preocupado em apresentar na prática as questões envolvendo os dilemas existentes na realidade brasileira, Florestan escreveu o artigo *O destino das universidades*, também publicado no "Suplemento Literário", em 3 de janeiro de 1959. Pode ser considerado como um ensaio sobre a situação das universidades no Brasil, principalmente no conhecimento que dela é resultado. Fernandes inicia o artigo dizendo que a grandeza das universidades é resultado daquilo que é feito com o conhecimento que é produzido dentro delas.

Figura 3 - Artigo *O Destino das Universidades*



De início, Florestan destaca que muitas visões sobre as universidades foram formadas de maneira equivocada, pois o sentimento de ausência de diálogo entre os espaços que produzem conhecimento foi fomentado em vez de se incentivar o diálogo e a circulação do conhecimento. Ao longo do texto, o autor pontua que o isolamento intelectual gera um clima de insegurança, pois essa

Situação tão anômala cria, naturalmente, sentimentos pouco estimulantes nos setores universitários. A ausência de intercâmbio na atividade intelectual, deteriora e corrompe o que é bom, já que ela constitui a própria condição de todo juízo crítico e dos resultados positivos que ele leva. Doutro lado, a ausência de intercâmbio oferece ambiente propício ao florescimento do que é daninho, pois fomenta a ignorância dos frutos de incompetência e semi-incompetência. No geral a ausência de intercâmbio gera ou mantém o isolamento dos diferentes setores do pensamento (FERNANDES, 1959).

Na segunda parte do texto, Fernandes faz uma análise sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e, dentro deste cenário, destaca que, recentemente, a universidade passou por algumas ameaças envolvendo repasse de verbas e custeios, além do fato de que, internamente, surgiram alguns importantes movimentos. Entretanto, Florestan pontua que mesmo conseguindo alguma visibilidade nos noticiários, o sucesso deste movimento foi nulo, pois não foi possível chegar até o maior interessado no debate: a população, que se beneficia do que se produz nas universidades.

Segundo Florestan, “os leigos” até poderiam se interessar, porém, mantiveram-se ausentes não participando assim de forma ativa no processo de construção. Essa ausência, para Florestan, nada mais é do que a exclusão da universidade do horizonte da população comum perpetrada por parte dos dirigentes do Estado Brasileiro.

Semelhante conclusão nada tem de melancólica. Se as universidades são indispensáveis no mundo moderno, nossa crescente participação no uso e no domínio dos recursos da civilização tecnológica e industrial irá proporcionar o enriquecimento de experiências coletivas que nos faltam para construirmos uma imagem adequada da natureza e funções das universidades no cosmo material e moral da sociedade brasileira. (FERNANDES, 1959).

Outro ponto que Florestan relacionou com o dilema educacional brasileiro e o drama da escola pública diz respeito à questão da democracia. A forma como a educação vem sendo colocada no Brasil, assim como a participação da população nos processos consultivos, serve somente para privilegiar as elites, que se mantêm cada vez mais fechadas e egoístas. Segundo Fernandes (2020, p. 94):

Temos de voltar, corajosamente, as costas para o passado, e introduzir em nosso meio novas técnicas e práticas educacionais, mais consistentes com a modernização da tecnologia e da economia, com a democratização de garantias sociais e do poder político ou com a própria dinâmica da sociedade de classes. Teimamos em preservar

modelos de organização das escolas e padrões de avaliação no ensino de uma era em que a educação escolarizada se destinava a elite de composição rala, altamente fechada, privilegiada e egoísta. Ora, uma coisa é a educação de elite e para as elites; outra, bem diversa, é a educação do Povo para o Povo. Será inútil falar em fórmulas mágicas, como “desenvolvimento econômico”, “progresso social” ou “democracia”, enquanto não se substituir o sistema educacional que possuímos, montado para elites, por um sistema educacional aberto a todos, capaz de preparar o homem para uma sociedade na qual o trabalho é uma fonte de dignificação das pessoas e todos aspiram à liberdade, à igualdade de oportunidades e à segurança social.

No artigo *Educação e Democracia*, também publicado no “Suplemento Literário” em 14 de fevereiro de 1959, Florestan desenvolveu um ensaio com o objetivo geral de pensar o papel do educador dentro da realidade em que ele está inserido como “sujeito”. No início do artigo, Florestan pontua que tanto o papel da opinião política do educador assim como as influências que essas exercem, devem ser pensadas à luz da “sociedade de massas”. O educador do passado possuía, segundo Fernandes, uma profunda relação com a noção “cívica” e, conseqüentemente, com o senso comum existente.

Figura 4 - Artigo Educação e Democracia



Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1959

Florestan destaca que, naquele momento, o sistema educacional que se diz fundado a partir de valores democráticos em seu âmbito formal demonstra, na prática, interesses completamente distintos, estando muito mais próximos de interesses pré ou antidemocráticos. Nos termos de Fernandes (1959), a “ideologia democrática ignora esse fato e sua decorrência inevitável, a tendência dos membros da classe alta a manipular as funções institucionais, inclusive as escolares, segundo os interesses dos indivíduos e das famílias que possuem riqueza, prestígio e poder”.

Dentro do argumento presente no artigo, Florestan realça a ausência de um regime de normas que de fato oriente, guie e até mesmo ajuste os educadores para atuarem de acordo com os valores democráticos. Ele afirma que os educadores são formados com base nesses valores que são impostos e, muitas das vezes, a capacidade criativa do educador é profundamente desestimulada. Desta maneira, os educadores precisavam, naquela ocasião, de um caminho que proporcionasse maior projeção política para o trabalho que eles desenvolviam.

Por fim, termina destacando um importante argumento, que está associado ao fato de o educador ter autonomia para escolher quais valores vai seguir ao longo de sua trajetória. Mesmo que ele escolha aqueles que estão associados aos grupos dominantes, Florestan ressaltava que isso deveria ser feito de forma que ele tivesse consciência da escolha, incentivando sempre a função criativa que a escola tem.

Com isso, percebe-se uma preocupação que Florestan já havia demonstrado em outros momentos e que em seus textos acadêmicos também estava presente, referente à formação do conjunto das ideias que os educadores deveriam ter. Interessante a maneira como termina o artigo *Educação e Democracia*, pois aponta que o educador que não queira ser alguém crítico, deve ter argumentos e bases para sustentar seus princípios.

Não aparece de forma explícita no texto, porém, esse artigo deve ser lido como uma grande convocação aos educadores a pensarem quais os papéis que desempenhavam na sociedade, principalmente para aqueles que, assim como Florestan, entendiam que o educador deveria agir de forma ativa, visando a reconstrução do mundo que vive e fortalecendo os ideais democráticos em todos os espaços de sua trajetória.

Procurando continuar os debates e as discussões a respeito do posicionamento que o educador deve ter, relacionando-se com a realidade em que ele está inserido, Florestan Fernandes publicou, também no “Suplemento Literário”²⁰, o artigo *A Ideologia dos Educadores* em 4 de abril de 1959. Estampando também a primeira capa da seção, este artigo trata de maneira densa e detalhada a questão de os educadores serem sujeitos inseridos em diferentes

²⁰ A seção “O Suplemento Literário”, como colocada ao longo do texto, foi um espaço extremamente importante para a circulação de temas importantes na área da literatura, ciência, educação, cultura, artes dentre outros. Na organização do jornal, esta seção era um caderno a parte, que não podia ser vendido separado do jornal, mas que tinha numeração e índice próprio, destacado do restante do periódico.

contextos históricos, mas que estão sempre pensando e refletindo a forma como vão intervir nesses espaços.

Figura 5 - Artigo A ideologia dos educadores

Suplemento Literário
SÃO PAULO / 4 DE ABRIL DE 1959

TRÊS CONTISTAS
ADOLFO CAHAI MONTENEGRO

LETRAS ITALIANAS
Os oitenta anos de Bontempelli

RODOLFO JACOBINI

FLORESTAN FERNANDES

A ideologia dos educadores

LETRAS ITALIANAS
Os oitenta anos de Bontempelli

RODOLFO JACOBINI

FLORESTAN FERNANDES

A ideologia dos educadores

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1959

Inicialmente, Florestan insere no artigo um questionamento que percorre todo o trabalho, que é “Os educadores possuem uma ideologia?”. Sobre essa pergunta, coloca-se que ela pode, em um primeiro momento, ser mal interpretada, pois o professor sempre foi visto como alguém “idealista”. Inclusive, isto estaria fortemente presente em países que a atividade docente é vista com relação direta com a atividade sacerdotal.

Na prática, essas ideias “sacerdotais” por muitos foram abandonadas, visto que os educadores, assim como qualquer carreira no mundo corporativo, possuem interesses e, principalmente, defendem seus direitos. Florestan destaca neste ponto, o argumento central do artigo, que é a posição que o docente tem dentro da luta de classes, e o que vai chamar de “renovação da mentalidade do educador”. Sobre essa questão, escreveu:

Ainda assim, parece-nos legítimo indagar se certas atitudes, ideias e valores, vinculados a interesses mais ou menos amplos, mas substanciais dos educadores, se configuram numa sorte de ideologia básica comum. Nesse plano, a pergunta inicial nada teria de provocador, nem de chocante. Muito pelo contrário, ela nos leva a questões cruciais em nossa época na qual a tarefa de “educar o educador” tende a

tornar-se complexa e incerta. A situação atual exige uma nova espécie de preparo do educador, para papeis sociais, para que ele não seja reduzido à condição de mero instrumento no entrechoque de interesses e conflitos sociais (FLORESTAN, 1959).

Para esse processo de “educação do educador”, Florestan propõe a elaboração de um “código civil”, assim como se tem em outras profissões, como a dos engenheiros. Em seu argumento, é necessária a ruptura com aquela visão missionária do educador. Esse distanciamento é fundamental para que o educador moderno consiga atuar de forma ativa e intervir nos problemas sociais. A atuação, segundo Fernandes, também passa pela organização que o educador deve ter enquanto profissional, mas também no funcionamento de seu ambiente de trabalho.

Neste artigo, percebe-se que Florestan de fato estava encarando esse momento da Campanha com profunda seriedade, principalmente como uma circunstância única, em que problemas globais da educação estavam sendo colocados em disputa, bem como a necessidade do docente se posicionar frente a essa conjuntura. A todo momento, em textos e artigos, Florestan destacava que defender a Escola Pública também era defender o docente tendo a sua capacidade criativa incentivada, em um cenário no qual condições básicas fossem oferecidas, para que, a todo momento, pudesse avaliar o resultado da sua contribuição para a sociedade.

A primeira forma de intervenção é a que possui maior significação no momento. Só ela poderá permitir estender a rede escolar a toda a população escolarizável, com economia de tempo, e oferecer perspectivas a uma transformação rápida das técnicas de ensino, da mentalidade pedagógica e da reorganização dos fatores de intervenção seria, por assim dizer, complementar. Dada a coexistência legal do ensino público e do ensino particular, a Nação possui interesse pelas eficácias, extensão e rendimento da rede de estabelecimentos de ensino privado. O que ocorrido em outras esferas, de incentivo às atividades da iniciativa privada, assinala qual deveria ser o modelo e as proporções dessa intervenção do Estado. Caberia ao Governo brasileiro tão somente fomentar condições suscetíveis de favorecer o crescimento da escola particular como e enquanto empresa econômica, dependendo tudo a mais livre concorrência no mercado de serviços (FERNANDES, 2020, p. 132).

Quando se pensa a Campanha enquanto um movimento, entende-se que existiam outros grupos além dos educadores que estavam apoiando, como, por exemplo, sindicalistas, escritores, associações espíritas, maçons e outros intelectuais. Entretanto, nos trabalhos já publicados, não é colocado como ponto de análise a forma com que esses apoios foram adquiridos e conquistados. Nos levantamentos de fontes realizados na Imprensa Periódica, algumas dessas questões são colocadas tanto por Florestan quanto por outras reportagens.

A seguir serão apresentados dois artigos que tratam da necessidade dos escritores se somarem ao movimento da Campanha. Sobre os outros apoios listados, eles não apareceram diretamente nos artigos que Florestan escreveu, mas mostram-se em notícias e reportagens em que seu nome é citado. Estes serão analisados no capítulo seguinte.

Os artigos *Os escritores e a escola* e *A posição dos escritores* foram publicados em 21 de novembro de 1959 e 5 de dezembro de 1959, respectivamente, ambos no "Suplemento Literário", sendo o primeiro publicado na capa desta seção e o segundo na contracapa.

Figura 6 - Artigo Os escritores e a Escola



Figura 7 - Artigo A posição dos escritores



Torneio: O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1959

Em *O Escritores e a Escola*, Florestan Fernandes desenvolveu uma profunda análise em que o drama passado pela Escola Pública e as constantes ameaças que ela vinha sofrendo deveriam ser encarados como prioridade na mobilização de determinados setores da sociedade. Um destes eram o dos escritores. Ao iniciar a categorização deste afastamento dos escritores nas lutas e mobilizações, o artigo pontua que a Escola Pública se encontrava isolada de uma série de setores da sociedade e o que estava se desenhando seria a perda para setores mercantis e majoritariamente confessionais, o que seria o fim da sua existência no que se refere aos valores democráticos.

Enquanto os escritores estavam ausentes dos debates e das discussões envolvendo a Escola Pública, setores empresariais e confessionais propagavam e difundiam seus projetos e bandeiras para as diretrizes educacionais no Brasil. Florestan coloca que o escritor brasileiro não deveria ficar alheio a essa discussão, que na verdade ela estaria diretamente relacionada com a essência da sua própria profissão. Desta forma, essa omissão estaria causando uma série de consequências que não seriam sentidas somente naquele momento, mas, sobretudo, nas gerações futuras.

Aí é que o silêncio e a inação dos escritores e das associações dos escritores se tornam perigosos e comprometedores. Enquanto os interessados na ruína da escola pública não conhecem barreiras, atacando com audácia e as vezes mesmo sem escrúpulos, os móveis que permitem realizar eficazmente os seus fins, os arautos mais evidenciados da cultura balbuciam timidamente ou ignoram a gravidade dessa situação. Não me sinto superior a ninguém. Nem a modesta participação que tenho na vida intelectual brasileira me credencia para tanto. Todavia, sinto que é preciso dar um grito de alerta (FERNANDES, 1959).

Neste momento, percebe-se que Florestan desenvolve uma das principais tarefas que o intelectual orgânico deve ter: a de organizar o grupo em que ele está inserido. Duriguetto (2014), ao pensar o intelectual a partir da concepção Gramsciana, destaca que este deve ter tanto funções organizativas, como também a capacidade em refletir sobre as suas atitudes com a classe em que se encontra. Desta forma, a unidade entre a teoria que o intelectual defende e a efetivação desta na prática não é algo mecânico, mas sim processual, em que através da atuação política, o intelectual desenvolve as estratégias e, principalmente, a quem vai se dirigir para continuar esse processo de organização (DURIGUETTO, 2014, p. 278).

Florestan, a partir deste artigo, percebeu que o escritor brasileiro naquele momento “virava as costas” para os problemas educacionais do país e que a sua tarefa ali seria a de convocar para que os escritores percebessem a ameaça que a escola estava passando e, em seguida, viessem a se somar às lutas e mobilizações. Para ele, os escritores estavam preferindo o sentimento da acomodação e do silêncio em vez da luta e da mobilização, que não era somente do ensino, mas também da cultura.

Em *A posição dos escritores*, Florestan Fernandes continuou o seu papel de intelectual militante ao insistir na convocação e na importância da participação dos escritores nas lutas dos últimos anos em defesa da Escola Pública. Um aspecto interessante de se destacar é que o texto já inicia com Fernandes pontuando que o seu chamado feito no artigo anterior surtiu efeito, pois mesmo aqueles grupos que ainda não haviam se posicionado abertamente, perceberam de imediato a ameaça e prejuízo que a articulação contrária à Escola Pública poderia causar ao país.

A União Brasileira dos Escritores (UBE) foi o primeiro setor que respondeu ao chamado feito anteriormente. Sobre esta associação, Florestan pontua que esse espaço era formado por um conjunto valoroso de escritores com vocação militante, além de que o próprio estatuto da organização apontava, como tarefa dos filiados, a vocação frente à divulgação da cultura do Brasil. A articulação inicial que esse setor encontrou para apoiar o movimento foi através da cobrança de verbas direcionadas à Escola Pública e que o não repasse colocaria em ameaça não só o ensino, mas também a circulação e a oferta da cultura no país.

O feito da UBE que provocou maior entusiasmo em Florestan, foi o envio de um ofício à Câmara dos Deputados expressando a opinião da associação frente aos assuntos relacionados à escola. Sobre esse ofício, destaca:

O ofício, por sua vez, representa uma tomada de posição inflexível. Escrito em linguagem sóbria, mas vigorosa, contém uma análise objetiva da situação, uma advertência sincera e uma condenação dramática da trama que estamos presenciando. Sob os títulos, é tão digno de Paulo Duarte e seus companheiros, quanto da União Brasileira de Escritores, que assim se pôs à frente da inteligência brasileira, para orientá-la e liderá-la nas ásperas campanhas e nos duros combates que se prenunciam (FERNANDES, 1959).

Ao colocar que a escola em si deveria ter os seus defeitos corrigidos, mas com os valores democráticos e, principalmente, públicos garantidos, Florestan termina o artigo dizendo que a escola deve ser uma potência autônoma com núcleo condensado pelos mais modernos valores existentes. De nenhum modo o Estado deveria garantir que os setores que mais ameaçam a escola pública no país estivessem na liderança da formulação das políticas de diretrizes e bases do ensino no Brasil.

O último parágrafo do artigo é importante, uma vez que a ponderação que Florestan Fernandes propôs acabou se tornando realidade ao longo do desenvolvimento da Campanha. Os escritores foram parte fundamental a partir da convocação feita pelo intelectual. Em suas palavras:

Resta-nos saber se a União Brasileira dos Escritores se mostrará atenta ao jogo político e se terá meios para nele se empenhar com a necessária tenacidade. Por enquanto, precisamos aguardar os acontecimentos, que irão decidir do significado prático da

manifestação descrita. Na qualidade de escritor, gostaria de participar diretamente das campanhas anunciadas, nela me inscrevendo como um soldado para qualquer tarefa que me seja conferida (FERNANDES, 1959).

Após a utilização da Imprensa como meio eficaz de denunciar os dilemas educacionais brasileiros, Florestan Fernandes conseguiu, naquele momento, o apoio da União Estadual dos Estudantes (UEE) e de outros setores de escritores brasileiros ao movimento. A organização serviu como espaço de sede para conferências de escritores em defesa da Escola Pública, sendo, dessa forma, fundamental o chamado de Florestan para a aglutinação de campos defensores da educação pública no país²¹.

Sabemos que a atuação de Florestan Fernandes foi de extrema importância e relevância para a Campanha em Defesa da Escola Pública. Sua atuação em defesa dos valores democráticos se deu de forma ativa, objetivando garantir mudanças na estrutura e na organização do sistema político brasileiro. A atuação através dos seus artigos publicados vem até aqui colaborando com a ideia de pensar Fernandes enquanto intelectual a partir de seu papel. Desse modo, outro elemento que contribui com esta linha de pensamento está inserido no fato que o professor também se preocupava com os demais intelectuais e, principalmente, como estes deveriam se posicionar frente à conjuntura que estavam vivendo.

Em *Realismo Científico*, texto publicado no “Suplemento Literário”, em 19 de dezembro de 1959, Florestan Fernandes desenvolveu um ensaio sobre a importância da ciência e como ela deveria estar relacionada com a realidade em que estamos inseridos. Uma categoria usada, ao longo o texto, e que cabe ser destacada, é a de “trabalhadores intelectuais”. Este termo, que reconhece os intelectuais enquanto trabalhadores, pode ser comparado com os processos de formação dos intelectuais que Gramsci destaca em seu pensamento. Conforme Duriguetto (2014), a formação dos intelectuais não se dá de maneira abstrata, mas sim em processos históricos e concretos, sendo característica de cada grupo social a elaboração dos seus intelectuais, para disputas que estão colocadas em diferentes níveis da hegemonia.

A partir desta relação, podemos notar que o esforço de Florestan Fernandes, neste artigo, estava em pensar a necessidade de se garantir a valorização instrumental do conhecimento científico e na necessidade daquilo que é produzido dentro das universidades conseguir adentrar os setores “leigos” da sociedade. Florestan deixa bem claro que acredita que, mesmo de forma “modesta”, o Brasil desenvolvera nos últimos anos um avanço em relação ao incremento da pesquisa científica no país.

²¹ No capítulo seguinte, ao analisar as reportagens e notícias que citam o nome de Florestan Fernandes no período da Campanha, são pontuadas as atividades e espaços que a UEE esteve como organizadora, como sede e seus membros estiveram como participantes em defesa da Escola Pública.

Essa produção, estaria diretamente relacionada ao sentimento por ele chamado de “produção do progresso”. Em suas palavras:

A situação brasileira coloca-nos, portanto, diante de extremos. O presente traduz inegáveis vantagens em confronto com o passado recente. A ciência constituiu uma realidade em nosso panorama intelectual, não uma simples aspiração ou um saber compendioso por importação. De outro lado, porém, vários obstáculos impedem ou restringem a diferenciação progressiva e a renovação do sistema brasileiro de instituições específicas (FERNANDES, 1959).

Figura 8 - Artigo Realismo científico

Realismo científico

FLORESTAN FERNANDES

Ninguém ignora a importância da ciência no mundo em que vivemos. O conforto, a segurança e a grau de desenvolvimento das nações dependem, diretamente, da qualidade e da extensão dos conhecimentos que seus trabalhadores intelectuais são capazes de produzir, de modo organizado e contínuo, em diversos campos da ciência.

Isso contribui, naturalmente, para promover uma valorização instrumental da pesquisa científica e do saber científico. Tanto nos “países avançados”, quanto nos “países subdesenvolvidos”, surgem centros crescentemente favorecidos à maior inversão de recursos financeiros na criação ou na formação das instituições científicas.

Tendo-se em vista os benefícios que se podem tirar dessas tendências, é claro que elas de-

vem ser estimuladas e estimuladas com entusiasmo. Mesmo onde a expansão da ciência encontra as condições mais propícias, os resultados sempre lutaram com limitações humanas e com certa incompreensão pelos círculos leigos. Especialmente quando as consequências práticas eventuais das descobertas científicas não parecem imediatas, tornasse difícil atrair fundos para importantes projetos de investigação ou impraticável manter o funcionamento normal de instituições de ciência pura.

O Brasil está compartilhando dessa tendência universal, favorável ao incremento da pesquisa científica, embora certamente em escala muito modesta. A compreensão cada vez mais completa de que a ciência e a tecnologia baseadas na ciência poderão servir como instrumentos de aceleração ao “desenvolvimento nacional” auxiliou de pouco que auxiliar ainda mais, no futuro, a introdução e o aperfeiçoamento de instituições científicas em nosso meio. Ainda que a situação atual seja, a esse respeito, irremediavelmente precária, há muitos recursos disponíveis para a realização de muitos projetos sérios de investigação, que não seriam concebíveis há duas ou três décadas.

Esses recursos, dos recursos, postos à disposição da pesquisa científica, foi considerado em parte pelo “plano” de política econômica do País, em parte pela tenacidade dos cientistas, em luta pela renovação de nosso sistema de instituições científicas. Os resultados desses esforços demonstram que as condições continuam a ser incômodas, não permitindo enfrentar sequer modestas exigências fundamentais. Alertamos ao que parece ser comum em suas dificuldades, as instituições científicas brasileiras estão enfrentando uma espécie de crise de crescimento, ocasionada pela insuficiência dos recursos para manter a regularidade de seu ritmo de expansão. Daí decorrem a perda parcial da terra em conquistada e projetos ainda mais graves, relacionados com a impossibilidade de alargar os seus horizontes de investigação, de elevar substancialmente o número de especialistas em cada setor da ciência e de produzir pessoal especializado em áreas de caráter tecnológico.

A situação brasileira científica, portanto, diante de extremos. O presente traduz inegáveis vantagens em confronto com o passado recente. A ciência constitui uma realidade em nosso panorama intelectual — não uma simples aspiração ou um saber compendioso por importação. De outro lado, porém, vários obstáculos impedem ou restringem a diferenciação progressiva e a renovação do sistema brasileiro de instituições científicas. Há condições que se esperam por falta de recursos financeiros, mas, na ausência de

adidas da encerra de pessoal, do uso dos recursos e da incidência de concepções apropriadas de organização das instituições científicas.

É aqui que se faz sentir uma anomalia, que nos vem preocupando, e que se tem agravado ultimamente. Em termos rigorosos ela poderia ser designada com ausência de realismo científico. Onde o espírito científico prevalece, de fato, sobre a rotina e a profissão intelectual é regulada por padrões de trabalho cientificamente científicos, com frequência anormal prevalece a preocupação de converter o Brasil em centro de produção científica de sua própria que evocia de conhecimentos científicos. Semelhante atitude encontra pouco funcionamento nas atividades intelectuais puramente científicas. Nenhum sistema de instituições científicas pode alcançar uma posição de equilíbrio altamente favorável à expansão científica se não for intensamente diferenciado. Contudo, a situação brasileira não comporta a observância intrínseca de nossas condições tão íngremes. O certo é que o Brasil ainda não pode subvenir a uma função regular de um sistema científico propriamente diferenciado e que sua economia interfere, de maneira total, a papel de motor da ciência, impede que os cientistas nacionais, dedicados e criados, sentir, as áreas mais vivazes de expansão da ciência em nosso País e explore, com pertinência, as perspectivas que elas nos oferecem.

Os que pensam que tal procedimento é português e limitados laborar em área. O importante não é ampliar, immoderadamente, o campo de trabalhos dos investigadores. Isso ocorre, frequentemente, a resultados negativos ou improdutivos para a expansão do sistema científico. O trabalhador científico, preparado para tarefas que não pode realizar em nosso meio, procura colocá-lo em outros centros de investigação, fora do País. Resumos e orgulho de possuir um tipo de trabalho de “realismo internacional”, mas sem nenhuma consequência prática em favor de novas necessidades internacionais de fomento da ciência e da tecnologia científica. O que parece essencial, no caso, é adaptar convenientemente as certas tendências aparentemente exageradas à especialização reconhecem uma etapa provável no desenvolvimento da pesquisa científica. Baseada esta especialização, a especialização nunca se converte em novo. Ela opera, ao contrário, como uma condição básica de desestruturalização progressiva da ciência e pode ser até rapidamente compensada, mediante o estabelecimento de áreas diversificadas de concentração de labor científico.

Todavia, não é fácil estabelecer critérios de multiplicação responsável com a vital situação da ciência no Brasil. Dada a natureza internacional da cooperação e do trabalho intelectual, é necessário, em qualquer situação

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1959

Desta forma, mesmo que, para Florestan, o presente colocasse avanços em relação ao que se tinha no passado, a luta deveria ser para que o Brasil se consolidasse não enquanto um centro de importação de conhecimento, mas sim em um espaço capaz de produzir e desenvolver

pesquisas científicas. Este cenário, já estaria em condições de dificuldades, pois muitos brasileiros já estariam procurando locais para desenvolverem suas atividades e pesquisas.

O artigo então é encerrado apresentando mais uma convocação do que uma conclusão sobre o tema. Florestan coloca que a ciência deveria ser utilizada para o desenvolvimento e que, para acelerarmos o crescimento do país, os recursos deveriam ser utilizados de forma planejada. Além disso, o texto termina apontando a necessidade do cientista brasileiro se engajar nas lutas e nas mobilizações que estão acontecendo em defesa do conhecimento, para que a finalidade das instituições públicas que produzem ciência não virasse mero instrumento de interesses pessoais.

Em mais um artigo, Florestan relacionou temas que circulam a questão da Escola Pública e usou a *Imprensa Periódica* para problematizar esses problemas. Mesmo sem mencionar a Campanha de forma direta, no artigo citado acima, mais uma vez, reforça a necessidade de o intelectual atuar de acordo com o espaço em que ele está inserido. Pontua, ainda, que na virada dos anos 50 para os anos 60, o caráter público, gratuito, laico e universal do ensino no Brasil estava em profunda ameaça por parte de setores empresariais e confessionais. Tendo isso em vista, formar um cientista que de fato não só tivesse bons repasses de verbas, por parte do poder público, mas que também soubesse utilizá-los bem, era uma forma de lutar e garantir a defesa do ensino público no país.

Florestan, ao pensar a educação enquanto dilema e a categorização de problemas enfrentados no dia a dia da educação pública no país, não só era convocado para proferir palestras em defesa da Campanha, mas também era chamado para falar sobre mudanças que estavam acontecendo dentro da educação básica e da educação superior. Os seus posicionamentos a respeito desta temática foram temas de artigos assinados por ele no “Estadão” e, no período da Campanha, Fernandes escreveu uma resenha bibliográfica em que estas discussões estiveram presentes.

Publicada na seção “Resenhas Bibliográficas”, do “Suplemento Literário”, no dia 23 de dezembro de 1961, a resenha de Florestan Fernandes tratava do livro de Valnir Chagas, *A Reforma Universitária e a Faculdade de Filosofia*, publicado pela Imprensa Universitária da Faculdade do Ceará. Este livro, de maneira geral, apresenta o resumo das ideias do autor a respeito do movimento de “reforma universitária” que estava acontecendo no início dos anos 60, colocando em análise elementos como o ensino e a aprendizagem no país. Florestan, ao longo do texto, além de apresentar como o autor do livro se posicionou em relação à temática, usou a resenha para também manifestar seus acúmulos e posicionamentos a respeito do assunto.

Figura 9 - Artigo Resenha bibliográfica: "A reforma universitária e a Faculdade de Filosofia" de Valnir Chagas



Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1961.

Destaco aqui o posicionamento de Florestan Fernandes (1961) a respeito da reforma universitária.

Como se vê, trata-se de um trabalho muito oportuno que toma posicionamento no debate que ora se trava a respeito dos modelos ideais de organização da universidade brasileira. [...] Valnir Chagas apegar-se a solução posta em prática em São Paulo supondo que se pode eliminar as contingências que desvirtuaram as nossas tentativas de converter a faculdade de filosofia na estrutura básica do complexo universitário. Aqueles que sabem avaliar o que pretendiam os fundadores da Universidade de São Paulo e o que perdemos com a progressiva deterioração de seus planos originais, só podem ver com a simpatia a sua atuação.

Ao levantar sua opinião sobre o tema, Florestan Fernandes critica a forma com que o projeto universitário foi executado ao longo dos anos. Em sua opinião, ao invés de se ter um projeto, foi colocado em prática uma política de somatório das escolas profissionalizantes que já existiam pelo país. A resenha conclui apontando que, a partir da obra de Valnir Chagas, reforça-se a necessidade da Universidade de São Paulo pensar de forma democrática a discussão dos seus problemas históricos e chamar a comunidade acadêmica para se pronunciar a respeito.

Mesmo sendo uma resenha, percebe-se dois pontos importantes. Primeiramente, a seção do "Suplemento Literário" não só convocava Florestan para assinar artigos, como por exemplo,

os analisados até aqui, mas também para ler e escrever a sua opinião sobre aquilo que estava sendo publicado a respeito da temática educacional no país. O segundo ponto está associado à forma como Florestan escreveu a resenha. Em diversos momentos do texto, o tema debatido na obra servia como base para pensar os problemas e os dilemas enfrentados na realidade da USP. Acredita-se que esta escrita estaria não só relacionada com a sua atuação enquanto intelectual, mas também na proposta do periódico em debate, ao apresentar temas e discussões da realidade educacional do país.

À vista disso, podemos aqui destacar o último artigo que fala da proposta levantada nesta seção, *Resistência a mudanças sociais*, publicado em 2 de dezembro de 1961, também na seção do “Suplemento Literário”. Deixado por último de forma a desenvolver uma conclusão do que foi colocado no início desta parte do presente trabalho, esse artigo apresenta um ensaio de Florestan Fernandes a respeito de sua atuação enquanto intelectual, militante em defesa da Escola Pública e como esse processo fez com que ele sãsse de uma condição de isolamento associado à carreira profissional dentro da universidade.

Figura 10 - Artigo *Resistências à mudança social*

Resistências à mudança social

FLORESTAN FERNANDES

A importância das atitudes e das motivações desfavoráveis à mudança social tem sido ressaltada, com maior ênfase, desde que se descobriu que o “arranco econômico” depende de uma fase prévia de modificação mais ou menos rápida, mas sempre profunda da herança cultural tradicional. O comportamento dos agentes econômicos é largamente determinado por fatores psicossociais e socioculturais, havendo grande interesse em conhecer como essas forças concorrem, estrutural e dinamicamente, para manter um apego irracional ao status quo ou para impedir iniciativas inovadoras de caráter construtivo para o desenvolvimento econômico. Ainda recentemente, realizou-se no Rio de Janeiro um simpósio internacional sobre o assunto, organizado por Luiz Aguiar Costa Pinto junto ao Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (1). Agora, ao rever as realizações dos colaboradores desse simpósio e a contribuição que apresentou, verifico que haveria a necessidade de discutir com maior amplitude temas específicos, relacionados diretamente com a situação histórico-social dos vários países latino-americanos. Em particular, parece que seria recomendável dar-se atenção concentrada aos fatores que retardam ou solapam as possibilidades do “arranco econômico” nesses países.

Gracias à Companhia de Defesa da Escola Pública, alguns meses após participar desse simpósio tive a oportunidade de sair do relativo isolamento a que fiquei condenado, por contingências de carreira e por outros motivos

menos inováveis, os professores universitários. O longo debate, que se seguiu a cada conferência, ofereceu-me um instrumento de sondagem etnoscópica da sociedade brasileira, de real significação para os meus centros de interesse científico. Em quase cinco dias de debates, no município da Capital de São Paulo, em outras comunidades do interior do nosso Estado e em várias “grandes cidades” brasileiras, consegui estabelecer um diálogo, por vezes de natureza polêmica, com representantes dos diferentes círculos e correntes sociais da sociedade brasileira contemporânea. Se me foi dado perceber, reiteradamente, que a “forma de instrução” e boa consequência e que até os leigos incultos são capazes de saltar com as soluções que deveríamos pôr em prática, também tive de ceder a conclusões sumamente penosas e inesperadas. Não nos modernizamos por fora e com frequência nem o virmos aguenta o menor arranhão. É uma modernidade política, que se torna temível por que nos leva a ignorar que os sentimentos e os comportamentos profundos da quase totalidade das “pessoas espitas” se voltam contra a modernização.

Está claro que os especialistas em história, geografia humana, economia, sociologia, antropologia ou política dispõem de meios para se preparar questões desta natureza por outras vias. Mesmo a divulgação de uma imagem real do Brasil, que alcançou tan-

to exite depois da tradução para o português do livro de Jacques Lambert (2), facilitaria a compreensão objetiva das forças de tensão entre os chamados “Brasil arcaico” e “Brasil moderno”, exploradas com profundidade variável desde Teófilo Torres Eulides da Cunha, ou Alberto Torres. Jamais seria possível, entretanto, entender os vários graus de superposição dessas ideias culturais do Brasil e, especialmente, os efeitos nocivos que ela exerce sobre as potencialidades de desenvolvimento econômico, social e cultural do País, sem comunicação face a face e agnóstica com os representantes dos círculos sociais mais ou menos conservadores. O homem sente o fascínio do progresso que aparece como uma espécie de fruto proibido, estimulando a imaginação e suscitando doídas esperanças. Mas, não tem a coragem de sair de sua pele para ousar o pecado que nos introduziria (em vez de nos expulsar) no paraíso.

Fundo de lado a questão de saber se a modernização é em si mesma desejável ou não, o fato central, que nos deve preocupar e que deveria merecer análise sistemática por parte dos especialistas, é a qualidade das reações conservantistas. Nenhum povo que queira salvar seu patrimônio cultural e moral entrará a alor do vandalismo contra valores tradicionalmente considerados ou contra ideais e aspirações que jamais seriam pos-

los em crise pelo progresso. Os revolucionários sabem muito bem disso, a ponto de se preocuparem com a preservação dessa esfera da cultura ou de procurar mais apoio dissimulo para a “boa moral”, suscetível de levar os homens a fazer justiça pelas próprias mãos. No entanto, o conservador no Brasil não sabe o que deve fazer o que tem de preservar e muito menos porque e para que deveria ou teria de conservar certas coisas. A oposição ao progresso nasce de uma desconfiança por assim dizer tribal diante da inovação. Se ela permite ou não resguardar valores basilares para a nossa concepção do mundo e se diferentes tentativas de modernização levam a fruição mais frequente e completa desses valores, eis aí questões que singam-se colossais. Por que? A resposta parece simples. Estamos aconchegados em um ninho que confere segurança, conforto e prestígio àquilo que se poderia chamar de “círculos sociais privilegiados da Nação”. Se houvesse verdadeiro patriotismo e autêntico desejo de conservar, esses círculos voltariam suas responsabilidades na direção mais ativa: impunham-se o dever de tornar a segurança, o conforto e o prestígio acessíveis a numerosos e cada vez maiores de pessoas, até atingir-se a totalidade dos cidadãos. Como prevalecem motivos e interesses agnósticos, que operam segundo os ditames da velha ordem social patrimonialista, não se pretende conservar, mas impedir a mudança — o que é outra coisa.

Eis o cerne é de natureza sociopolítica. A resistência à mudança não promove um estado de efervescência de hostilidade, que nunca existiram ou pelo menos sempre foram muito tenues, em face dos valores sociais aparentemente ameaçados. Ela remunera e fortalece vilões cadavéricos, que deveriam estar sepultados após quase três quartos de século de vida republicana. O que está florescendo sem o mandonismo e a subserviência ao velho estilo? O mandonismo dos poderosos e a subserviência, não digamos dos fracos, mas dos tímidos e dos fracassados. A intolerância transformada em medida de seleção; “crê ou não crê”, como alternativa piedosa aos condescendentes; “obediça



A hora

Fernandes faz um retrospecto de como que os últimos três anos foram de extrema importância, não só na sua atuação profissional, mas também no seu conhecimento e entendimento a respeito da realidade do país em que está inserido. A Campanha, em sua opinião, fazia parte daquilo que chamou de “sondagem endoscópica da realidade brasileira”. Essa sondagem teria como objetivo pensar diferentes caminhos de adentrar na realidade social brasileira e, a partir disso, buscar soluções para grandes problemas e questões.

Florestan destaca que a sua atuação em mais de 50 debates sobre a Campanha, fez com que diálogos fossem estabelecidos e que, principalmente, diferentes “campos” da sociedade pudessem não só ter voz, mas também pensar e refletir sobre a realidade. Uma das percepções que teve foi relacionada à oposição que uma série de setores possuíam a mudanças sociais. Em sua opinião, a condição de privilégio que setores empresariais, políticos e confessionais possuem, faz com que o progresso para eles não fosse um objetivo, mas, em muitos casos, uma ameaça a essa confortável situação.

Essa coisa é de natureza sociopata. A resistência à mudança não promove um estado de efervescência de lealdades, que nunca existiram ou pelo menos sempre foram muito tênues, em face dos valores sociais aparentemente ameaçados. Ela ressuscita e fortalece velhos cadáveres, que deveriam estar sepultados após quase três quartos de século de vida republicana. O que está florescendo se não o mandonismo e a subserviência ao velho estilo? O mandonismo dos poderosos e a subserviência, não digamos dos fracos, mas dos tímidos e dos complacentes (FERNANDES, 1961).

Por fim, Florestan destaca no texto que o objetivo desses setores é manter todos esses problemas sociais, inclusive o drama da Escola Pública, pois com esses elementos presentes no imaginário social, o indivíduo cada vez menos vai se sentir motivado a questionar aquilo que se faz desigual e contraditório em sua realidade social. Além disso, o texto também mostra que, mesmo com todos os caminhos, diálogos e avanços provocados pela campanha, muitas destas questões não foram alteradas e modificadas na sociedade brasileira.

Esse prognóstico feito por Florestan pode ser encarado como uma reflexão geral sobre todo o movimento, pois o texto final de diretrizes e bases foi sancionado em 20 de dezembro de 1961. Mesmo que em 2 de dezembro, data em que o artigo foi publicado no “Suplemento Literário” do *Estadão*, o texto de Diretrizes e Bases ainda estivesse em tramitação no senado, o sentimento não só de Fernandes, mas também de outros intelectuais, era de que a revogação por completa do texto era praticamente impossível e que, certamente, os setores privatistas e particularistas estavam perto de alcançar a vitória final e, infelizmente, manter todos os problemas, contradições e desigualdades mencionadas ao longo do movimento da Campanha.

2.2 A visão de Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento da campanha em defesa da Escola Pública através da Imprensa Periódica

A Campanha em Defesa da Escola Pública pode ser considerada como um momento em que Florestan Fernandes pôde exercer, na prática, uma sociologia preocupada em tratar e solucionar dilemas sociais. O momento da virada dos anos 50 para os anos 60 incentivou um conjunto de jovens professores da USP a saírem de dentro de seus gabinetes, de suas salas de aula, e mergulhassem na realidade da sociedade brasileira, percebendo na prática as contradições e as desigualdades sociais.

Graças a essa campanha mobilizei as vantagens da condição de sociólogo militante para observar, analisar e interpretar o meio ambiente. Tive contatos intensos e profundos com os diferentes setores da sociedade brasileira, dos operários e estudantes às elites liberais e tradicionais, dos educadores, jornalistas e líderes sindicais aos maçons, espíritas, pastores protestantes e sacerdotes católicos. Descobri os véus de um quadro sombrio e doloroso. (FERNANDES, 1977, p. 200 apud, RODRIGUES, 2020, p. 74).

Florestan, então, pôde percorrer uma série de espaços e locais com o objetivo central de defender os valores da Escola Pública em um contexto de intensa industrialização no Brasil. Na ocasião, setores empresariais e confessionais desenvolveram políticas e diretrizes com a finalidade de formular políticas públicas na educação básica e superior e o repasse de verbas públicas para o custeio de instituições privadas de ensino.

A Campanha, então, origina-se de um conjunto de reações ao substitutivo de Carlos Lacerda encaminhado à Câmara dos Deputados, visando a institucionalização desses setores privatistas. Florestan e os demais grupos que estavam inseridos no movimento, como os liberais e os intelectuais liderados por Júlio de Mesquita Filho, acreditavam na necessidade de pensar reformas e mudanças educacionais no Brasil, colocando o Estado como agente central na formulação das diretrizes educacionais, garantindo o repasse de verbas públicas somente para as instituições públicas, construindo um espaço em que escolas públicas e privadas pudessem coexistir de forma harmoniosa, no qual cada uma teria sua finalidade determinada pelas diretrizes e bases da educação.

Desta forma, Florestan e os demais intelectuais defensores da Escola Pública mobilizaram, além dos encontros, espaços e inserções na Imprensa Periódica através de artigos, resenhas, crônicas e reportagens para relatar o drama da escola pública e pontuar também os objetivos, propostas e acúmulos do movimento. Os membros da campanha acreditavam que o ensino público era algo de extrema importância e necessário para garantir um acesso democrático à educação, inclusive desenvolvendo mecanismos de integração entre a educação básica e superior.

Dialogando com a análise feita na seção anterior deste trabalho, serão classificados agora os artigos que Florestan escreveu no período da Campanha e que tinham como finalidade geral a divulgação e a apresentação daquilo que os defensores da Escola Pública estavam propondo. Esses materiais demonstram também como as lutas e as mobilizações estavam acontecendo no decorrer do movimento.

Quadro 6 - Artigos analíticos sobre o desenvolvimento da Campanha escritos por Florestan Fernandes no jornal *O Estado de São Paulo*

Mais uma vez convocados: Manifesto ao povo e ao governo	01/07/1959
Em defesa da Escola Pública I	30/01/1960
Em defesa da Escola Pública II	06/02/1960
Em defesa da Escola Pública III	13/02/1960
Objetivos da Campanha em Defesa da Escola Pública	21/05/1960
O Trabalhador e o projeto de diretrizes e bases da educação	28/02/1961
Diretrizes e bases, a sanção do presidente	28/12/1961

Fonte: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2020.

O texto responsável por aglutinar os principais objetivos e interesses do movimento em defesa da Educação Pública foi o *Mais uma vez convocados: Manifesto ao povo e ao governo*, publicado no “Estadão” em 1 de julho de 1959, cerca de sete meses após o encaminhamento do projeto de Carlos Lacerda à Câmara dos Deputados. Além de reunir importantes assinaturas, o texto tinha como finalidade retratar todas as questões vivenciadas no cotidiano educacional no Brasil, além de mostrar aquilo que já estava sendo pensado, como saída ao texto de Lacerda, que somente interessava aos setores confessionais e empresariais da educação no Brasil.

Figura 11 - Artigo Mais uma vez convocados: Manifesto ao Povo e ao Governo



Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1959.

Esse documento tinha como objetivo atingir tanto o governo federal, quanto a população, trazendo em sua chamada a ideia de que estão ali reunidos grupos de diferentes vertentes ideológicas, mas que, além de defenderem a Escola Pública, acreditam que as mudanças devam ser feitas dentro da ordem democrática. O texto foi originalmente escrito por Fernando de Azevedo e contou com a assinatura de mais de 80 intelectuais. A assinatura de Florestan Fernandes aparece no primeiro bloco, junto com nomes importantes para a educação brasileira, como o próprio professor da USP, Fernando de Azevedo, o então presidente do INEP, Anísio Teixeira, o intelectual e historiador Sérgio Buarque de Holanda e o jornalista Paulo Duarte.

Sobre a publicação do Manifesto, é importante pontuar que o *Estadão* foi o primeiro jornal a publicar o texto. Simultaneamente a ele, o *Diário do Congresso Nacional* também o publicou. Em seguida, ele foi reproduzido pelo *Diário de Notícias*, pelo *Jornal do Comércio*, ambos do Rio de Janeiro, pelo *Boletim do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo* e pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (BARROS, 1960 apud MÉLO, 2009). Além dos jornais que o publicaram, chama bastante atenção o fato de nenhum jornal do Grupo Folha ter feito a publicação do manifesto²².

O manifesto, que contou com a participação expressiva daqueles intelectuais que já haviam declarado apoio à Escola Pública, serviu também como elemento norteador do movimento ao longo dos anos seguintes após sua publicação até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, em dezembro de 1961. A respeito da assinatura de Florestan e do diálogo por ele desenvolvido com Fernando de Azevedo e os demais intelectuais do movimento, cabe pontuar que ele acreditava que além das mudanças na estrutura da sociedade brasileira, o país deveria passar por profundas transformações educacionais e que os pontos ali colocados no Manifesto eram fundamentais para garantir a formação do sujeito diante da sociedade em que ele estava inserido.

Seguindo a mesma linha de apontar o que estava acontecendo no país em relação à educação e a articulação daqueles que estavam se colocando ao lado da educação pública, Florestan Fernandes publicou, em 21 de maio de 1960, o texto *Objetivos da campanha em defesa da Escola Pública*. Essa obra teve como objetivo geral apresentar os relatórios de Florestan Fernandes, que foram aprovados em reunião do movimento, e que deram corpo a um texto com seis pontos importantes a serem defendidos pelo movimento e divulgados para quem tivesse o objetivo de ingressar nas articulações. Além disso, a versão final do documento

²² A relação entre *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e a Campanha é desenvolvida no capítulo seguinte deste trabalho. Desta forma, o fato de a *Folha* não ter publicado o manifesto relaciona-se com o grupo não ter declarado um apoio direto ao movimento, caminho diferente do que foi tomado pelo *O Estado de São Paulo*.

também fez um resgate de quase um ano de mobilização e lutas em prol da solução de problemas que existem nos três campos da educação no país.

Figura 12 - Artigo Objetivos da campanha em defesa da Escola pública

Objetivos da campanha em defesa da Escola pública

"A Campanha de Defesa da Escola Pública surgiu, praticamente, da indignação provocada em quase todos os círculos da sociedade brasileira pelo projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional". Assim, o prof. Florestan Fernandes, catedrático de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da USP, incluiu seu relatório sobre os objetivos da Campanha de Defesa da Escola Pública, aprovado na última reunião da Comissão Executiva do movimento. A seguir, nota o professor: "Existiam fundadas esperanças de que esse projeto de lei iria inaugurar uma nova era na vida educacional do País, fornecendo as bases para a reorganização do ensino primário, do ensino médio e do ensino superior, bem como a solução pelo menos dos problemas educacionais mais graves que enfrentamos. Precisamos transformar a estrutura e o rendimento da escola primária, ainda desadaptada às necessidades educacionais das camadas populares e da própria ordem social democrática, pela qual optamos com a República".

MELHORIA DO ENSINO

É protegido o prof. Florestan Fernandes

"Precisamos arrancar o ensino elementar extra-primário do marasmo e ineficiência a que ficou relegado, para colocarmos no Brasil com verdadeiras modalidades de instrução técnico-profissional e artística, vias à formação dos artífices mais numerosos e ativos do nosso futuro progresso econômico, intelectual e social. Precisamos diferenciar, melhorar e expandir toda a rede escolar do ensino médio, logo para criar escolas capacitadas para produzir operários

Conjugaram-se, assim, esforços que suscitaram e deram corpo a uma causa pública sem precedentes no Brasil. Desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, jamais se viu semelhante movimento de opiniões em torno dos problemas educacionais brasileiros.

DESAFIO À NAÇÃO

Contudo, a oposição ao projeto de lei sobre "Diretrizes e Bases da Educação Nacional" não foi senão o episódio que desencadeou esse movimento de ideias e de luta pela reconstrução educacional no País. As posições já estavam tomadas. As limitações, incongruências e concessões do projeto de lei apenas chamaram a responsabilidade e à ação aqueles que vinham, direta ou indiretamente, propugnando pelas reformas educacionais urgentes. No fundo, pois, o projeto de lei, aprovado pela Câmara dos Deputados, lançou à Nação o desafio desabrido dos círculos reacionários e obscurantistas, que se opõem de todas as maneiras à reconstrução educacional, e ele foi aceito com decisão pelos que tinham o dever de lutar por suas próprias convicções e ideias. Agora, urge modificar o encaminhamento do debate, para evitar confusões nocivas e para extrair do movimento a contribuição positiva que ele poderá dar à causa da democratização e aperfeiçoamento do ensino no Brasil.

OBJETIVOS DA CAMPANHA

Em primeiro lugar, o nosso objetivo central é a qualidade e a eficácia do ensino. Se defendemos a Escola Pública fazemos-lo porque ela oferece condições mais propícias, num País subdesenvolvido e dotado de recursos escassos para a educação, de produzir "homens

ção venham a preocupar-se com os problemas educacionais brasileiros e com sua solução, colocando-se assim em condições de influenciar, pelos mecanismos normais do regime democrático, as decisões e orientações dos partidos e do governo nesse campo.

DESINTERESSE DOS USUÁRIOS

A "má escola" é produto direto do desinteresse dos usuários dos serviços educacionais por seu funcionamento, destino e rendimento. A "má aplicação" dos fundos educacionais e a "má política educacional" também são frutos diretos da indiferença da coletividade às iniciativas oficiais no terreno da instrução pública. O progresso educacional, base e condição de qualquer outra espécie de progresso econômico, político ou social, depende de uma participação ativa, consciente e altruísta de todos os cidadãos, na melhor utilização dos recursos educacionais disponíveis. Essa participação, numa sociedade de massas e de organização democrática, afeta tanto os que "conhecem" os problemas educacionais, quanto os que "nada sabem" a seu respeito. Por isso, visamos deliberadamente a incluir os problemas educacionais brasileiros dentro do horizonte intelectual do cidadão comum, com o fim de torná-lo um colaborador constante, construtivo e vigilante do nosso progresso educacional.

RAZÕES DO COMBATE

Esses objetivos demonstram que nossas críticas ao projeto de lei sobre "Diretrizes e Bases da Educação Nacional" partem e se alimentam de aspirações elevadas e altamente produtivas. Combatemo-lo, porque ele é insatisfatório, incongruente e nocivo. Combatemo-lo, porque

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960.

O primeiro ponto do documento, intitulado "Melhoria do Ensino", apresenta a ideia de que o ensino deveria sair urgentemente do marasmo em que ele estava inserido naquele momento. Ainda, aponta-se para uma "confusão", segundo Florestan, que diz respeito à expansão e à melhoria na qualidade da rede pública de ensino. Toda expansão deve ser feita, caso tenham condições e instrumentos para tal realização. O texto também destaca que o operário deve ser alguém qualificado para ser inserido em qualquer posição do mercado de trabalho. Somente quando isso acontecer é que, de acordo com Florestan, o país terá uma condição autônoma frente ao cenário exterior.

Precisamos superar o padrão brasileiro de escola superior, que divorcia o labor intelectual universitário da pesquisa, da produção original e do progresso tecnológico, essenciais aos anseios de autonomia econômica, cultural e política da sociedade brasileira. O projeto de lei omitiu-se diante de todas essas necessidades e comprometerá terrivelmente, se for promulgado de modo definitivo, a nossa capacidade de resolvê-las no presente ou no futuro próximo. Ficou tão aquém das esperanças mais legítimas e do que deveria ser feito como mínimo, que representa um

passo atrás em relação à própria Constituição vigente, muito mais liberal e progressista nas disposições sobre a educação nacional (FERNANDES, 1960).

O segundo ponto do documento, “Repúdio Imediato”, apresenta que as mobilizações contrárias ao que Lacerda propôs em 1959 surgiram de forma espontânea através da articulação de diferentes entidades existentes. Segundo Florestan (1960):

Mesmo deputados federais cômicos, pelo debate, dos riscos que corremos, aderiram a essas entidades e nos elucidaram sobre as forças que pressionaram os representantes do povo ou os iludiram. Conjugaram-se, assim, esforços que suscitaram e deram corpo a uma causa pública sem precedentes no Brasil. Desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, jamais se vira semelhante movimento de opinião em torno dos problemas educacionais brasileiros.

O terceiro e o quarto pontos, “Desafio a Nação” e “Objetivos da Campanha”, representam uma visão militante do momento. Além de destacar que os setores reacionários da sociedade tinham como objetivo reconstruir a educação no país com base nos seus próprios valores, estes pontos colocam que, para se construir um ensino de qualidade no país, a educação deveria ser um espaço de liberdade e não confessional. A partir deste elemento:

Em primeiro lugar, o nosso objetivo central é a qualidade e a eficácia do ensino. Se defendemos a Escola Pública, fazemo-lo porque ela oferece condições mais propícias, num país subdesenvolvido e dotado de recursos escassos para a educação, de produzir “bom ensino” e de proporcioná-lo, sem restrições econômicas, ideológicas, raciais, sociais ou religiosas, a qualquer indivíduo e a todas as camadas da população. Não somos, portanto, contra a Escola Particular, nem tão pouco contra as instituições ou entidades leigas e confessionais, que patrocinam seus interesses na defesa intransigente do projeto de lei de “Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. Sabemos que o Brasil muito deve à contribuição educacional das escolas privadas, que elas ainda prestarão serviços às famílias brasileiras que puderem subvencionar os estudos de seus filhos e que devemos zelar tanto pelo prestígio dessas escolas, quanto pela qualidade do ensino que elas ministram (FERNANDES, 1960).

O quinto e o sexto pontos, “Desinteresses do usuário” e “Raízes do combate”, apontam a forte preocupação que Florestan Fernandes possuía naquele momento. Ao manifestar que muitos setores da sociedade brasileira possuem um “desinteresse coletivo” sobre a questão da educação, percebe que enquanto o cidadão comum não debater e não discutir de forma permanente os assuntos referentes à educação, ela estará sempre ameaçada por grupos que querem usá-la como aparato de seus próprios interesses.

O texto termina de forma a concordar com o que foi colocado acima, servindo como um balanço do movimento, conscientização e mobilização de novos esforços. O seu encerramento é, justamente, com um convite para uma nova reunião do movimento. A próxima reunião da Comissão Executiva da Campanha em Defesa da Escola Pública ficou marcada para o dia 1 de junho, às 20 horas e 30 minutos na sede da UBE (FERNANDES, 1960).

Florestan Fernandes também desenvolveu, no decorrer de seus artigos publicados na Imprensa, reflexões a respeito de como o problema da educação estava além de questões

associadas à infraestrutura, sendo papel da Campanha lutar pela democratização do ensino e aprendizagem. Logo, sobre esse tema, publicou três artigos em sequência, no "Suplemento Literário", que abordaram essa temática como eixo principal, além de apresentarem outras questões relacionadas ao assunto.

Os artigos *Em defesa da Escola Pública I*, publicado em 30 de janeiro de 1960, *Em defesa da Escola Pública II* e *Em defesa da Escola Pública III*, publicados em 6 e 13 de fevereiro de 1960, respectivamente, apresentam a análise de Florestan Fernandes em relação ao desenvolvimento da Escola Pública no Brasil. Os textos apontam a profunda crítica realizada sobre a maneira com que a educação pública vinha sendo administrada no Brasil, enfatizando que esse problema se agravaria através da ameaça deste campo que se opunha à Campanha. As bases deste problema estão localizadas no fato de que a sociedade brasileira ainda não havia construído, verdadeiramente, um Estado democrático.

Figura 13 - Artigos *Em Defesa da Escola Pública I*, *Em Defesa da Escola Pública II* e *Em Defesa da Escola Pública III*



Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960.

Essa reflexão desenvolvida associa-se com a crítica que Florestan desenvolveu aos setores confessionais que defendiam o substitutivo de Lacerda. Em sua visão, esses setores trouxeram a equivocada ideia de que os defensores da Campanha seriam contrários à existência da escola particular. Para Mélo (2009), esses setores foram beneficiados por uma série de medidas por parte de verbas e recursos, até mesmo com a isenção de impostos e tributos. Com isso, a posição desses setores sobre a Campanha possuía viés antidemocrático, já que eram opostos a uma verdadeira liberdade de ensino.

Ao começar o artigo *Em defesa da Escola Pública III*, publicado em fevereiro de 1960, Fernandes estabelece uma síntese em relação à sua apresentação sobre os pontos que estava ali defendendo no que diz respeito à educação pública no Brasil. Ele inicia categorizando o cenário brasileiro a partir de uma crítica de que este produz uma administração voltada para as massas e reconhece que a questão educacional é uma das formas para perceber este processo. Porém, é importante destacar que ele percebe avanços mesmo que mínimos existentes na sociedade brasileira. Afirma que, por exemplo, na questão do ensino, as políticas mínimas existentes impedem uma degradação total da questão educacional no país. Entretanto, percebe que no Brasil os setores progressistas não conseguem se organizar de fato para propor mudanças e que, na verdade, os setores tradicionalistas que geralmente propõem mudanças.

Sobre esse aspecto, a questão educacional é vista como um ponto de análise para entender esse processo. Florestan, neste artigo, pontua que, no Brasil, tanto o poder econômico quanto setores deste apresentam um desinteresse em relação à administração de escolas. Entretanto, Florestan destaca que o poder religioso através da Igreja Católica possui profundo interesse em administrar as políticas educacionais. No caso dos setores religiosos, Fernandes percebe que se aliaram a eles pequenos grupos de donos de escolas particulares livres.

Desta maneira, é importante pontuar a caracterização feita por Esther Buffa no livro *Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada*, de 1979. Nesta obra, podemos analisar uma densa caracterização dos setores que estavam inseridos na disputa durante a tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024/61. Segundo Buffa (1979), podemos perceber a presença dos defensores do ensino privado, composto pela Igreja Católica, defensores da liberdade de escolha por parte da família e escolas particulares leigas que realizaram alianças com a Igreja Católica para fins monetários. Também temos a presença dos defensores da escola pública, com grupos dos liberais idealistas, que viam a educação como instrumento central do desenvolvimento da individualidade, os liberais pragmáticos, que viam a necessidade de a escola responder as demandas imediatas dos

problemas do país e, por fim, os intelectuais de tendência socialista, que viam a escola enquanto ferramenta capaz de superar o subdesenvolvimento.

Assim, nota-se que a caracterização feita por Buffa (1979) se faz presente nas análises estabelecidas por Fernandes, principalmente quando ele destaca a aliança de setores da Igreja Católica com donos de pequenas escolas particulares, visando a manutenção dos interesses econômicos em detrimento de um projeto de escola que, de fato, leve a uma reflexão crítica da realidade, tanto por parte do educando, quanto por parte do educador. Neste processo, muito me parece que Florestan lança nas entrelinhas desses primeiros artigos por aqui analisados uma pergunta que ele responde ao longo de toda a sua militância em defesa da Escola Pública, que é: a educação no Brasil é pensada, de fato, para quem? Partindo dessa pergunta, percebe-se que Florestan não só aponta qual é a resposta dada pelas classes dominantes, que é a de uma educação que deveria ser um processo pensado único e exclusivamente relacionado às demandas do mercado e não a de uma educação que leve a uma transformação interna do sujeito, através de pressupostos que não são dados de maneira natural, mas sim que derivam da mediação estabelecida por meio da ação educativa (SAVIANNI, 1996, p. 73). Esse era o projeto defendido por Florestan ao longo não só da Campanha, mas também ao longo de toda a sua trajetória.

Percebe-se, então, que Florestan encerra este ciclo de debates colocando a necessidade de apontar quem compunha esse setor que tinha como pensamento a crítica centrada na Escola Pública, em detrimento de favorecer as bases e políticas das escolas privadas. Fernandes percebe em seu artigo *Em defesa da Escola Pública III* que esse plano elaborado tinha como finalidade a destinação de verbas para “ajudar” o funcionamento das escolas particulares dos diferentes tipos e segmentos. Em suma, o projeto de Diretrizes e Bases da educação ignora a realidade educacional brasileira e não apresenta um caminho democrático para mudanças e avanços, muito pelo contrário, as raízes deste movimento estão associadas em manter o passado sendo contra uma verdadeira filosofia democrática, o verdadeiro objetivo de Florestan na Campanha.

Outro tema que Florestan Fernandes abordou ao longo da Campanha, e que também esteve presente na Imprensa Periódica, diz respeito à importância que o movimento possuía para a classe trabalhadora no Brasil. Um dos principais apoios que o movimento recebeu foi de sindicatos de trabalhadores de outras áreas além da educação, como, por exemplo, metalúrgicos, bancários, construção civil e gráficos. Essa mobilização foi expressa através da I Convenção Operária em Defesa da Escola Pública, que aconteceu no final de fevereiro de 1961 e reuniu,

além desses sindicatos, os membros da Associação Espírita em Defesa da Escola Pública, Associações Docentes e Estudantis.

Florestan foi um dos responsáveis pela organização e realização do evento e, por sua posição de destaque frente aos apoiadores, foi escolhido para realizar a análise do projeto que estava em tramitação em Brasília, além de apresentar a proposta de elaboração de um documento em que os princípios acumulados em mais de dois anos de debates e discussões seriam sintetizados e enviados para a Presidência da República. A partir da importância do evento, o “Estadão” publicou em 28 de fevereiro de 1961, na íntegra, a fala de Florestan Fernandes no evento, com o título *O trabalhador e o projeto de Diretrizes e Bases*.

Figura 14 - Artigo *O trabalhador e o projeto de Diretrizes e Bases*

O trabalhador e o projeto de Diretrizes e Bases

Sempre os Correios

Trigo: pedido do governador ao executivo federal

Início do ano letivo na Escola de Polícia

A Sociedade

Ajudam a pagar nossa dívida externa

Construção de grupos escolares

Visita à Polícia Feminina

Oficial de farmácia

FÍSICO-CHEFE DESEMPATE

DECORAMA 110", 21"

TELEVISORES

criados pela maior experiência mundial em eletrônica

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1961.

Para Florestan Fernandes, os trabalhadores sindicalizados eram os críticos mais severos à condição da educação brasileira. Esse posicionamento parte do lugar que a educação possui para a realidade de suas vidas. A educação deve ser considerada enquanto instrumento de “emancipação” de si mesmo. Desta forma, tanto os trabalhadores devem se emancipar através da educação quanto seus filhos que frequentam a educação básica devem realizar esse caminho. A partir do momento que a educação passar a ser vista e tratada de forma emancipatória, o

Brasil começará a caminhar visando a recuperação do seu estágio de atraso social, econômico e cultural.

Por isso, a posição do trabalhador envolve, em si mesmo, as críticas mais profundas e construtivas ao que se vem fazendo e ao que se pretende fazer no terreno do ensino no Brasil. Ele quer a educação para alguma coisa. De um lado, a educação que prepare o homem para a vida, isto é, que de a si próprio e aos seus filhos a capacidade em agir com plena responsabilidade e consciência sociais como seres humanos. De outro, a educação que seja capaz de auxiliar o Brasil as condições de seu atraso econômico, social e cultural, incorporando de fato nas tendências de desenvolvimento da civilização industrial e científica (FERNANDES, 1961).

Continuando a argumentação, Florestan coloca que a conscientização sindical seria o elemento capaz de fazer com que o trabalhador olhasse de forma prática para a educação. A partir do momento que o trabalhador sindicalizado percebesse esse processo, ele teria condições de se tornar o maior crítico sobre o que se faz e o que se deseja fazer frente a educação. Isso se dava, pelo fato de o projeto em tramitação não ter nenhuma preocupação com a realidade da classe trabalhadora. O trabalhador não queria algo que piorasse a oferta do ensino, muito pelo contrário, ele desejava ter maior acesso à educação e a cultura.

Desse ângulo, o principal defeito do projeto de Diretrizes e Bases é evidente. Ele continua fielmente a orientação da antiga camada dirigente da sociedade patriarcal e escravocrata brasileira, de ver o ensino como simples fonte de ilustração do espírito, um ordenamento da inteligência divorciado dos duros problemas da vida e do destino social dos homens. Trata-se de um contrassenso. Um país que pretendia industrializar e tornar-se autônomo econômica, social e politicamente, jamais poderá manter em nossos dias concepções tão obsoletas sobre a natureza e as funções do ensino no mundo em que vivemos (FERNANDES, 1961).

Florestan completa essa argumentação trazendo a ideia de que aquela convenção, de trabalhadores sindicalizados, estava cumprindo uma importante função que era a de mostrar na prática problemas históricos do ensino e aprendizagem no Brasil. Questões como a “pseudoalfabetização” e a degradação do ensino primário, médio e superior foram constantemente relatadas pelos trabalhadores sindicalistas que estavam construindo o movimento.

Em outras palavras, o combate ao analfabetismo será inócuo, se não for acompanhado de um esforço real de reconstrução educacional, que enfrente ao mesmo tempo os problemas qualitativos e os problemas quantitativos do ensino. Apesar de alguns avanços tímidos, especialmente no que concerne ao currículo do ensino primário e à plasticidade do ensino médio, o projeto de diretrizes e bases ficou preso ao passado e às fórmulas pedagógicas responsáveis pela má qualidade de nossas escolas, por seu baixo rendimento e por suas indiferenças às exigências da educação popular. Em vez de estabelecer as diretrizes educacionais de uma sociedade na qual prevalecem legalmente os princípios da democracia e em que o trabalho se define como uma fonte de afirmação e valorização do homem, apega-se a concepções caducas que fizeram do ensino brasileiro um fator de dependência colonial, de atraso intelectual e de alienação moral (FERNANDES, 1961).

Essa reportagem, que traz na íntegra a fala de Fernandes, pode ser vista como uma forma de sintetizar aquilo que foi debatido e discutido até então, que diz respeito ao posicionamento de Fernandes frente ao movimento e a busca constante em tentar trazer novos apoiadores e participantes ao movimento. Tanto nos textos publicados no “Suplemento Literário” quanto nas reportagens publicadas no jornal, Florestan sempre pontuou que o projeto era uma ameaça à autonomia do Estado, no que diz respeito à formulação de políticas educacionais, e que a Campanha estaria cumprindo a importante função de desmascarar tudo aquilo que se tem de oculto por trás do projeto. A busca, então, era por garantir a preservação daqueles direitos já conquistados e expandir de forma a solucionar problemas estruturais que não condiziam mais com a ordem democrática e eram grandes heranças do passado político, econômico e social do Brasil.

3 O ESPAÇO DE FLORESTAN FERNANDES COMO REFERÊNCIA INTELLECTUAL NA IMPRENSA PERIÓDICA NOS JORNAIS *FOLHA DE SÃO PAULO* E *O ESTADO DE SÃO PAULO*

Neste capítulo, apresentaremos um mapeamento e, posteriormente, uma análise sobre as citações que se referem a Florestan Fernandes no período de 1958 até 1961, momento da Campanha em Defesa da Escola Pública, tomando como fonte analítica os periódicos já citados anteriormente neste trabalho: *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*. A questão central deste capítulo é em que medida essa presença na Imprensa corroboram sua caracterização como intelectual orgânico realizada no capítulo anterior do presente trabalho.

Esta segunda parte da análise das fontes de Florestan na Imprensa tem por objetivo contribuir para o avanço nos estudos sobre a sua importância neste movimento em defesa da Escola Pública. Entendemos que a análise e reflexão sobre a sua atuação através de artigos publicados na Imprensa é importante, mas é preciso avançar e tomar Florestan enquanto figura que também estava presente em outros artigos, reportagens, notas e citações nos periódicos da época.

Através desses materiais presentes na Imprensa Periódica do período, podemos perceber que o grande objetivo geral era de fato fazer circular as informações, notícias, comentários acerca daquilo que vinha acontecendo no cotidiano da Campanha, disputas, conflitos e, principalmente, as tensões presentes em relação aos opositores do movimento. Assim, a seção objetiva também analisar como os dois periódicos tomados como fontes desenvolveram seus respectivos projetos de adesão e divulgação da Campanha.

Desta maneira, se faz necessário ressaltar o que Florestan Fernandes apontava sobre a questão do intelectual. Conforme Mélo (2009, p. 27), Fernandes entendia que o papel do intelectual era o de transformar o meio em que ele estivesse inserido, sendo capaz de desenvolver as suas atividades e práticas revolucionárias na coletividade, uma vez que ele sozinho nada poderia modificar de concreto na vida do homem.

A tarefa do intelectual para Fernandes (1981) seria a de transmitir e democratizar o acesso à cultura, provocando o senso crítico, evidenciando problemas presentes na realidade social e, por fim, colaborando para sua transformação. O ponto que Gramsci denomina como a “questão política do intelectual”²³ tem uma importância fundamental no conjunto das reflexões

²³ Segundo Coutinho (2000), no *Caderno de Cárcere* de número 11, Gramsci explicita a relação dialética existente entre aquilo que o intelectual produz e o mundo em que ele está inserido, sendo esse processo que determina diretamente a posição que o intelectual tomará acerca da realidade em que está inserido.

de Fernandes sobre os projetos hegemônicos de classe (DURIGUETTO, 2014, p. 267). A atuação de Florestan na defesa da Escola Pública e, especialmente na defesa dos interesses das classes populares, não só o coloca na condição de um intelectual orgânico, mas também realça a sua preocupação em desenvolver na prática o que Karl Marx chamou, nas *Teses sobre Feuerbach* (2007), de Emancipação Humana: a busca pela construção de uma sociedade que não só coloca como central os interesses e as questões relacionadas ao trabalho, mas que provoca uma consciência crítica dentro dos grupos subalternos.

Partindo para a classificação destes materiais, tomaremos mais uma vez enquanto referência para esse processo, o método proposto por Luca (2015), que consiste em tomar a Imprensa Periódica enquanto fonte de pesquisa, capaz de retratar os cotidianos das cidades e as múltiplas tensões e disputas²⁴. A tabela referente ao material analisado nesta parte está presente no Capítulo 1 deste trabalho, na seção 1.3, “Florestan Fernandes e a atuação na Imprensa Periódica”.

3.1 A presença de Florestan Fernandes em publicações do periódico *Folha de São Paulo*

O periódico *Folha de São Paulo* surge somente em 1961. Entretanto o Grupo Folha existe desde 19 de fevereiro de 1921, data em que foi fundado o jornal *Folha da Noite* por Olival Costa e Pedro Cunha. Em julho de 1925, foi criado o segundo jornal do grupo, a *Folha da Manhã*. Em 1949, 24 anos depois da criação deste jornal, ocorreu a fundação da *Folha da Tarde*. Por fim, em 1 de janeiro de 1960, houve a junção dos três jornais em um periódico só, que foi a *Folha de São Paulo*, título esse que é usado até os dias de hoje.

De imediato, reiteramos que Florestan não publicou nenhum artigo na Folha no período da Campanha tratando sobre a sua atuação enquanto intelectual na defesa pela Escola Pública. Essa constatação chama bastante atenção, pois, no início dos anos 40, Florestan Fernandes teve constante atuação nos jornais do grupo Folha, inclusive atuando como repórter e colunista da *Folha da Manhã*. No período de 1943 até 1945, Florestan assina 11 publicações na *Folha da Manhã*, entre reportagens e publicações enquanto crítico literário.

²⁴ Esta caracterização está presente no Capítulo 2 deste trabalho, onde apresentamos a relação de Florestan Fernandes na Imprensa Periódica da época.

Figura 15 - Artigo Um Livro de Contos

UM LIVRO DE CONTOS

(Para a "Folha da Manhã") Florestan FERNANDES

Um livro de contos é a coisa mais perigosa que existe, principalmente para o autor. Porque no conto entram dois elementos importantes: os recursos técnicos, artesanais, adquiridos pela experiência, e a felicidade na escolha do tema. Este é o acento indeterminado do conto, aquilo que pode depender até de um acidente comecinho na vida do contista. O grande perigo de um livro de contos decorre principalmente dessa dupla relação — técnica e tato artístico, felicidade. O esforço, o pensado e o bem, acabado nunca suprem, como em outros gêneros, a escolha infeliz do assunto; do mesmo modo, este não pode compensar o desenvolvimento pobre, por mais rico que seja. Por isso, parece-me que o conto é o gênero em que o artista e o artesão se neutralizam; ambos participam igualmente. E dificilmente um contista chega a realizar esse ponto ótimo em sua carreira li-

"O Croisé", "O Gordo Antero" "Caprichos da Sorte", "Diante de Deus". O contista todavia, não pode evitar o desequilíbrio, porque a seleção seria índice de desonestidade e tolheria qualquer tentativa séria de avaliação em conjunto. Esse aspecto da questão, digase de passagem, também tem um valor muito relativo; geralmente a avaliação que prevalece é a que se faz a partir dos contos melhores. E deste ponto de vista é impossível negar o valor do sr. Godofredo Rangel, como contista de grandes recursos, entre os bons contistas brasileiros."

O Godofredo Rangel dos contos coloca-se, com frequência, a quem do Godofredo Rangel romancista. Em "Vida Ociosa", por exemplo, há mais plasticidade de linguagem e os personagens surgem, vivem, falam e desaparecem com maior naturalidade. Nos contos, a língua de vez em quando sai perdendo, por causa da preocupação

Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 1944.

Figura 16 - Artigo Por cauda dos direitos autorais

À MARGEM DO 1.º CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES

Por causa dos direitos autorais

Florestan FERNANDES
(Nosso observador junto ao Congresso)

Até agora os escritores congressistas não conseguiram orientar seus trabalhos de um modo prático, evitando as discussões e os debates inúteis. O lema "tempo é dinheiro" pode parecer medíocre, mas nesta. Os escritores contam apenas com três dias mais e ainda o Congresso não chegou, depois de duas sessões plenárias, a nenhuma indicação prática essencial, nem do ponto de vista do escritor, nem do ponto de vista do povo brasileiro — esta, apesar do discurso de sr. Anibal Machado e da boa vontade de todos os congressistas, corre o risco de ficar "chuchando no dedo".

Ainda não está nada perdido, todavia; porque a primeira sessão plenária, embora começasse com questões estranhas aos interesses do Congresso — é o "caso" de que tomaram parte, os srs. Paulo Mendes de Almeida, Paulo Magalhães e Carlos Lacerda — terminou numa magnífica demonstração democrática, abrindo meios para o aproveitamento mais fecundo dos trabalhos apresentados em tese, das indicações das comissões e da própria participação dos congressistas. Além disso, nessa primeira sessão plenária foi feita uma proposta, pelo escritor português, Jayme Cortesão, assinada por outros escritores portugueses e brasileiros, sugerindo a criação de uma sociedade de estudos luso-afr-brasileiros. Essa proposta teve o mérito de ser aceita na segunda sessão plenária e, até agora, constitui a única realização efetiva tomada no I Congresso Brasileiro de Escritores.

O que foi apresentado por uma das subcomissões de direitos autorais voltará, de certo, a plenário, com os demais resultados a que chegar essa comissão técnica. Foram lidas aos congressistas algumas indicações e sugestões sobre a remuneração dos artigos, os direitos autorais dos jornalistas, etc. Nada de conclusivo ficou claro, do trabalho dessa subcomissão, e o processo através do qual os estatutos regulamentavam seu funcionamento suscitou entre os congressistas uma manifestação democrática de profundas consequências. Os estatutos previam uma delegação exagerada de poderes às comissões, de modo que as indicações, sugestões ou questões aprovadas definitivamente pelas comissões não estavam sujeitos à aprovação do plenário, cabendo às comissões fazerem uma espécie de simples relatório.

Se o sr. Homero Pires ou o sr. Appareto Torelly estivessem em condições de apresentar os resultados do trabalho de suas comissões, talvez isso não acontecesse. Mas, entrando em debate a questão considerada fundamental por quase todos congressistas, a de direitos autorais, a deficiência do item dos estatutos que regulamentava o assunto tornou-se evidente e foi logo posta em discussão. O sr. Nelson Palma Travassos protestou imediatamente contra a maneira de se apresentar a matéria do dia aos congressistas, lem-

Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 1945.

Sobre esse momento na trajetória de Florestan Fernandes, é importante destacar que essa entrada na Imprensa Periódica, tal como os convites que recebeu no momento em que se formou para atuar como assistente nas cadeiras de Economia Política e de Estatística, recusado por

Florestan, e o convite feito por Fernando de Azevedo para ser assistente da cadeira de Sociologia II, representou de fato uma mudança em sua trajetória de vida.

Destaca Garcia (2002, p. 59) que esses processos representam uma ruptura de Fernandes com a sua condição de subalterno, realidade que enfrentava desde o seu nascimento. Neste momento, inclusive, percebe-se a importância que a atuação de Fernandes enquanto garçom no Bar Bidu, lanchonete em São Paulo que trabalhou até terminar seus estudos no Curso Madureza, representou em sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Este emprego foi responsável por garantir as condições básicas para que Florestan voltasse a estudar e concluir os seus estudos. O curso, promovido pelo Ginásio Riachuelo, foi instalado ao lado do bar onde era garçom e era frequentado pelos professores em horários de intervalo²⁵.

A respeito dos materiais que fazem referência a Florestan Fernandes dentro do contexto da Campanha, encontramos 13 citações no período de 1958 até 1961, sendo a primeira citação de 17/08/1958 e a última de 24/04/1961. Podemos classificá-las da seguinte forma:

Quadro 7 - Citações ao nome de Florestan Fernandes no periódico Folha de São Paulo entre 1958 e 1961

Tipo de Citação	Quantidade
Reportagem	6
Notícia	5
Nota	2
Total	13

Fonte: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 30 set. 2020.

A atuação de Florestan Fernandes no movimento da Campanha em Defesa da Escola Pública passava pela necessidade de ratificar o papel do Estado enquanto agente fundamental na promoção de uma educação de qualidade que servisse enquanto instrumento de desenvolvimento social. Entretanto, a partir do final dos anos 50, iniciou-se uma série de movimentos reativos à fala de Fonseca e Silva no Congresso afirmando que a educação brasileira estaria sobre forte ameaça de pensamentos comunistas. Foi somente então e após o polêmico projeto substitutivo do deputado Carlos Lacerda, que se firmou uma profunda disputa a partir da questão associada a “liberdade de ensino”, constituindo assim espaços de tensionamento acerca da questão.

Quando se pesquisa sobre o movimento da Campanha, um documento que é colocado de forma central é o *Mais uma vez convocados: Manifesto ao povo e governo*. Este foi tematizado no artigo *Manifesto dos Educadores*, publicado no dia 1 de julho de 1959 na *Folha*

²⁵ Garcia (2002) aponta que Florestan sempre escutou de forma atenta as conversas que eram realizadas pelos professores, e que, de imediato, o autodidatismo chamou a atenção destes e, com isso, a descoberta de um “talento” oculto começou a ser posta em prática, através do seu retorno aos bancos escolares.

da Manhã. Essa reportagem foi publicada na seção “Ensino e Magistério” e fala sobre o manifesto redigido por Fernando de Azevedo com o objetivo de sistematizar a discussão e o problema relacionado à ameaça que a Escola Pública estava sofrendo. Podemos dizer que, segundo a reportagem, esse documento tem como objetivo ratificar aqueles ideais levantados em 1932, acerca do complexo educacional brasileiro e, em especial, sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O manifesto traz a opinião daqueles setores²⁶ mais representativos na defesa da Escola Pública no Brasil. A reportagem aponta aquela que era a principal preocupação destes intelectuais: a entrega da educação pública do Brasil para setores da iniciativa privada e a atuação destes enquanto formuladores de políticas educacionais no Brasil. Outro ponto interessante de se destacar é que o manifesto fora escrito tanto por intelectuais dos anos 30, quanto pelos intelectuais da chamada nova geração, como: Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Florestan Fernandes, Delgado de Carvalho, Darcy Ribeiro e Paulo Duarte.

Além da posição de destaque que a reportagem tem no jornal, por estar ocupando a metade da página em que foi publicada, cabe pontuar que, após o final, foi publicado o manifesto de forma integral. A divulgação do manifesto através da Imprensa Periódica cumpre de certa forma um dos objetivos que foram destacados pelos intelectuais que atuaram na redação do texto. Neste momento, então, divergências foram colocadas de lado e criou-se uma bandeira acerca da defesa de uma educação pública, gratuita, democrática, universal, laica e com a formação em dois eixos: trabalho e cidadania.

Além disso, percebemos que Florestan começa, já na primeira citação neste jornal, a aparecer como um dos protagonistas do movimento, por conta de seu nome estar no primeiro bloco de assinaturas do manifesto. Desta maneira, a Campanha enquanto movimento conseguiu contemplar nomes que atuaram na defesa da Escola Pública nos anos 30 e que agora, após os eventos a partir de meados dos anos 50, retornaram à discussão e ao debate sobre o rumo da educação no país.

Uma das ferramentas encontradas pela Campanha, como mencionado no segundo capítulo deste trabalho, foram encontros, palestras e debates com o objetivo de difundir e circular as ideias do movimento e contar com novos apoios. Desta maneira, uma das formas que o debate se fez presente dentro da Imprensa foi através da divulgação desses espaços. Na *Folha de São Paulo*, a divulgação destes espaços apareceu por cinco vezes no período da Campanha:

²⁶ A composição dos defensores da Escola Pública, segundo Savianni (1996) se dava através de três grupos: os Liberais pragmatistas, os professores da USP, ligados a Júlio de Mesquita, e os socialistas, ligados a Florestan Fernandes. No início da próxima seção, há um parágrafo que descreve a composição destes grupos.

Quadro 8 - Presença de Florestan Fernandes em reportagens que estavam divulgando o movimento em defesa da Escola Pública

Título da Matéria	Data
Iniciou-se ontem o simpósio sobre os problemas educacionais brasileiros	02/09/1959
Prosseguiram ontem os trabalhos do simpósio sobre os problemas educacionais brasileiros	03/09/1959
I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública	05/05/1960
Novas Críticas ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação	31/08/1960
Obsoleta a escola brasileira em relação as funções que normalmente desempenha	25/09/1960

Fonte: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 30 set. 2020.

As duas primeiras citações são reportagens que tratam sobre o simpósio que aconteceu nos dias 2 e 3 de setembro de 1959, na Cidade de São Paulo, acerca dos temas e debates sobre a Escola Pública. Em *Iniciou-se ontem o simpósio sobre os problemas educacionais brasileiros*, localizada na seção “Educação e Magistério”, é feita, de imediato, uma contextualização sobre a abertura do simpósio promovido pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Após essa localização, é feita uma referência à abertura dos trabalhos no simpósio e dos temas que foram selecionados para serem abordados e debatidos.

Dois pontos que chamam a atenção nessa reportagem: a presença de uma fotografia sobre o evento e o destaque dado à presença de Anísio Teixeira no evento, estando sentado ao centro da mesa. Na legenda lê-se: “Flagrantes da reunião de abertura do Simpósio, tendo-se na foto superior a mesa diretora do trabalho no momento em que falava o prof. Anísio, terceiro a partir da esquerda e na inferior parte da assistência”.

Figura 17 - Reportagem Iniciou-se ontem o Simpósio sobre os Problemas Educacionais Brasileiros



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, 1959.

Os temas foram focalizados, de maneira geral, na notícia. Dentre os assuntos trabalhados, chama-se a atenção para o trabalho do professor João Eduardo Villalobos, que, segundo a matéria, fez uma história sobre a educação no Brasil desde o período colonial até os anos 60 e concluiu seu trabalho defendendo de forma entusiasmada a educação pública. O simpósio contou, em seguida, com a fala de Anísio Teixeira, então presidente do INEP, que defendeu a necessidade de os intelectuais brasileiros pensarem de forma científica os problemas educacionais existentes, com o intuito de “educar o problema da educação”.

Outro ponto de crítica na fala de Teixeira foi sobre a forma com que as elites brasileiras são privilegiadas no acesso e na questão de conteúdo nas políticas educacionais no Brasil, concluindo que a educação não é uma mercadoria e, portanto, não deve ser vendida. Sua conclusão diz respeito à construção de uma política de formação do povo brasileiro que passe pelo privilégio acerca da Escola Pública. Por fim, a reportagem mostra a programação do dia sobre o simpósio, em que Florestan Fernandes aparece como debatedor do trabalho *Rendimento e deficiências do ensino secundário do Brasil*, feito por Raja Nassar.

A segunda citação sobre o simpósio também é uma reportagem e tem como objetivo geral apresentar a continuidade e a circulação das informações debatidas e discutidas no evento. Em *Proseguiram ontem os trabalhos do simpósio sobre os problemas educacionais*, na seção “Educação e Magistério”, a reportagem de certa maneira continua no ponto em que a publicação do dia anterior parou, destacando a presença de intelectuais dos seguintes estados: Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais. Os trabalhos se deram a partir de temas que surgiram dentro da proposta de se pensar uma palestra sobre o plano de Ação do Governo, no que se refere à questão do ensino. A abertura do trabalho foi feita com o Professor Renato Jardim Moreira, que levantou a necessidade de se planejar antes de pensar em implementar qualquer política educacional no Brasil. Deve-se pensar como fazer com que os recursos investidos tragam mais rendimentos e frutos no dia a dia da educação. A grande questão para ele está no fato de que se o Estado estabelecer subsídios para escolas privadas, o prejuízo será extremamente maior nas escolas públicas. Em seguida, foi a fala de Raja Nassar, trabalho que teve Fernandes como debatedor. Em sua apresentação, Nassar apontou a necessidade de se estabelecer um esquema racional sobre a educação brasileira em todas as esferas, principalmente na questão do custeio da educação. Por último, o professor Luís Pereira trouxe uma importante análise sociológica acerca dos aspectos pedagógicos internos da escola e a relação que esses devem ter sobre os investimentos e gastos da educação pública no país.

Desse modo, percebemos que tanto a primeira reportagem sobre o lançamento do Manifesto, quanto as duas reportagens que falam sobre a atividade promovida pelo Centro

Regional de Pesquisas Educacionais, estão localizadas na seção “Educação e Magistério”, que tinha como finalidade ilustrar e apresentar temas, questões, debates, relacionados às questões educacionais no estado de São Paulo.

Nos encontros, convenções e seminários, os apresentadores expressavam-se acerca do projeto de diretrizes e bases, falavam sobre as tramitações burocráticas do projeto e, em seguida, abriam o canal de diálogo para que os diversos setores da sociedade civil presentes pudessem expressar suas opiniões e apoio à Escola Pública. Esses espaços de diálogos eram compostos por reuniões abertas e pontos de abertura de falas para aqueles que estavam participando das atividades. A reportagem não menciona o tipo de público. De qualquer maneira, a Imprensa teve importante contribuição na divulgação desses encontros, fazendo com que um maior número de pessoas fosse atingido com as ideias do movimento, ao publicar uma compilação das apresentações.

No jornal *Folha de São Paulo*, além da menção ao Simpósio que ocorreu em setembro de 1959, temos três notícias. São elas: *I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública*, de 5 de maio de 1960, que traz uma apresentação deste encontro promovido pela Comissão Estadual em defesa da Escola Pública, a reportagem *Novas Críticas ao projeto de diretrizes e bases da educação*, de 31 de agosto de 1960, que fala da ida de Fernandes à Associação Paulista de Medicina e a reportagem *Obsoleta a escola brasileira em relação as funções que normalmente deve desempenhar*, que discorre sobre a conferência proferida por Florestan Fernandes na Biblioteca Municipal de São Paulo.

A notícia *I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública* destaca que o encontro aconteceu na Biblioteca Municipal de São Paulo e teve como objetivo promover a primeira discussão a nível estadual sobre a defesa da Escola Pública²⁷. Nesse encontro, aconteceram análises, debates e estudos sobre o projeto de diretrizes e bases da educação. A notícia destacou também a organização das mesas e os debatedores de cada tema, ficando da seguinte forma a organização: A. Almeida Junior: *A escola pública e a Escola Particular*, Fernando de Azevedo: *O projeto em acusação*, Florestan Fernandes: *Democratização do ensino*, Fernando Henrique Cardoso: *Educação para o desenvolvimento* e João Villalobos: *Liberdade de Ensino*. A notícia apresenta um destaque importante sobre o levantamento feito pelo professor João Villalobos acerca da questão da “Liberdade”²⁸, que, segundo ele, vem sendo utilizada de maneira

²⁷ A reportagem não deixa claro como que se deu a inscrição dos apoiadores para o evento. Se as inscrições eram realizadas anteriormente, no dia do evento ou se não tinha necessidade.

²⁸ A questão da liberdade aqui criticada pelo professor João Villalobos, era relacionada ao posicionamento que os setores católicos, ligados as escolas confessionais tinham a respeito do papel do Estado em relação a educação. Esta temática inclusive foi debatida no capítulo anterior do trabalho.

equivocada e que o discurso levantado sobre “a liberdade de ensino”, na verdade, é uma ameaça para a Escola Pública.

Importante esse destaque feito por João Villalobos, pois ele vai ao encontro com uma das principais críticas feitas por Florestan Fernandes referentes ao cenário da educação brasileira e o seu distanciamento com os valores e princípios democráticos de nossa sociedade.

O Estado Democrático consistia no órgão que efetivava ações que contribuíssem para o estabelecimento da democracia em diversos setores da sociedade brasileira. Na área de educação, a tarefa primeira do Estado Democrático era assegurar o ensino público, estabelecer e reconhecer seus limites em relação aos investimentos na rede particular de ensino. Para Fernandes, os princípios da liberdade de ensino no projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estavam expostos de maneira a confundir o entendimento dos princípios democráticos assegurados pelo Estado Democrático em desenvolvimento e facilitar a aceitação de interesses não condizentes com os do Estado Democrático (MÉLO, 2009, p. 124).

Para Santos (2016), a caracterização feita por Florestan Fernandes acerca das bases do problema educacional brasileiro está associada com as heranças do regime escravocrata, em que se somam a esse ponto a manutenção da condição de dependência e a formação de instituições públicas com funcionamento baseado em relações patrimonialistas. Desta maneira, a educação passa a ser entendida, na visão de Florestan Fernandes (1960, p. 118), enquanto um espaço que fomenta o privilégio de determinados grupos sociais, através das escolas confessionais, e da falsa concepção de liberdade que essas defendem apresentada claramente por Lacerda.

A reportagem *Novas Críticas ao projeto de diretrizes e bases da educação* apresenta o pronunciamento de Florestan Fernandes na Associação Paulista de Medicina, em que apresenta a visão omissa e perigosa em relação à Escola Pública presente no projeto de diretrizes e bases da educação nacional. Nesta palestra, além de apresentar as críticas elaboradas pelos defensores da Escola Pública, Fernandes respondeu uma série de perguntas. Após sua fala, tomou a palavra a representante do MAF²⁹, que apresentou a visão de que as duas escolas devem coexistir, porém com ênfase e predominância na escola pública.

O projeto que tramitava em Brasília, conforme a fala de Fernandes, não se preocupava com a melhoria desejada para a educação no Brasil. Uma das questões por ele apontadas era quanto à formação de Conselhos Educacionais, que são pensados somente com o intuito de abocanhar parte do ensino, servindo assim a educação enquanto instrumento de grupos privilegiados em nossa sociedade, que vão retroalimentar seus interesses através destas formulações.

²⁹ A reportagem não cita o significado da sigla MAF.

Outro ponto diz respeito à questão dos recursos. A crítica de Florestan ao pagamento de bolsas para estudantes em escolas privadas aponta que esta era uma forma de minimizar o investimento através de recursos em espaços públicos. Além disso, trata-se de uma estratégia de fomento de escolas privadas. Isso é uma brecha encontrada para não se investir na construção de mais escolas, privilegiando, assim grupos econômicos. Por fim, Florestan conclui dizendo que a solução deste problema levantado seria a reorganização que tivesse como objetivo a reelaboração do projeto.

A intervenção de Fernandes neste encontro se refere a dois pontos importantes em sua trajetória e atuação. O primeiro compreende Florestan enquanto um professor educador e o segundo entende a relação que essa função professor educador tem com o intelectual orgânico.

Segundo Saviani (1996), o professor, acima de tudo, deve ser alguém que esteja preocupado com a formação completa do cidadão. O professor deve ser visto não como um instrutor, mas sim como alguém que vá além dos conteúdos transmitidos e que procure o diálogo com os mais variados setores da sociedade. Neste caso, percebe-se que Florestan, mesmo enquanto intelectual representando os defensores da Escola Pública, não perde a sua formação originária, que é a de professor preocupado com essa função educadora. Durante as suas falas no encontro com os alunos de Medicina, a todo instante demonstrou profunda preocupação em explicar o porquê da importância em defender a Escola Pública e fazer com que a plateia se questionasse sobre a realidade educacional do Brasil.

A condição de Florestan Fernandes enquanto professor da Cadeira de Sociologia I na USP faz com que se tenha um entendimento desta além dos conteúdos que nela eram transmitidos. Essa cadeira servia como um espaço no qual se tinha como objetivo a formação de quadros para as Ciências Sociais, preocupados com as principais temáticas presentes no país (SAVIANI, 1996, p. 72).

A formação dos intelectuais diz respeito aos seus pensamentos que estão associados à sua posição dentro da realidade social. O intelectual orgânico cumpre a função de organizar uma classe na disputa e posicionamento em relação à hegemonia, sendo as instituições de ensino um espaço fundamental na formulação desses intelectuais e de seus pensamentos relacionados a realidade material (GRAMSCI, 1997, p. 10). Desta maneira, a cadeira de Sociologia I servia, então, não só como um espaço de formação de pensadores nas Ciências Sociais, mas também na formação destes pensadores enquanto intelectuais. A própria atuação de Florestan enquanto protagonista neste processo formativo fez com que ele conseguisse determinadas posições de destaque em importantes debates e discussões, como, por exemplo, na Campanha em Defesa da Escola Pública.

Sobre essa sua atuação enquanto intelectual e a presença desta questão dentro de publicações na Imprensa Periódica, entendemos a importância de destacar a notícia publicada em 28 de agosto de 1961, na própria *Folha de São Paulo*, na seção “Brasília dia a dia” intitulada de “Ato do Presidente”. Essa notícia fala da participação de Florestan Fernandes no conselho consultivo da comissão nacional de planejamento sobre a educação brasileira. Florestan aparece enquanto intelectual representante dos valores da Escola Pública.

Figura 18 - Reportagem *Ato do presidente*



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, 1961.

A reportagem, além de apresentar a proposta deste espaço em que Florestan estava enquanto membro, não só reconhece a sua importância para o movimento em defesa da Escola Pública, mas também destaca a sua posição de intelectual protagonista do processo de mobilização e organização dos defensores. Esse reconhecimento está diretamente relacionado com os aspectos práticos que Fernandes (2020, p. 109) sempre defendeu sobre a Campanha: criação de um esquema organizatório que tivesse como objetivo a adesão em todos os setores da sociedade e a formação de uma literatura que de fato ilustrasse o problema educacional brasileiro.

Retornando aqui a discussão sobre a participação dos membros da Campanha e de Florestan Fernandes em eventos promovidos por setores interessados na discussão, a reportagem *Obsoleta a escola brasileira em relação as funções que normalmente deve desempenhar* tem como objetivo apresentar a palestra intitulada “A escola e seu papel na comunidade brasileira”, proferida por Florestan Fernandes.

Figura 19 - Reportagem Obsoleta a escola brasileira em relação as funções que normalmente deve desempenhar

"Obsoleta a escola brasileira em relação às funções que normalmente deve desempenhar"

Dando prosseguimento ao ciclo de palestras sobre a "Introdução à Realidade Pedagógica Nacional", patrocinado pelo Centro Universitário de Estudos Roldão Lopes de Barros, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em colaboração com a Reitoria da USP, o prof. Florestan Fernandes pronunciou ontem, na Biblioteca Municipal de São Paulo, uma conferência subordinada ao título: "A Escola e Seu Papel na Comunidade Brasileira". Subado próximo, com início às 15 horas, no mesmo local, falará o prof. Carlos Corrêa Mascaro, sobre o tema "Financiamento Escolar no Brasil".

A palestra

Iniciando sua palestra, lançou o professor Florestan Fernandes a ausência de estudos "especializados" que demonstrem a influência da escola como fator de integração do homem nas necessidades criadas pela civilização moderna. Assim a escola brasileira pode ser considerada como uma instituição estranha à coletividade, o que a torna completamente obsoleta diante das

funções que normalmente ela deveria desempenhar. Enquanto outros países tomaram a escola



O conferencista, prof. Florestan Fernandes

como um fator importante na consecução de mudanças sociais, entre nós ela é muito mais uma consequência natural do que fator de progresso. Citando o exemplo dos Estados Unidos como país em que a escola realmente desempenha importante papel na vida da comunidade, lembrou o orador que enquanto naquela nação outras condições, tais como as econômicas e sociais de maneira geral, permitem que a escola tenha um alcance muito maior do que o simplesmente relacionado à instrução, aqui no Brasil as condições econômicas e sociais são elementos que nada colaboram com a função integradora da escola.

Referindo-se ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que se encontra atualmente no Senado, disse o professor Florestan Fernandes que esse documento representa a estagnação em que se encontra o nosso sistema educacional. "Estamos diante de uma verdadeira estagnação e não, demora cultural, como pensam alguns" — disse o conferencista a certa altura de sua exposição.

Embora tenha feito uma análise pessimista da escola brasileira, demonstrou o professor Florestan Fernandes que algo pode ser feito de construtivo para que a escola deixe de ser "uma conversa entre surdos e mudos" (referindo-se a professores e alunos). Isso pode ser conseguido desde que a escola brasileira tenha as características próprias da nossa tradição, costumes etc., e não como um campo de experiências de sistemas alienígenos, que nada de comum tem com as nossas necessidades e aspirações.



LORENZETTI



Produtos de alta qualidade fabricados dentro das normas "ABNT e NEMA"



Peças para instalações elétricas

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, 1960.

A figura ressalta a imagem com a legenda: "o conferencista, prof. Florestan Fernandes". Ao início da palestra, Florestan apontou a ausência de trabalhos que destaquem a educação enquanto um fator integrador dentro da nossa sociedade. A coletividade presente no evento parte da ideia de que a educação no Brasil é completamente obsoleta em relação às funções que ela deveria desempenhar na realidade social. A escola, que deveria ser um fator importante nas mudanças sociais, no Brasil, é consequência de questões existentes em nossa sociedade.

Refletindo sobre o projeto de diretrizes e bases, Fernandes diz que esse serve para reafirmar os problemas existentes e a condição em que se encontra nosso sistema educacional. Mesmo fazendo uma fala de teor pessimista, Fernandes destacou que existe luta e mobilização acerca dos interesses e objetivos da Escola Pública.

Este ponto final presente na fala de Fernandes mostra que seu pensamento está a todo momento relacionado com a realidade material. Ele entendia que os problemas existentes na qualidade do ensino oferecido pelas instituições públicas eram, na verdade, um projeto de

A atividade do lançamento do livro foi promovida pelo Grêmio Estudantil da Faculdade de Ciências e Letras em parceria com a UEE. Organizado por Roque Spencer Maciel e com uma série de participações, como a de Florestan Fernandes, o livro sintetiza a posição definida pelos intelectuais acerca da educação brasileira, e se coloca contrário ao projeto enviado para a Câmara dos Deputados, fazendo uma análise crítica do substitutivo proposto por Lacerda e na defesa da aprovação das emendas enviadas pela comissão a Brasília.

A respeito de sua participação nesses espaços, Fernandes (2020) aponta que as atitudes conformistas em qualquer espaço e em qualquer circunstância fazem com que o indivíduo se afaste daquilo que deve ser criticado e que, no que tange a Campanha em si, a saída para o chamado dilema educacional brasileiro, já citado anteriormente, está na construção de um sistema de ensino capaz de desenvolver os valores de base democrática, relacionando-se com a solução de outros problemas existentes em nossa sociedade. Já que a Campanha parte de um cenário em que as condições não são favoráveis, se faz necessária a participação em debates e discussões não só para criticar o cenário educacional brasileiro, mas também para garantir um maior volume de apoiadores e de defensores do movimento.

3.2 A presença de Florestan Fernandes em publicações do periódico *O Estado de São Paulo*

A Campanha em si foi composta por diversos grupos da sociedade civil brasileira. Savianni (1996) afirma que os defensores da Escola Pública poderiam ser divididos em três grandes grupos: a) os liberais pragmatistas, esses oriundos do movimento Escola Nova, e que tinham como base a LDB de 1948, eram os intelectuais Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Junior, Faria Gois e Anísio Teixeira; b) os professores da USP ligados ao jornal *O Estado de São Paulo*, liderados por seu diretor e dono, Júlio de Mesquita Filho, além de liberais idealistas, que eram os intelectuais Roque Spencer, Laerte Ramos e João Villalobos, e c) os socialistas em tendência, que eram professores ligados a Florestan Fernandes e que traziam uma crítica baseada na condição de subdesenvolvimento em que o Estado brasileiro estava inserido naquele momento. Deste grupo, destacam-se os intelectuais Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.

Saviani (1996, p. 80) destaca que, mesmo Florestan Fernandes sendo considerado a principal liderança do movimento, ele não era detentor da hegemonia, por conta da existência de diferentes grupos de interesses. Os chamados liberais idealistas partiam de uma visão essencialista do homem, acreditavam no indivíduo dotado de liberdade, originalidade e

autonomia, e viam a educação enquanto instrumento capaz de afirmar estes valores. Os pragmatistas partiam de uma visão centralizada na vida, existência e atividade. A defesa da Escola Pública, para eles, era vista como algo associado à ordem prática, sendo instrumento para adequar os indivíduos na ordem social vigente (Ibidem, p. 80). E, por fim, os socialistas partiam da visão de que a Escola Pública seria o elemento capaz de superar as contradições existentes no modo de produção capitalista, processo que Fernandes chamava de “Revolução Educacional” (Ibidem, p. 80).

Percebe-se que existem diferentes interpretações, e até mesmo caminhos, para um mesmo objetivo em comum, que era a defesa irrestrita da Escola Pública. Segundo Fernandes (1966) o movimento era marcado pela pluralidade dos agentes e que essa capacidade de participar de pautas extremamente importantes e necessárias na realidade social, mas com grupos tão variados, deveria ser uma capacidade fundamental de todo e qualquer militante socialista.

A Campanha, então, possuía elementos que aglutinavam esses diferentes setores, que era o direito ao acesso à educação pública, laica e de qualidade e também o papel do Estado democrático, entendendo a educação enquanto direito comum e universal para toda a população (OKUMURA, 2020). A universalização do ensino público no Brasil era, de fato, bloqueada pela influência de interesses privatistas na Educação e, principalmente após ao substitutivo de Lacerda, na busca pela formulação de políticas públicas favoráveis aos interesses privados.

Desta maneira, percebe-se que este grupo tão plural e variado dentro da Campanha se fez de extrema importância para a história da educação pública no país. Mesmo que o movimento no final não tenha alcançado o seu objetivo integralmente, inúmeros legados, debates e construções coletivas se fizeram em seu entorno e são fundamentais para entender e compreender a sociedade brasileira, principalmente as suas desigualdades e contradições.

A presença da Campanha na Imprensa Periódica se fez presente com forte destaque no jornal *O Estado de São Paulo*. Além dos artigos citados e debatidos no capítulo anterior, se encontram no arquivo digitalizado do jornal outras 74 citações ao nome de Florestan Fernandes, no período de 1958 até 1961, que estão relacionadas ao período da Campanha. De imediato, esse número chama bastante atenção ao ser comparado com o que se observa nos jornais do grupo *Folha de São Paulo*, analisados na seção anterior deste capítulo.

Percebe-se, então, a necessidade de começar a analisar essas citações, partindo desta diferença colocada entre os dois jornais. Um primeiro ponto para pensar é a respeito da história do jornal *O Estado de São Paulo*. Surgindo em 1875, sob o nome de *A Província de São Paulo*, teve como fundadores quatro republicanos que tinham como líderes Manoel Ferraz de Campos

Salles e Américo Brasiliense. Este jornal surge com o objetivo de combater a monarquia e a escravidão no Brasil, mantendo esse nome até a queda da Monarquia no Brasil, passando a se chamar *O Estado*. A partir dos anos 30, já com a atuação de Júlio de Mesquita Filho, o periódico passa por uma das suas fases mais difíceis, que foi o período do Estado Novo Vargas, momento de censura, mas, durante o qual, manteve-se em uma linha editorial independente. Cabe ressaltar que, neste mesmo momento, a USP foi fundada, através do Decreto nº 6.283, em 25 de janeiro de 1934, tendo Júlio de Mesquita Filho como uma das figuras que participou da seleção dos primeiros docentes da instituição.³⁰

Assim, nota-se que a relação existente entre o jornal e os membros da universidade é bem anterior ao momento da Campanha. Inclusive, o próprio Florestan Fernandes foi convidado, em 1943, para ser colaborador, escrevendo quase que semanalmente sobre temas debatidos na instituição e que estavam diretamente relacionados com a realidade social. Segundo Garcia (2002), Florestan estreou no *Estado de São Paulo* publicando três artigos, a respeito do preconceito de cor na cidade de São Paulo, utilizando dados que se fizeram presentes no trabalho publicado no ano anterior, chamado *O negro na tradição oral*.

Figura 21 - Artigo O Negro na tradição oral: reação do elemento negro sobre os folclores ibérico e ameríndio



Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1943.

Essa atuação de Florestan, que buscava fazer circular as temáticas debatidas na universidade e em suas pesquisas na Imprensa Periódica, é uma questão de destaque na geração de intelectuais na qual ele está inserido. Garcia (2002) destaca que essa geração, segundo Antônio Cândido, enxerga de forma leve, porém, com forte conteúdo crítico e sensibilidade, as

³⁰ Estas informações foram retiradas do *site* do jornal, que possui uma parte importante sobre sua história e acervo.

temáticas que estão se abrindo para o homem moderno e entendem essa atividade intelectual como um instrumento de vida. Esse esforço para a tomada de consciência se faz presente de forma central na atuação de Florestan enquanto intelectual no período da Campanha, e os materiais aqui apontados no *Estado de São Paulo* corroboram essa afirmação.

Bontempi Jr. (2012, p. 135) também destaca a profunda relação do periódico com a temática envolvendo a Escola Pública. A posição tomada por Júlio de Mesquita Filho mira o objetivo de formular um espaço para que os novos intelectuais pudessem compreender e entender os problemas existentes dentro da realidade em que estavam presentes, sempre pensando na defesa e na manutenção da ordem vigente. A intenção de Júlio de Mesquita Filho era a de tentar relacionar a defesa da educação, através da ótica liberal, que não era a de Florestan Fernandes e, com isso, a utilização do jornal enquanto instrumento de circulação deste posicionamento.

Aos olhos de OESP, tendo sido realizada a criação da USP (1934), à arquitetura ideal do sistema de ensino brasileiro ainda ficava faltando uma peça-chave de articulação: um ensino secundário capaz de preparar os jovens para a formação alta e desinteressada a ser ministrada na FFCL, que, por sua vez, faria deles pesquisadores e cientistas de sólida formação e, fechando o círculo virtuoso, competentes professores para o ensino secundário (BONTEMPI JR, 2012, p. 139).

A movimentação que se fazia presente desde o surgimento da USP, envolvendo a FFCL e o grupo liderado por Júlio de Mesquita, demonstra que, desde o começo, o fator motivador destes era a defesa da uma Escola Pública, não pelo caminho de transformação social que era defendido por Fernandes, mas sim por uma mudança que privilegiasse determinados grupos sociais.

Para OESP, o ensino secundário não fazia parte dos planos de democratização do ensino senão obliquamente, ou seja, ao formar uma elite consciente dos compromissos do Estado democrático, no que toca à condução de uma política educativa hábil para formar o cidadão de que necessita. A peça-chave da democratização, ou ainda, da extensão da escolaridade, continuava sendo a escola pública de nível primário e a subsequente ramificação profissionalizante – de acesso vedado ao nível superior (BONTEMPI JR, 2012, p. 153).

Mesmo com visões diferentes acerca dos caminhos para a educação no Brasil, os defensores da Campanha estiveram alinhados no período de 1958 até 1961, na necessidade de avaliar os problemas existentes no tempo presente, de fatores que se somam do passado e a solução destas questões através da garantia do caráter público e laico da escola. Neste sentido, a proposição de Bontempi Jr. sobre a relação traçada entre o *Estado de São Paulo* no período de 1946 até 1957 e a preocupação com a temática da educação no Brasil prolongou-se no período da Campanha, ganhando nova intensidade, provocada pelo substitutivo de Lacerda, e, principalmente, pela articulação de setores confessionais alinhados ao discurso da liberdade de ensino.

Fernandes, em suas publicações nesse periódico, destacou a necessidade de garantir não só a mudança de opinião dos membros do legislativo, mas também o convencimento e o somatório de participantes, dada a pluralidade dos defensores. É nesse sentido que começamos agora a classificar e analisar as citações referidas neste período ao nome de Florestan Fernandes em *O Estado de São Paulo*, diferenciando-as das resenhas e artigos assinados por Fernandes neste mesmo jornal, debatidos no capítulo anterior³¹.

Quadro 9 - Classificação das citações a Florestan Fernandes em O Estado de São Paulo

Tipo de Citação	Quantidade
Nota	28
Reportagem	37
Carta	1
Notícia	4
Foto	1
Crítica Literária	1
Crônica	1
Artigo	1
Total	74

Fonte: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2020.

Um periódico é sempre tributário de sua linha editorial, sendo sempre um reflexo das ligações e interesses existentes naquele momento (TOLEDO; SKALINSKI JR., 2012, p. 261). O envolvimento de Júlio de Mesquita com grupos apoiadores da Campanha abriu espaço não apenas para os textos de Florestan como também para sua presença em outras publicações. As citações mapeadas acima retratam de maneira cronológica os temas, os encontros, os comunicados, os informativos, as publicações, novos apoiadores; enfim, boa parte daquilo que se produzia e principalmente que se debatia sobre os rumos e caminhos do movimento.

Partindo deste pressuposto, classifico abaixo algumas citações de destaque no período de 1958 até 1961 envolvendo a temática de Florestan Fernandes e o tema da Campanha em Defesa da Escola Pública, apresentando reportagens que trouxeram o dia a dia do movimento, além de espaços em que ela esteve presente, seus interlocutores, apoiadores e, principalmente, como ela foi se desenvolvendo ao longo destes três anos de intensos debates. A classificação parte da análise prévia das reportagens e a seleção daquelas em que a presença de Florestan Fernandes tem centralidade em relação à sua atuação. As outras reportagens e demais citações cumprem outras funções, algumas mais informativas, outras de questões burocráticas como por

³¹ Importante ressaltar, mais uma vez, a diferença existente entre a posição dos periódicos analisados e o movimento da Campanha. O periódico *O Estado de São Paulo*, por ter declarado abertamente apoio ao movimento, tem uma quantidade maior de citações a Florestan Fernandes, além de ter publicado artigos por ele assinados. Já a “Folha de São Paulo” por não ter tomado posição em relação ao movimento, tem uma quantidade reduzida de citações, e nenhum artigo assinado por Fernandes.

exemplo horário de atividades, notificações de reuniões e reportagens com textos repetidos publicadas em dias seguidos.

Quadro 10 - Seleção de Reportagens em que Florestan Fernandes teve destaque enquanto intelectual do movimento em defesa da Escola Pública

Título da Matéria	Data de Publicação
Falta de Verbas na Faculdade de Filosofia	26/07/1959
Professores iniciam um grande debate sobre os problemas atuais da educação no Brasil	02/09/1959
Novos temas apresentados no debate sobre ensino	03/09/1959
Encerrado ontem o debate sobre educação no país	04/09/1959
Apoiam os professores e o movimento da UEE	07/02/1960
Ponto em comum na convenção em defesa da Escola Pública	04/05/1960
Hoje a convocação pela Escola Pública	05/05/1960
Protesto dos estudantes em Taubaté	10/05/1960
Elabora-se plano de defesa da Escola Pública	14/05/1960
Intelectuais paulistas saúdam os defensores da Escola Pública no Rio	01/06/1960
Escola Pública: Comissão segue amanhã para Brasília	07/06/1960
Segue hoje para Brasília a comissão da Escola Pública	08/06/1960
Volta confiante a comissão em defesa da Escola Pública	14/06/1960
Grupo de trabalho dirigirá a luta pelo Ensino Livre	15/06/1960
Relatório contra as diretrizes e bases	18/06/1960
Em Lins: Comissão da Escola Pública	28/06/1960
Primeira Conferência: Iniciou se outra convenção em prol da Escola Pública	12/07/1960
Maçons a favor da campanha da Escola Pública	21/07/1960
Novos rumos na campanha em defesa da Escola Pública	05/08/1960
Novos debates sobre o projeto de diretrizes	15/09/1960
Parecer da educação escolar	25/09/1960
Certame operário para a defesa da Escola Pública	26/02/1961
Os operários resolvem dar seu irrestrito apoio a Escola Pública	28/02/1961
Reavivamento da campanha em favor da Escola Pública	28/05/1961
Reafirmação dos princípios em favor da Escola Pública	02/06/1961
Diretrizes: apoio ao substitutivo de Nogueira Gama	20/06/1961
Diretrizes e Bases: Pedida ao presidente a oposição de veto	19/12/1961

Fonte: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 30 set. 2020.

Um ponto importante a se analisar a respeito do apoio de Júlio de Mesquita ao movimento é a citação ao seu nome, enquanto figura pública do movimento, e a citação ao nome de Florestan enquanto intelectual representante do movimento. Em *Ponto em comum na convenção em defesa da Escola Pública* e *Hoje a convocação pela Escola Pública*, publicados em 04/05/1960 e 05/05/1960, respectivamente, e em *Intelectuais paulistas saúdam os defensores da Escola Pública no Rio*, publicado em 01/06/1960, são mencionadas atividades que foram realizadas para a circulação das ideias e dos princípios do movimento em defesa da Escola Pública.

A primeira é uma reportagem publicada na capa do jornal e tem como objetivo geral apresentar e detalhar a comissão que será instalada na Biblioteca Municipal de São Paulo. Além disso, é pontuado que Júlio de Mesquita Filho foi escolhido como presidente de honra do movimento e que declarou seu profundo apoio ao debate sobre os rumos da educação pública no país. O evento é patrocinado por todos aqueles que defendem novos rumos para a Escola Pública e o ensino gratuito garantido igualmente para toda a população.

Sobre a atividade, os trabalhos se iniciaram pela parte da manhã com a instalação de comissões para o estudo das numerosas teses. Na parte da tarde, trabalhos a serem apresentados foram selecionados pela comissão. Serão esses: *Escola pública e escola particular*, de Almeida Jr; *O projeto em acusação*, de Fernando de Azevedo; *Democratização do ensino*, por Florestan Fernandes; *Educação para o Desenvolvimento*, de Fernando Henrique Cardoso; e *Liberdade de Ensino*, de João Villalobos. À noite, no mesmo local, será realizada a sessão solene de encerramento da convenção bem como a aprovação da declaração de princípios. Além disso, debateu-se neste evento o ponto de que nenhum estabelecimento particular de ensino deve ter qualquer tipo de subvenção por parte do Estado, para não prejudicar o funcionamento das escolas que não visam ao lucro, no caso as públicas. Por fim, a reportagem termina destacando que esse ponto acima citado é o grande elemento em comum dentro dos participantes do movimento.

Figura 22 - Reportagem Ponto em comum na Convenção em defesa da Escola Pública

QUARTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1960
EDIÇÃO DE HOJE 3 PAGINAS

O ESTADO DE S. PAULO

Previsão do tempo 19.4 a 22.8
TEMPERATURA — Máxima, 21.6. Mínima, 18.6.
Vento — SW, moderado a forte.

Milton Deverá Ser Indicado Unanimemente

DA REDAÇÃO
BRASÍLIA, 3 (Folha) — O presidente Juscelino Kubitschek, que chegou hoje ao Brasil, será indicado unanimemente para o cargo de presidente da República em uma sessão de abertura da convenção de defesa da escola pública, realizada em São Paulo, no dia 4 de maio.

... (rest of the article text) ...

Hoje a decisão final sobre a reclassificação

DECLARAÇÕES SOBRE APROVEENÇÃO DE AUTOMOVEIS
BRASÍLIA, 3 (Folha) — Duas importantes notícias se darão a conhecer hoje em Brasília: a reclassificação do funcionamento das escolas e a reclassificação das escolas particulares. Ambas as decisões serão tomadas hoje pelo Conselho Nacional de Educação, órgão criado pelo governo federal para estudar e propor reformas no ensino.

... (rest of the article text) ...

Ponto Comum na Convenção em defesa da Escola Pública

USINAS DA DAE E transferidas para a CHERP
BRASÍLIA, 3 (Folha) — O Conselho Nacional de Educação, órgão criado pelo governo federal para estudar e propor reformas no ensino, decidiu hoje transferir para a Comissão de Educação do Conselho Nacional de Educação as usinas da DAE (Departamento de Ações Educativas) e a CHERP (Comissão de Educação e Recuperação Pedagógica).

... (rest of the article text) ...



Ghandi, o campeão
UBERABA, 3 — Mais uma vez esta cidade recebeu os ensinamentos de Mahatma Gandhi, o líder da luta pela independência da Índia. O grupo de estudantes e professores da Escola Municipal de Uberaba, acompanhado pelo diretor, viajou para Uberaba para assistir ao espetáculo "Ghandi, o campeão", montado por uma equipe de artistas locais.

Avião da NAB caiu ontem no Porto Rico

NOVO AUMENTO no preço das

Aguardada no

Provação de geadas

Peterco
Inovando a vida
Inventando a vida

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960.

A segunda notícia, publicada no dia seguinte, também na capa, inicia trazendo a informação sobre a instalação da Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública, movimento organizado por diversas entidades de professores e estudantes do circuito intelectual de São Paulo. O texto ressalta a presença de Júlio de Mesquita, então diretor do jornal, além da presença de Almeida Jr., Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e João Villalobos como alguns dos destaques a participarem do evento.

O primeiro ponto da reportagem (*Contra a Vitalicidade*) diz respeito à tese apresentada pelo Grêmio Politécnico dos alunos da Engenharia, que visa a contrariedade acerca da vitalicidade nas cátedras, elemento garantido pela constituição. Segundo estes, a forma como é feito atualmente gera uma certa acomodação por parte de alguns professores. O segundo tópico (*Comissão na Assembleia*) comenta sobre a participação de estudantes na assembleia legislativa do Estado de São Paulo, para a entrega do estudo sobre o projeto de diretrizes e bases. Aliás, muitos vereadores já se colocaram contrários a aprovação deste. O terceiro ponto da reportagem (*Primeiro Ato*) se refere à importância da instalação desta campanha. Para o professor Almeida Jr., esta Convenção da União Estadual dos Estudantes foi o primeiro ato mais importante do movimento nestes últimos tempos. Esses processos, inclusive, segundo ele, demonstram uma posição de maturidade emocional e intelectual por parte dos estudantes. Além disso, esses mesmos jovens estão tendo a importante³² função de propagar o caráter antiliberal deste projeto, bem como a ameaça que ele representa para a educação no país. Por fim, os alunos destacam o caráter de retrocesso que terá uma eventual aprovação, sem qualquer tipo de modificação, do projeto que tramita na Câmara. O quarto e último ponto da reportagem (*Contra a reação*) diz respeito à tarefa que os defensores da Campanha vêm exercendo em relação ao combate às reações contrárias à educação pública no Brasil.

A terceira e última é uma reportagem publicada quase que um mês depois das duas anteriores e diz respeito a mais uma atividade dos defensores da Campanha. É uma reportagem de capa e que fala sobre a atividade que aconteceu no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade Nacional de Direito, acerca da Campanha em Defesa da Escola Pública. Esta atividade teve como objetivo comemorar o 44º aniversário do centro e promover uma profunda discussão sobre o ensino público no Brasil e o projeto de diretrizes e bases. Florestan esteve neste espaço enquanto representante do movimento e foram lidas as mensagens de Júlio de Mesquita e Paulo Duarte, que não puderam estar presentes.

³² A atividade realizada na Faculdade Nacional de Direito é um exemplo de como que as diferentes posições ideológicas a respeito do movimento demonstravam ter uma boa convivência, e de fato atuarem em prol do objetivo que unia os grupos.

Ao receber a palavra, Fernandes afirmou que esse projeto é o atentado mais audacioso que já se cometeu as instituições públicas no Brasil e que o Estado Democrático de Direito, tal como seus defensores e representantes, não deve ficar isento nesta discussão. Além disso, Florestan, mais uma vez, ressaltou que o movimento não é contra a Escola Particular e que, inclusive, esta tem inúmeras contribuições. Entretanto, a grande crítica que vem sendo feita à Escola Pública tem por trás um projeto: sua destruição e o aparelhamento por determinados setores. Ao fim, Fernandes ressaltou que o empenho deve ser em impedir que esse projeto se torne lei e lutar pela revogação dele. A mesa de Fernandes foi composta pelo diretor da faculdade Hermes de Lima e por Darcy Ribeiro.

As três reportagens citadas, além de terem Florestan Fernandes e Júlio de Mesquita enquanto sujeitos, mostram uma das principais questões existentes dentro do movimento da Campanha, que era a busca pela expansão e circulação das ideias. A realização de eventos, como a convenção sediada na Biblioteca Municipal de São Paulo, mostra que os defensores da Escola Pública tinham como objetivo, além da crítica ao projeto de Lacerda, a formulação de um projeto que tratasse de solucionar ou, então, minimizar os problemas relacionados à educação no Brasil.

Um dos grupos que mais esteve junto dos intelectuais que foram protagonistas na luta em defesa da Escola Pública foram os membros da UEE. Na reportagem *Apoiam os professores e o movimento da UEE*, publicada em 7 de fevereiro de 1960, é relatado que os estudantes membros da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia Ciência e Letras da USP realizaram uma assembleia e se colocaram contrários ao projeto de diretrizes e bases, apontando que este era extremamente prejudicial para a Escola Pública. Além disso, o centro decidiu por dar seu irrestrito apoio ao movimento. Florestan Fernandes esteve presente neste espaço e desempenhou uma importante função de articular³³ a organização deste apoio e o posicionamento dos defensores às retaliações que os membros da UEE estavam sofrendo por parte de setores conservadores do Estado Paulista, como a ação de despejo que a sede da associação sofreu dias antes da publicação da reportagem.

Um dos primeiros acontecimentos de aglutinação de apoio à Campanha e de circulação das ideias do movimento foi o Simpósio sobre os problemas educacionais no Brasil, que aconteceu em setembro de 1959, em São Paulo, e foi sediado no Centro Regional de Pesquisas Educacionais, na Cidade Universitária. Sobre esse acontecimento, foram publicadas três reportagens: *Professores iniciam um grande debate sobre os problemas atuais da educação no*

³³ A função de articulista do movimento foi realizada ao longo do texto da reportagem analisada.

Brasil, Novos temas apresentados no debate sobre ensino e Encerrado ontem o debate sobre educação no país, publicadas nos dias 2, 3 e 4 de setembro de 1959, respectivamente.

A primeira reportagem, que ocupou metade da página do jornal, teve como objetivo apresentar os eixos temáticos acerca dos problemas relacionados à educação brasileira. O evento foi iniciado com a fala de Anísio Teixeira, então presidente do INEP, que apontou de forma resumida que o problema da educação está relacionado a uma outra questão importante, que é o desenvolvimento de instituições de ensino de caráter confessional na educação superior. Após a fala de Anísio, Florestan Fernandes foi convocado para fazer a abertura dos trabalhos, representando a mesa que tinha como membros: Fernando de Azevedo, Milton Rodrigues, Gilson Moreira de Souza, Jayme de Abreu e Mario Casaanara.

Florestan desenvolveu a sua fala destacando a importância que o cientista social deve ter com o trabalho do educador, sendo ele um instrumento capaz de analisar, traçar e pontuar os problemas educacionais brasileiros. Além disso, a busca para a solução destes é uma questão fundamental que deve ser tratada como urgente não só por educadores, mas, principalmente, pelo Estado brasileiro. Fernandes conclui sua explanação apontando que o problema educacional brasileiro consiste na falta de recursos humanos e financeiros para que o educador consiga desenvolver seu papel de agente de transformação social.

A segunda reportagem continuou a analisar as temáticas levantadas na proposta do simpósio e apresentou os acúmulos tirados no dia anterior de debates. Desta vez, os debates produziram cinco relatórios e mais uma discussão sobre o plano de ação do governo em relação a essa questão. Fernando de Azevedo abriu sua fala levantando a importância que a Imprensa vem tendo neste longo caminho de denunciar os rumos da educação no país, mas destaca que a forma como foi reproduzida a fala de Anísio Teixeira dá margens para apontarem que ele se coloca contra o ensino particular e oficial. Neste momento do trabalho, problemas quanto ao custeio das universidades e sobre a questão do ensino frente à industrialização foram colocados.

A participação de Fernandes no segundo dia se deu a partir de sua posição contrária ao processo de diretrizes e bases da educação que estava em trânsito na Câmara dos Deputados, reforçando a sua defesa em relação à destinação de verbas para a educação pública. Além de sua análise crítica sobre o plano de ação do governo sobre a educação em São Paulo, que, segundo sua fala, tem uma série de problemas³⁴ relacionados à aplicação das verbas destinadas à educação.

³⁴ A reportagem diz que problemas como ausência de conhecimento das práticas de financiamento de pesquisa, baixa aplicação de verbas orçamentárias na educação pública e inexistência de capacitações para administradores escolares são presentes tanto em São Paulo quanto em outros estados da federação.

A terceira e última reportagem sobre o simpósio apresentou uma síntese dos dias de debates, e apontou que 18 temas importantes sobre a educação brasileira foram debatidos. Ademais, o evento contou com a entrega do manifesto direcionado à Imprensa, destacando a importância dos princípios que ali foram tirados.

Florestan Fernandes, além de ter participado da comissão que redigiu o manifesto e que fez a distribuição, esteve presente no último dia do simpósio debatendo um trabalho que fora apresentado sobre a integração escolar realizada em pequenas comunidades rurais no Brasil.

As três reportagens, além de mostrarem a preocupação da Campanha em debater o problema da educação pública no Brasil, apontam que, nos três dias de evento, Florestan Fernandes esteve em espaços de extrema importância para o desenvolvimento do simpósio. No primeiro dia, foi responsável pela abertura dos trabalhos, falando logo após o presidente do INEP. No segundo, teve importante fala, sendo um “porta-voz”, dentre os demais palestrantes, junto com Fernando de Azevedo, dos acúmulos existentes até então. No dia final, participou de forma ativa na formulação de sínteses sobre o que foi debatido.

Além dos apoios que a Campanha procurava através de intelectuais e de setores importantes como sindicatos, associações, e grupos influentes na sociedade brasileira da época, os membros do movimento organizaram, em junho de 1960, uma importante ida a Brasília, com o intuito de apresentar as ideias e as discussões que foram formuladas em um evento sediado no auditório da UEE e que, além de ser entregue, este documento iria nortear a atuação da Campanha por todo o Brasil. Sobre esse evento, foram publicadas quatro reportagens que apresentaram de forma detalhada os preparativos para a viagem, o que foi debatido na capital federal e também os acúmulos que foram tirados. São elas: *Elabora-se plano de defesa da Escola Pública*; *Escola Pública: Comissão segue amanhã para Brasília*; *Segue hoje para Brasília a comissão da Escola Pública*; e *Volta confiante a comissão em defesa da Escola Pública*, publicadas em 15 de maio, 7 de junho, 8 de junho e 14 de junho de 1960, respectivamente.

A matéria *Elabora-se plano de defesa da Escola Pública* apresenta de forma detalhada o encontro na sede da UEE com os membros da comissão organizadora da Campanha em Defesa da Escola Pública. Esta comissão escolheu Florestan Fernandes como presidente e responsável pela elaboração do plano de trabalho de caráter nacional e que circulará, a partir de sua divulgação, todo o país, com o intuito de apresentar os acúmulos da Campanha. As atividades deste encontro foram divididas em duas partes: em um primeiro momento, os dirigentes da Campanha desejaram esclarecer a opinião pública acerca do projeto substitutivo que tramita na Câmara, destacando os desdobramentos que a aprovação deste teria, como, por

exemplo, o ensino como algo restrito para aqueles que podem pagar. Em seguida, a Campanha manteve contato com os senadores, para convencê-los por meio de dados que os fizessem contrários e que se destaque o problema que a aprovação poderá trazer. Desta maneira, a comissão que foi a Brasília foi tirada e Florestan, por estar na posição de presidente, foi escolhido como membro.

As reportagens *Escola Pública: Comissão segue amanhã para Brasília e Segue hoje para Brasília a comissão da Escola Pública* apresentam os preparativos e a formulação da comissão que se dirigiu a Brasília. A primeira delas fala sobre os membros que foram selecionados: Florestan Fernandes, José de Arruda Penteadó, Pascoal Rosário, José Bustos e mais um representante dos Estudantes. A reportagem também aponta que, antes da reunião, ficou aprovada que a comissão ficaria em Brasília o tempo necessário, visando a abertura de diálogo com os deputados e senadores. A segunda, além de informar sobre a ida da comissão para Brasília, enfatizando a liderança de Florestan Fernandes em relação ao movimento³⁵, apresentou um panorama que acreditamos aqui ser bem interessante a respeito da saída das discussões do até então eixo Rio – São Paulo e a busca pela interiorização do debate. Destacam-se, por exemplo, a formulação da Comissão Municipal de Guaratinguetá (SP), que convidou o professor Roque Spencer para realizar a primeira conferência desta, a ida de Florestan a Rio Claro (SP) na semana anterior para debater com estudantes locais o projeto de diretrizes e bases e o encontro em Curitiba (PR) de três apoiadores da campanha com o senador Alô Guimarães, representante do Paraná no Senado, com o objetivo de entregar o Manifesto em Defesa da Escola Pública, além de convidá-lo para o encontro com a comissão em Brasília. O senador, segundo a reportagem, declarou o seu apoio à escola pública.

A reportagem *Volta confiante a comissão em defesa da Escola Pública*, publicada cinco dias após o embarque da comissão a Brasília, apresentou o panorama “tirado” pela delegação a respeito dos debates e discussões realizadas na capital federal. A conclusão que se chega é que os membros voltaram satisfeitos com os resultados alcançados. A delegação manteve-se em contato direto com os membros da Campanha do estado de São Paulo

Segundo Florestan, a ida a Brasília fez com que o ambiente se tornasse propício a algumas esperanças. Em sua maioria, os senadores revelaram atitudes que Fernandes classifica como responsáveis de revisão acerca de posições. Não existem elementos que de fato comprovem mudanças de ideias, mas agora abriu-se um importante canal de diálogo. Um fato

³⁵ A liderança de Florestan destacada pelas reportagens, neste período da campanha, parte da constante presença de Florestan em atividades relacionadas ao movimento, além da articulação por ele desenvolvida, em obter novos apoiadores e espaços de atuação.

que chamou atenção em Florestan é que muitos parlamentares não demonstram ter autonomia para atuarem e para opinarem, estando sempre à consulta de interesses de terceiros. Ele acredita que esse posicionamento demonstra um “velho estilo” de se fazer política no Brasil, que infelizmente ainda se faz presente. Destaca-se que a análise feita pelo senador Auro de Moura Andrade sobre o projeto nada fica a dever sobre o que os defensores estão colocando, assim como as atitudes de Gaspar Veloso, que se mostrou contrário ao projeto assim como os membros da Campanha.

Finalizando sua fala, Fernandes deixa certa esperança, ao pontuar que os senadores estão sensíveis às manifestações dos trabalhadores e estudantes, dos jornais e dos professores. A ida até Brasília fez com que um certo isolamento ainda existente fosse rompido. No final, a reportagem pontua a posição do PSB sobre a Campanha, que é a de apoiá-la, pois entendem que o documento que está a tramitar fere diretamente a tese da Escola Pública.

As quatro reportagens acima corroboram com a afirmação feita por Saviani (1996) de que Florestan Fernandes usou a sua atuação na Campanha para retratar o dilema educacional no país, a partir da citação de uma série de problemas estruturais da sociedade brasileira. Além desta questão, essa movimentação toda reforça o argumento levantado ao longo desta seção de que, mesmo que não tivesse a hegemonia do movimento, Florestan desempenhou um importante papel de liderança, expresso, por exemplo, na sua escolha enquanto presidente da Comissão, estabelecendo, assim, contato com diferentes setores da sociedade e colocando a sua função de professor a serviço da transformação social, tal como Gramsci (1997) coloca como sendo tarefa dos intelectuais que estão a serviço das classes populares.

Ou seja, para Gramsci, a legitimidade do intelectual e a organização na qual participa são importantes, embora não decisivos para a incorporação de uma nova concepção de mundo por parte das massas populares. Essas, segundo Gramsci, são as “que mais dificilmente mudam de concepção e que [...] jamais a mudam aceitando a nova concepção em sua forma ‘pura’ [...] mas [...] como combinação mais ou menos heteróclita e bizarra” (DURIGUETTO, 2014, p. 279).

É importante pontuar que o tema a respeito da ida a Brasília continuou a circular n’*O Estado de São Paulo* em publicação no dia seguinte a reportagem do retorno da comissão. A foto abaixo foi publicada no dia 15 de junho, com o título de *Missão em Brasília*. Além desta, foi publicada, no mesmo dia, a reportagem de capa do jornal com o título *Grupo de Trabalho dirigirá a luta pelo ensino livre*.

Figura 23 - Reportagem *Missão em Brasília*



Missão em Brasília

Em reunião na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, a senhora Ana Profs, os professores Florestan Fernandes e Laerte Ramos de Carvalho e os estudantes José Vieira Lannes e Martin Arrudão ouvem os esclarecimentos dos membros da Comissão de Defesa da Escola Pública que foram a Brasília falar com os senadores sobre o substitutivo ao projeto de lei de Bases e Diretrizes da Educação.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960

Figura 24 - Reportagem Grupo de Trabalho dirigirá a luta pelo ensino livre

QUARTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 1960
EDIÇÃO DE HOJE 78 PAGINAS

O ESTADO DE S. PAULO

Previsão do tempo São Paulo de hoje
São Paulo de amanhã
São Paulo de depois
São Paulo de sempre

Assalto a um trem-pagador: 12 milhões roubados

A Light aumentará seu capital

RIO, 14 ("Estado") — Mascunhos e armados de motriculistas e frotistas, cinco homens invadiram hoje pela manhã um trem pagador da Central da Brasília, na estação do Zepel, levando cerca de 12 milhões de cruzeiros, depois de matar um funcionário da ferrovia e ferir outros. Para facilitar o assalto, os cinco mascarados disfarçaram os trilhos, fazendo disparar a máquina e a vagão. Apresenhados, os assaltantes, sob disparo das armas, entraram no trem e apoderaram-se de mais de 12 milhões de cruzeiros, que estavam naquela mesma noite. Depois, emprestaram a fuga numa camioneta Ford, de cor verde, e cuja placa foi apreendida em 18-91.

O assalto verificou-se às 8 horas e 30 e a polícia informou que tem a identificação de dois dos assaltantes, ocupada por meio do denominado "retrato-falado". Seus nomes, porém, são mantidos em sigilo. O trem pagador, de perfil SAP-1, era tripulado pelo maquinista Venâncio José de Castro e pelo foguista Pedro José da Silva. No vagão seguiam o passageiro Clóvis de Carvalho, o ajudante Julio Teixeira e o condutor Sebastião Alvares.

UM ACORDO E PERDIDOS

Paralisa o trânsito, 18 anos em 1960

Grupo de Trabalho Dirigirá a Luta Pelo Ensino Livre

"A ida a Brasília foi deveras importante para a redefinição de nossos planos de trabalho. Devemos lutar por um ensino livre e responsável pela maioria e pelo futuro da nossa pátria e do Brasil, expurga do projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados. Não se concederá que o ensino seja entregue ao monopólio educacional do Brasil".

Este é um dos verbetes finais do relatório lido ontem, à noite, no Sindicato dos Metalúrgicos por cinco membros da Comissão de Defesa da Escola Pública que estiveram na Capital de País, examinando com os senadores e deputados estaduais o projeto de Bases e Diretrizes da Educação.

Em uma introdução final, os membros da Comissão afirmaram ainda que "nos senadores sempre deve existir meios para tornar aquelas reivindicações eficazes e a não esquecer uma colaboração honesta e leal, mas firme e intransigente. Agora, parece que a luta do Brasil é, muitas vezes, viável, mas o isolamento em que se encontra a opinião do País. Devemos lutar ao lado de quem nos apoiar, e não nos deixar a par das exigências e das

Exposição sobre as metas de Kubitschek

BRASÍLIA, 14 ("Estado") — Com painéis, fotografias, gravuras e textos explicativos, abre-se amanhã a "Festa das Metas", instalada nas proximidades do Palácio do Planalto, à margem da ampla avenida que liga a Praça dos Três Poderes ao Trevo da Avenida das Nações.

O "Festão das Metas", que é uma exposição das realizações da presidência Kubitschek, foi inaugurado em apenas três dias, de sexta-feira a domingo.

INFORMAÇÕES

Aos membros da comissão, o sr. Moura Andrade declarou que preside o intuito de acelerar o andamento do projeto, que se acha atualmente na Comissão de Constituição e Justiça, com o parecer do relator senador Daniel Rêgo. Deve ainda ser encaminhado à Comissão de Finanças, para ser apreciado quanto ao mérito. O mencionado parlamentar pretende encaminhar ao Senado a elaboração de um substitutivo que, sem prejudicar os interesses legítimos da escola particular, dê ao setor público e ao ensino privado que não pro-

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960.

A reportagem *Grupo de Trabalho dirigirá a luta pelo ensino livre*, publicada um dia após a chegada dos membros da Campanha, apresenta as sínteses realizadas sobre a ida da comissão a Brasília e sobre demais atitudes a serem tomadas pelo movimento. O documento fala sobre a necessidade de se pressionar que aqueles senadores que se colocaram abertos ao diálogo de fato cumpram as suas posições. No que tange à Campanha, os defensores colocam

a necessidade de se pensar a organização do movimento visando a produção de novos documentos, que reforcem a indagação popular existente. O relatório conclui que prevalece entre os senadores uma atitude responsável sobre o problema existente. A maioria deles demonstraram estudar de forma criteriosa o projeto.

Além disso, a reportagem coloca o nome das pessoas que foram consultadas e que conversaram com os membros da Campanha. São esses: Moura Andrade e Lino de Matos, Argemiro Figueiredo, Atilio Vivacqua e João Villasboas, Mem de Sá, Gaspar Veloso, Mendonça Clark, Ary Viana, Lourival Fontes, Vitorio Freire e com os Deputados Federais Lauro Cruz e Aurélio Viana, além do ex-senador Apolônio Sales.

Florestan Fernandes, no decorrer de sua atuação no movimento em defesa da Escola Pública, pontuou algumas vezes como, por exemplo, em sua análise a respeito da ida a Brasília, que o processo de ensino e aprendizagem não deve ser algo alienado da realidade social (FERNANDES, 2020, p. 117), muito pelo contrário, deve estar diretamente relacionado com a vida prática do sujeito, além de preparar o indivíduo para tudo aquilo que apareça em sua vida. Esta questão está associada a um certo distanciamento da visão que muitos legisladores possuíam sobre o tema. Fernandes aponta como algo interessante para o movimento, pois, na reportagem que comenta sobre a ida da comissão ao Senado, ele afirma que muitos legisladores se colocaram dispostos a ouvir as reivindicações do movimento.

Contudo, mesmo com esse canal de diálogo, Fernandes (2020, p. 120) ressalta que a maior parte dos legisladores brasileiros estão dispostos a ceder no que diz respeito aos interesses privatistas, mesmo que essas questões coloquem o Estado Democrático de Direito em ameaça. Este posicionamento presente no legislativo era, de fato, reflexo do pensamento presente naqueles que eram defensores dos interesses privatistas. Quando se observa o principal objetivo dos opositores à Campanha, percebe-se a utilização equivocada do princípio de liberdade.

Segundo os signatários, o Substitutivo Lacerda consistia num documento que favorecia o ensino privado no país. A “liberdade” presente no documento previa a liberdade das instituições de ensino privadas sem a devida fiscalização, mas com a real subvenção da nação. Consideravam ser preciso uma tomada de posição contra o “falso ideário” de liberdade que, ao invés de contribuir para a qualificação da educação nacional, iria degradá-la, colaborando com o sucesso dos interesses particulares de grupos que não viam a educação como um fator importante a ser investido para o bem comum da população, carente de uma boa formação educativa e cultural para a vida em sociedade (MÉLO, 2009, p. 93).

Outro ponto importante a se destacar remete à função que essas reportagens publicadas no *Estadão* tiveram na divulgação das rotinas relacionadas às atividades da Campanha. Na reportagem *Relatório contra as diretrizes e bases*, publicada em 18 de junho de 1960, foi apresentado uma breve contextualização acerca de como a Campanha estava se desenvolvendo

e quais seriam os desdobramentos das conferências que estavam acontecendo e daquelas que já estavam marcadas para acontecer.

O texto diz que a campanha de esclarecimento vai ser intensificada no próximo período, tendo em vista a aceleração da tramitação do projeto em Brasília. Mesmo com bons resultados apresentados, é importante a criação de novas vertentes de luta e mobilização. Segundo Roque Spencer, o movimento foi responsável por um processo de tomada da consciência do problema do ensino nos círculos ligados à educação. Os membros da coordenação do movimento acreditam que Campinas, por ser um local importante para a educação, será o primeiro local a se formar um Núcleo de Defesa da Escola Pública. Paralelamente a isso, será desenvolvido um programa composto por professores e técnicos acerca do programa da educação brasileira.

Este programa de conferências iniciará em Lins, no dia 18, onde Fernandes falará em defesa da Campanha. No mesmo dia, em Guaratinguetá, Roque Spencer fará uma palestra. No dia 20, em Campinas, terá a conferência do prof. Carlos Mascaro, no dia 6 de agosto, em Santo André, João Villalobos fará conferência e, no dia 13, ainda em Santo André, será a vez de Roque Spencer fazer conferência³⁶. Posteriormente, a reportagem faz uma leitura sobre a última reunião de coordenação e destaca a formação dos núcleos de defesa, com o objetivo de descentralizar as atividades referentes à Campanha. Além disso, foi aprovada a divulgação da Campanha nos jornais de propriedade dos Sindicatos de São Paulo, visando a expansão e conscientização do movimento.

Percebe-se que, pela reportagem acima, a preocupação dos membros da Campanha de mapear locais estratégicos para o desenvolvimento das atividades, tal como a descentralização das tarefas e a presença de figuras reconhecidas nesses encontros. Além de tudo, a preocupação dos defensores do movimento em garantir apoio de sindicatos e representações da classe trabalhadora também se coloca enquanto um ponto importante.

Sobre a descentralização da campanha, a reportagem *Em Lins: Campanha da Escola Pública*, publicada em 28 de junho de 1960, apresenta um detalhado relato sobre a ida de Florestan Fernandes e de outros defensores da Campanha à cidade no estado de São Paulo. O evento se deu pela apresentação inicial e a importância das cidades no interior na formulação dos pontos e dos elementos defendidos pelo movimento. A reportagem mostra que o esforço de interiorização do movimento vem mostrando efeito, pois tanto Florestan quanto Roque Spencer foram chamados para serem ouvidos em cidades vizinhas, principalmente após a fala que Fernandes proferiu para alunos e professores na cidade de Lins. Nesta fala, o professor da USP

³⁶ A reportagem somente cita as cidades em que os eventos seriam realizados, não deixam claro os locais em que eles aconteceriam.

e coordenador da Campanha apresentou os principais aspectos do movimento relacionando-os com os problemas enfrentados na qualidade da educação nas cidades do interior. Ao final, o movimento conseguiu garantir a visita em outras escolas na região, além de palestras em outras cidades, como a ida a Campinas, em 20 de julho, e a ida a Santo André, em 06 de agosto.

Além da reportagem acima, outra publicação reforça essa política desenvolvida pela Campanha em expandir o campo de apoio e de atuação do movimento. A reportagem *Maçons a favor da campanha da Escola Pública*, publicada em 27 de julho, aborda a de Florestan Fernandes ao Templo Piratininga³⁷ para a realização de conferência em defesa da Escola Pública. Primeiramente, Florestan agradeceu ao apoio do setor no que diz respeito à defesa da Campanha, afirmando que mesmo São Paulo sendo o centro da mobilização, esta era de caráter nacional, sendo uma causa de viés democrático. A defesa consiste em que, se não houver uma mobilização, teremos, em um curto prazo, uma crise violenta no setor da educação. A proposição em si não apresenta as normas básicas que devem ser adotadas para o desenvolvimento não só da educação, mas também da democracia no país. Fernandes pontua também que o documento que vem sendo defendido por setores da sociedade não leva em conta a situação cultural do país, não trazendo, por exemplo, as diferenças existentes nas regiões. Por fim, Florestan terminou a conferência respondendo a uma série de perguntas sobre o tema da educação e da Campanha.

Fora o importante apoio conquistado por parte de membros da Maçonaria de São Paulo, a coordenação da Campanha também conseguiu articular com setores espíritas do estado de São Paulo não só o apoio, mas também a participação destes no decorrer do movimento. O encontro, que foi chamado de *I Convenção Espírita em defesa da Escola Pública*, aconteceu no auditório da Federação Espírita de São Paulo e teve Florestan Fernandes como principal figura de destaque do movimento, com a tarefa de expor e argumentar os principais aspectos na defesa da Escola Pública no Brasil.

A reportagem *Primeira Conferência: Iniciou-se outra convenção em prol da Escola Pública*, publicada em 12 de julho de 1960, fala sobre a abertura da conferência que foi proferida por Florestan Fernandes. A matéria traz uma foto de Florestan como orador e apresenta uma síntese sobre os seus argumentos levantados. A conferência iniciou-se às 18 horas no salão da Federação Espírita. Florestan pontuou em seu discurso que a luta pela educação pública deixou de ter um viés partidário e passou a ser entendida enquanto um valor universal entre todos aqueles que desejam melhorias na escola pública no país. Fernandes

³⁷ Templo Piratininga é uma Loja Maçônica, localizada em São Paulo, e foi o local em que se deu o encontro dos maçons com os membros da Campanha.

ênfatiçou que o projeto que tramita fere as bases da educação democrática, sendo uma ameaça em relação à intervenção crítica dos alunos. Além disso, o governo federal, por meio de metas, faz com que o ensino seja cada vez mais excludente no país. A fala de Florestan teve muito, segundo a reportagem, a função de explicar o projeto de forma crítica e de mobilizar as bases contrárias à sua publicação.

O apoio dos espíritas ao movimento da Campanha se relaciona com a demarcação da posição tomada pela Igreja Católica e as escolas particulares de viés confessional. Uma hipótese que pode ser pensada para esse apoio, está no fato de que espíritas não possuíam uma “escola”, ou melhor, uma “rede”, para chamar de sua, e por conta disso, setores decidiram alinhar-se com as frentes em defesa da escola pública, não só para conseguirem matricular os seus em um espaço de qualidade, mas também para demarcar uma posição contrária a um caminho de catolicização do ensino que já estava em curso desde o governo Vargas.

Figura 25 - Reportagem *Primeira Conferência: Iniciou-se outra convenção em prol da escola pública*

Iniciou-se outra convenção em prol da escola pública

O PROGRAMA
Em sequência à 1ª Convenção Espírita da Defesa Pública, hoje celebrada pelo professor Apolo Oliveira Filho, o professor Dantas Moreira Leite, da Faculdade de Filosofia de Araraquara, fará uma conferência sobre o tema: "Os espíritas perante o problema da Educação". Essa conferência realizá-se-á na rua São Bento, 21.

CONFERENCIA
Após a recepção às delegações e a instalação das comissões, instalou-se a Conferência com a exposição dos motivos do certame e dar apoio à escola pública, pregando a educação laica, sem influências religiosas, cabendo ao Estado a responsabilidade integral do ensino.

CONVENIO para ensino de ciencias
Será assinado hoje o convenio celebrado entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P. e o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, da UNESCO, seção de São Paulo, para o desenvolvimento do ensino de ciencias nas escolas secundárias do Estado de São Paulo.

Primeira Conferência
Coube ao professor Florestan Fernandes, catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da USP, proferir a primeira conferência da serie organizada pelo Clube dos Jornalistas Espíritas em defesa da escola pública.

Campanha Popular de Alfabetização
A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, do Ministério da Educação e Cultura, promoverá de 1 a 6 de agosto próximo, em São Paulo, a sua IV Semana do Voluntariado de Alfabetização. Trata-se de um movimento

Reajustamento

Tabelionato de Barueri
A propósito de notícia veiculada por esta folha, na edição do domingo último, sobre irregularidades no tabelionato de Barueri, esteve nesta redação o sr. Adonai de Almeida Silva, para esclarecer que é o tabelião do cartório da sede do município há 25 anos e que os fatos verificados não se passaram em seu cartório, mas no cartório de paz e tabelião do distrito de Almeida, daquele município, no qual exerce, interinamente, as funções de tabelião José Adolfo Sumnier, ex-escrivão do cartório de Carapicuíba. Esclareceu ainda que é

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960.

Além destes apoios, outra importante articulação feita pelo movimento em defesa da Escola Pública foi o apoio do movimento sindical e operário de São Paulo à bandeira da educação pública. A convenção que aconteceu no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos foi tema de duas reportagens publicadas nos dias 26 e 28 de fevereiro de 1961, com os títulos de *Certame operário para a defesa da Escola Pública* e *Os operários resolvem dar seu irrestrito apoio a luta em defesa da Escola Pública*, respectivamente.

A primeira matéria faz uma apresentação do movimento, destacando os sindicatos que estavam participando da conferência (Sindicato dos metalúrgicos Têxteis, Gráficos, Construção civil, Bancários, Carnes e Derivados, Laticínios, Vidreiros, Papel e Papelão Carris Urbanos, Couto e Curtume, Plásticos, Mestres e Contramestres). Além destes, estiveram presentes e apoiando o movimento associações e agremiações estudantis, bem como representantes da Associação Espírita em Defesa da Escola Pública.

O texto destaca que o evento está programado para iniciar com a análise feita por Florestan Fernandes e, em seguida, Roque Spencer vai apresentar as emendas oferecidas para, posteriormente, o plenário debater a matéria. Após a discussão, será submetida a apreciação do plenário uma declaração de princípios que, uma vez aprovada, será encaminhada ao Presidente da República.

Um ponto importante que a reportagem apresentou foi a elaboração de seis pontos de princípios relacionados ao apoio dos trabalhadores em relação ao movimento em defesa da educação e da Escola Pública no Brasil. Os pontos destacados foram elencados desta forma:

- a) Para o trabalhador, a educação nacional somente atenderá seus reais interesses quando se tiver exclusivamente a aplicação de recursos na melhoria e expansão da escola pública e gratuita, oferecendo condições iguais para todos, sem qualquer tipo de distinção de classe, raça, cor, credo religioso ou convicção política.
- b) Que o trabalhador vê na escola pública o principal elemento que seus filhos possam ter para desfrutar as melhores condições materiais de vida existentes. Inclusive, atualmente, o Estado se exime de dar uma educação de qualidade e com as mesmas oportunidades educacionais a todos.
- c) Os EUA possuem um projeto de lei que fora enviado ao congresso de seu país estipulando que os fundos do Estado não devem ser destinados aos estabelecimentos particulares de ensino, inclusive aqueles mantidos por entidades religiosas.
- d) O trabalhador entende a escola para além de um progresso intelectual, técnico e profissional. Ele enxerga a escola enquanto forma capaz de participar das conquistas da cultura e na vida ativa da nação.
- e) O trabalhador estará sempre a lutar para se fazer valer os princípios da obrigatoriedade do ensino primário e a gratuidade do ensino para todos, principalmente para aqueles que mais precisam.

- f) E, por fim, essa convenção tem como objetivo também reforçar as ideias que devem reger a educação em um país verdadeiramente democrático.

A segunda reportagem faz uma análise detalhada sobre os principais pontos que foram debatidos pela campanha. É interessante pontuar que este texto ocupou meia página do jornal. A matéria inicia destacando que se encontravam cerca de 600 pessoas e que, além das entidades citadas na reportagem anterior, estiveram presentes demais trabalhadores, professores e alunos, com o objetivo geral de apoiar de forma irrestrita a Campanha.

O evento iniciou-se com as análises críticas acerca do projeto nacional de diretrizes e bases da educação, etapa feita por Florestan Fernandes. Após esse momento, o prof. Roque Spencer fez uma análise das emendas propostas ao projeto que está em tramitação em Brasília. Por fim, fora apresentada ao plenário uma declaração dos princípios da convenção, além de um memorial contendo os acúmulos dos debates e das discussões.

O ponto de partida das discussões foi a análise que apontava a leitura de Florestan a respeito do sistema educacional no Brasil. Essa avaliação tinha como elemento central a visão retrógrada a respeito do ensino e aprendizagem no país. Em sua fala, o professor catedrático apresentou a sua felicidade em ver o avanço que considera a presença dos operários debatendo e discutindo os rumos da escola pública, pois, em sua opinião, estes são os mais avançados dentro deste campo de discussão. Florestan também apontou a importância do ensino na consolidação dos direitos de uma pessoa e na resolução de problemas relacionados a outras esferas do cotidiano social. O prof. Roque Spencer destacou que o projeto de diretrizes e bases é uma espécie de pirataria em relação à educação nacional. A educação deve, de fato, ser um direito a todos e deve ser realizada tanto no lar quanto nas escolas, trazendo sempre o sentimento e o espírito de liberdade, respeitando as legislações vigentes. Com isso, é fundamental colocar sempre que o dinheiro público só deve ser usado na manutenção e no desenvolvimento da escola pública.

As reportagens analisadas acima mostram o tamanho da importância desta rede de apoio e de construção do movimento em defesa da Escola Pública. As argumentações colocadas mostram que além de estabelecerem uma série de críticas apresentadas sobre a realidade da educação pública brasileira, coloca-se que a proposta de Lacerda tende a aumentar a contradição e a desigualdade. Para Florestan (2020, p. 94), não faz sentido ter uma proposta tramitando no congresso com o objetivo de manter os interesses e uma educação pensada para as elites.

Além disso, percebe-se que, de fato, essa união entre os intelectuais da época aconteceu no desenvolvimento da Campanha. De certa maneira, algumas divergências foram postas de lado, com o intuito de derrotar e combater um inimigo maior, que, no caso, era a concepção

privatista de educação. Conforme Mélo (2009), o grande caminho encontrado pelo movimento estava de acordo sobre a necessidade de se construir uma educação segundo com as mudanças e transformações que aconteciam na sociedade brasileira e mundial.

Sobre o embate citado acima, e já mencionado em alguns momentos ao longo do texto, a reportagem *Novos debates sobre o projeto de diretrizes*, publicada em 15 de setembro, apresenta detalhes de uma mesa redonda que aconteceu na Faculdade de Direito da USP. Neste evento, estiveram presentes: Cid Franco, Loureiro Junior, os professores Almeida Junior, Florestan Fernandes, João Villalobos, Roque Spencer, Otavio Ianni, todos da faculdade de Filosofia e o professor Raul Schwinden, presidente da Associação dos Professores de Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo. Por fim, esteve presente o Mon. Enzo Gusso da Universidade Católica.

Ao iniciar o debate, Almeida Jr. pediu para os membros se manifestarem sobre o tema. Somente Enzo e Loureiro Jr. se colocaram favoráveis ao projeto de diretrizes. O senhor Enzo disse acreditar que o projeto está certíssimo, principalmente por garantir a liberdade aos familiares em escolher a educação dos filhos. O deputado Cid Franco afirmou que o Estado é que deveria cuidar ou, melhor, educar as crianças. Por fim, o senhor Enzo apontou que o Estado jamais vai ser um pai, e que até defende a reforma da estrutura do Ensino, mas não pelo lado socialista como ela vem sendo no Brasil.

Florestan Fernandes posicionou-se contra o projeto, pois, em sua visão, a Igreja Católica desejava monopolizar o ensino no Brasil. Após Florestan, o senhor Enzo disse que é totalmente favorável ao investimento de dinheiro público nas escolas particulares.

O evento realizado na Faculdade de Direito mais uma vez destaca que as ideias distintas sobre a temática da Escola Pública, puderam se encontrar dentro de um debate e uma discussão numa universidade. Além disso, o fato de a reportagem ter dado maior destaque para os argumentos favoráveis aos interesses da Campanha, mostra que, evidentemente, existia uma importância por parte da linha e do corpo editorial do jornal acerca da temática, alinhando-se com os princípios da campanha.

A aprovação do substitutivo de Lacerda sempre foi colocada como algo bem próximo de se materializar na prática. Além da caracterização feita por Florestan Fernandes sobre a realidade histórico-social do Brasil, o apoio de setores empresariais e, principalmente, da Igreja Católica contribuía para isso. Quando o documento caminhou para a sua fase final de tramitação, esta preocupação começou a se fazer parte das discussões e debates levantados pelos intelectuais apoiadores da Campanha e tal questão também se fez presente nas páginas do *O Estado de São Paulo*.

A reportagem *Reavivamento da campanha em favor da Escola Pública*, publicada em 28 de maio de 1961, discorre sobre essa ativação da Campanha, tendo em vista a fase final de tramitação do projeto no Senado. Seu texto diz que, durante cerca de quatro horas na sede do Centro do Professorado Paulista, professores, estudantes, dirigentes sindicais e membros das comissões existentes em defesa da Escola Pública tomaram algumas importantes decisões para o movimento, como convocar senadores a participar de eventos marcados para acontecerem em São Paulo e a realização de uma II Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública.

Esta segunda convenção, pensada para encaminhar as deliberações finais do movimento, dada a posição ocupada dentro do Senado Federal, também foi reportada no *O Estado de São Paulo*. A reportagem *Reafirmação de princípios em favor da Escola Pública*, publicada em 6 de junho de 1961, iniciou-se apresentando um panorama geral do movimento que aconteceu em São Paulo, no Sindicato dos Metalúrgicos. Nesta introdução, os próprios membros da coordenação do movimento destacam que este iniciou-se com a atuação de professores universitários, secundários e entidades estudantis. Por conta do longo caminho percorrido nestes dois anos de movimento, conseguiram o apoio de organizações operárias e outros setores da sociedade civil, unidos com o comum objetivo de alterar dispositivos fundamentais no projeto de Diretrizes e Bases da Educação.

Após essa introdução, a reportagem destaca que o texto está em destaque na mesa do Senado e tampouco deverá ser colocado em votação. Segundo a comissão, a Câmara alta ainda não inseriu os pressupostos defendidos pela Campanha. Devido a isso, a convenção reforçou os princípios de demarcar rumos nas ações que visam a solução do problema.

Mais uma vez, Florestan Fernandes foi selecionado pelo movimento para ser o principal orador da conferência, fazendo a abertura desta por meio da fala intitulada de *A defesa da Escola Pública e seu significado*. Em seu discurso, pontuou a necessidade de entender o retrocesso que será enfrentado caso o projeto seja aprovado sem qualquer tipo de alteração. Além disso, a Campanha considera que o projeto é anacrônico pedagogicamente e vai na contramão dos princípios aprovados na constituição de 1946.

Após a fala de Florestan, o prof. Laerte de Barros fez uma detalhada análise sobre os pontos que estão tramitando no senado, afirmando que a necessidade de uma revolução educacional no Brasil é urgente. Além disso, foram feitas críticas ao posicionamento de Jânio Quadros, principalmente pela fala de seu representante, que demonstra total omissão no que diz respeito aos rumos da educação não só no Estado, mas também no país.

Ao terminar de apresentar a declaração de princípios, a reportagem apresentou o telegrama de Carvalho Pinto, governador de São Paulo, que se desculpou pela ausência no

evento e disse que a convenção tem o propósito importante de defender os interesses da educação brasileira, principalmente na defesa de sua tradição democrática.

A despeito de todos os esforços e da divulgação na Imprensa, no dia 13 de dezembro de 1961, o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira foi aprovado e encaminhado para a sanção do Presidente da República.

Mesmo que esperada por parte dos membros da Campanha, a aprovação despertou profunda insatisfação e descontentamento por parte dos apoiadores do movimento, em especial de sua coordenação. Inclusive, no início de dezembro de 1961, dias antes da aprovação do documento final, foi enviado para Brasília um memorial elaborado pela Comissão Estadual em Defesa da Escola Pública, subscrito por Júlio de Mesquita Filho, então diretor do jornal *O Estado de São Paulo* e presidente de honra do movimento, pelo jornalista Paulo Duarte e por Florestan Fernandes, apresentando profunda insatisfação pela não alteração de pontos importantes levantados pelo movimento na tramitação no Senado. O próprio documento afirma que esta peça, caso aprovada, levará o Brasil num curto espaço de tempo a um profundo e enorme retrocesso³⁸.

Na reunião, decidiu-se formalizar a atitude de insatisfação da Campanha em relação à aprovação do Projeto. Participantes consideraram que o texto não atendia a questões importantes do ponto de vista pedagógico, como a aplicação dos recursos públicos ao ensino, os ideais democráticos e as necessidades do país. Resolveram então enviar telegramas ao Presidente da República e ao Ministro da Educação. Solicitaram ao Presidente e ao Ministro veto a itens do Projeto considerados “nocivos” à organização do sistema público de ensino, pois, segundo acreditavam, era necessário vetar disposições que ferissem o princípio da educação democrática para a garantia de recursos do país a serem aplicados na manutenção e expansão da escola pública (MÉLO, 2009, p. 75).

Essa reunião que decidiu por formalizar a insatisfação dos membros da Campanha foi tema de uma reportagem publicada no jornal *O Estado de São Paulo*. Em 19 de dezembro de 1961, o texto da matéria destaca a realização de uma reunião com os membros da coordenação do movimento. Neste encontro, a insatisfação foi amplamente debatida, destacando que aquilo aprovado nada representa sobre as demandas pedagógicas da sociedade brasileira, enfatizando a não aplicação de recursos públicos para um ensino baseado em ideais democráticos.

A reportagem também pontua que o movimento decidiu por realizar uma ampla reunião com os apoiadores do movimento, com o objetivo de apresentar um balanço sobre a

³⁸ Esta caracterização foi feita a partir da reportagem *Escola Pública: Apela para os deputados a comissão Estadual*, publicada em 1 de dezembro de 1961, e da argumentação presente em Mélo (2009) quando realiza a caracterização dos conflitos e tensões presentes na aprovação do projeto em dezembro de 1961.

mobilização e incentivando que todos os apoiadores, assim como a Campanha, enviassem telegramas ao presidente pedindo a não aprovação do documento.

Florestan Fernandes, além de assinar o documento aprovado pela reunião ampla, reforça que a aprovação do projeto favorecerá somente as escolas particulares. Essa é uma luta que, segundo ele, vem acontecendo há dois anos e o objetivo de o Brasil ter uma Lei de Diretrizes e Bases que humanizasse a população brasileira está diretamente relacionado à superação da condição de subdesenvolvimento.

As análises feitas tanto na seção referente as citações nos jornais do *Grupo Folha*, quanto, principalmente, as análises feitas pelas citações no *O Estado de São Paulo*, reforçam a ideia de que, desde cedo, Florestan, ao se posicionar contrário ao substitutivo de Lacerda, colocou-se enquanto membro ativo na participação e formulação de debates relacionados à educação. Além do apoio encontrado por figuras como Júlio de Mesquita, Roque Spencer e Fernando de Azevedo, a atuação de Florestan Fernandes enquanto intelectual foi fundamental para os acúmulos e principalmente na luta por melhores condições na oferta de uma educação pública, laica e de qualidade.

3.3 Dilemas de um intelectual na luta por um Estado Democrático e de uma educação para as massas

Esta seção tem como objetivo apresentar as ideias de Florestan Fernandes a respeito do Estado Democrático, elemento que percorre toda a sua atuação ao longo do movimento da Campanha, e a relação existente com o seu posicionamento enquanto intelectual orgânico. A justificativa para essa relação está associada ao fato de que Florestan sempre deixou bem evidente a função militante que o movimento em defesa da Escola Pública possuía e que, mesmo com todas as mudanças que poderia provocar, em caso de aprovação da lei, inúmeras outras questões deveriam ser modificadas e alteradas.

A partir do momento que Florestan e os demais apoiadores da Campanha se colocaram contrários ao projeto de diretrizes e bases, inúmeras perguntas começaram a ser dirigidas a eles, principalmente para saber por que eram contrários ao documento apresentado por Lacerda na Câmara dos Deputados. Como analisado, ao longo do trabalho, Florestan Fernandes usou da *Imprensa Periódica* como importante instrumento para responder questionamentos e, principalmente, destacar os motivos que faziam que ele fosse contrário ao documento.

Em sua opinião, a luta contra o projeto que representava os interesses de setores privatistas e confessionais, estava relacionada ao fato de que eles representavam uma visão

extremamente mercadológica da educação, em que o objetivo não era o de atender as necessidades e demandas cotidianas da sociedade brasileira, mas sim o de garantir o financiamento por parte do Estado às instituições particulares de ensino e também em preservar interesses econômicos em detrimento dos pedagógicos.

Por paradoxal e incrível que pareça, não combatemos o projeto de Diretrizes e Bases apenas porque ele seja ruim e nefasto. Mesmo que ele fosse sanado das concessões feitas à cupidez ou à ânsia de poder dos círculos privatistas, ele continuaria inaceitável, porque é anacrônico. As medidas mais avançadas que ele contém dão margem a uma estranha reflexão: pretende-se estabelecer diretrizes e bases para o sistema educacional brasileiro com os olhos pregados no passado. Ignora-se a realidade educacional brasileira no presente e, mais ainda, as exigências dessa mesma realidade que apontam para o futuro. Todas as questões foram formuladas e resolvidas sob o império de concepções, de ideias e de valores pedagógicos mais ou menos obsoletos. A fórmula segundo a qual “os mortos governam os vivos” aplica-se, rigorosamente, à acanhada contribuição da Câmara dos Deputados, demonstrando que há um verdadeiro abismo entre as ilusões que alimentamos de sermos “avançados” e a nossa capacidade real de progresso (FERNANDES, 2020, p. 113).

Essa visão defendida por Florestan e pelos demais membros da Campanha traz a necessidade de se pensar a presença do Estado enquanto instrumento capaz de garantir normas socialmente estabelecidas, e a formulação de políticas que garantam uma escola laica, gratuita, pública e de qualidade. Florestan (2020, p. 114) ressaltou em algumas conferências e palestras que, a partir do momento que o Estado se faz ausente e não impõe normas, “o jogo” se revela incapaz para solucionar os interesses existentes, pois os grupos que ocupam espaços institucionais, impõem os próprios interesses.

A crítica feita acima expõe como Florestan entendia o espaço do legislativo naquele momento. Em sua opinião, muitos indivíduos, quando assumiam cargos como deputados, senadores, passavam a agir não mais pelos interesses daqueles que o delegaram para tal função, mas sim em prol dos objetivos das camadas dominantes. No caso da sociedade brasileira, a opinião de Florestan ao longo do movimento era a de que a educação brasileira, assim como outros setores da sociedade, representava resquícios do Antigo Regime e que esses impediam qualquer capacidade de progresso através da educação.

Seria preciso remover todos os resíduos do antigo regime, que obstruem nossa capacidade de progresso educacional. Primeiro, eliminando-se os influxos que divorciam o ensino da realidade social ambiente, tornando-o um ensino socialmente alienado dos problemas do homem e da sociedade. Tal coisa era normal onde e enquanto o ensino constituía uma marca social – como símbolo de refinamento, de prestígio e de poder. Agora, que o valor do ensino depende estritamente de sua ligação com a vida prática do homem, devendo prepará-lo sobretudo para o trabalho, a preservação daquele ensino livresco, falsamente erudito, enciclopédico e humanístico representa um fenômeno sociopático. Segundo, ajustando-se os padrões de relações humanas nas escolas, em todos os níveis de ensino, aos ideais de vida imperantes numa sociedade democrática. A extrema distância social entre professores e alunos, a vigência da dominação tradicionalista no seio da escola e o isolamento das instituições

escolares dentro das comunidades humanas por elas servidas só seriam compatíveis com a sociedade brasileira do passado (FERNANDES, 2020, p. 117)

Desta forma, percebe-se que Florestan não só pensa o caráter de transformação do sujeito enquanto alguém pertencente a uma determinada realidade através da educação, mas também destaca como o ensino deveria ser algo que preparasse o indivíduo para qualquer percalço que aparecesse na sua trajetória. Esse elemento, de fato, segundo Fernandes e os demais apoiadores do movimento, era completamente inexistente no texto base proposto por Lacerda. Na prática, pelo fato do texto de Lacerda ter sido pensado com base nos interesses dos grupos dominantes, a escola continuaria a ser um espaço que privilegiaria apenas os membros das elites.

Neste ponto, o posicionamento de Florestan é diretamente ligado à sua trajetória de vida. Quando coloca que deseja para o filho do operário a mesma educação que os grupos elitizados já possuíam, ele está pontuando que o caminho que percorreu era extremamente inesperado naquele momento e naquela circunstância. Como discutido no primeiro capítulo, Florestan Fernandes teve que começar a trabalhar na sua infância e adolescência para colaborar com as despesas da casa. Conforme Garcia (2002), Florestan conheceu de perto toda a realidade das camadas mais periféricas de São Paulo e, a todo instante, pensava a sua atuação e o seu papel dentro da universidade como sendo de alguém capaz de mudar de alguma forma a realidade dessas pessoas.

Por conta disso, o seu papel na Campanha e, posteriormente, em momentos como a Redemocratização e a Constituinte de 1988 foram de tamanha importância, pois tinham como objetivo representar alguém que encontrava a necessidade de se construir um Estado de caráter democrático e que a educação cumpria papel e função central neste processo. Essa atuação de Florestan é muito importante de pensar pois, ao mesmo tempo que ele destacava a necessidade de se lutar por essas mudanças e transformações, chegaria um determinado momento em que elas se tornariam bases para a construção de uma outra sociedade, de caráter socialista. Florestan pensava o socialismo da seguinte forma:

Eu sou socialista, portanto, acredito que nós vamos construir uma sociedade socialista, que deverá começar com uma democracia da maioria, atingir a igualdade com liberdade e desenvolver todos os elementos fundamentais da personalidade humana. Trata-se de um socialismo que defende um humanismo – uma síntese, uma superação de todas as outras formas de humanismo anteriores (FERNANDES, 1997, p. 226 apud MÉLO, 2009, p. 31).

Essa sua atuação enquanto socialista é parte de sua trajetória de vida. Desde a militância no Partido Socialista Revolucionário (GARCIA, 2002), nos anos 40, até a sua atuação enquanto Deputado Federal na virada dos anos 80 para os anos 90, sempre pensou a sociedade como

alguém que estava ocupando determinados espaços com a tarefa de mudar a sociedade a partir deste posicionamento.

A caracterização de uma sociedade democrática estava relacionada ao fato de que esta não deveria ter qualquer tipo de relação entre ensino e religião. A educação laica, então, seria o instrumento colocado por Florestan capaz de inserir socialistas em um movimento que tinha tanto a presença de intelectuais liberais, como Fernando de Azevedo, setores elevados da sociedade, como Júlio de Mesquita, e que não tinha uma proposta revolucionária para a sociedade.

A partir do momento que a educação fosse garantida de forma laica e estivesse relacionada com o desenvolvimento industrial e tecnológico, o cidadão seria formado através de um comportamento democrático, com as bases para uma revolução socialista postas na realidade cotidiana (OKUMURA, 2019). Assim, a educação seria o instrumento capaz de formar o cidadão, fornecendo instrumentos para acompanhar as mudanças capazes de estabelecerem transformações na realidade social.

Outro ponto que Florestan colocou a respeito da necessidade de uma construção democrática da sociedade estava localizada na relação entre o professor e o aluno. Em sala de aula, o professor não deveria reproduzir o autoritarismo da vida social nas suas relações com os alunos (OKUMURA, 2019), mas sim pensar essa como sendo um processo contínuo de compartilhamento mútuo de aprendizado. Essa questão faz pensar que o educador deveria estar comprometido em garantir que o aluno viabilizasse de forma autônoma a transformação da sua realidade enquanto sujeito.

Os elementos colocados acima fazem com que Florestan Fernandes, ao ser pensado enquanto intelectual, seja classificado a partir daqueles que se encontram ao lado dos grupos dominados da sociedade. Em sua concepção, o intelectual deveria ser alguém preocupado em transformar a realidade em que estava inserido, pensando essas mudanças a partir da perspectiva revolucionária (FERNANDES, 1966). Além da transformação, o intelectual não deveria ser alguém que tenha condições de modificar a realidade sozinho. Muito pelo contrário, ele deveria estar ao lado daqueles que possuíam as mesmas posições que ele a respeito da realidade e aliado a grupos específicos por demandas e questões específicas.

Ao longo da atuação na Campanha, por meio da Imprensa, Florestan Fernandes aparece em diversos momentos ao lado de Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Ambos foram assistentes de Fernandes na cadeira de Sociologia I na USP, na virada dos anos 50 para os anos 60, os três professores estiveram juntos no bloco classificado por Savianni (1996) como “socialistas em tendência”. Florestan, então, conseguiu aglutinar, dada a sua importância e

relevância na vida acadêmica da USP, um conjunto que atuava movido pela ideia de que a escola seria o elemento capaz de superar as contradições existentes e a condição de subdesenvolvimento.

A condição do subdesenvolvimento seria mais um elemento da condição colocada pelo “dilema” educacional brasileiro. Fator que além de colocar o Brasil em uma condição de atraso em relação aos demais países, seria também um projeto antidemocrático para a sociedade. Neste cenário, o substitutivo de Lacerda não garantia saídas para esse ciclo de caráter vicioso e priorizava os interesses de empresas que estavam a frente de escolas visando a lucratividade.

A defesa dos interesses privados, presente no argumento daqueles que se opunham à Escola Pública, era feita através do discurso da liberdade. Esses setores entendiam que o Estado deveria garantir igualdade de funcionamento e de verbas entre as escolas públicas e as escolas particulares. Desta forma, a família, então, deveria ter a liberdade para escolher se iria oferecer ao seu filho o ensino público ou se optaria pelo ensino privado, em que o Estado seria um mero financiador (OLIVEIRA 2020). Na prática, o argumento da liberdade era usado de forma equivocada, tendo como objetivo prático a garantia dos interesses e objetivos confessionais na elaboração prática da educação no Brasil.

A partir do momento em que Florestan Fernandes não só se coloca contrário a essa questão, mas também reúne professores com similaridade ideológica a ele e se alia de forma estratégica a outros intelectuais de vertente liberal que defendiam a escola pública, estava executando, na prática, o que se espera de um intelectual orgânico comprometido com os interesses das classes populares.

Os princípios por ele defendidos colocavam a educação em uma ordem democrática e de acordo com os interesses da classe operária. Segundo Gramsci (2020), todos os indivíduos são intelectuais, mas nem todos possuem na sociedade a função de intelectual. Na sua opinião, aqueles que passam a ter essa posição, se colocam de alguma forma na luta pela hegemonia (GRAMSCI, 1979).

Diferentemente dos intelectuais orgânicos à burguesia, os intelectuais orgânicos ao proletariado deveriam organizar as classes subalternas para o processo de luta pela libertação das condições de exploradas economicamente e dirigidas éticopoliticamente, o que exigiria a construção de um novo bloco histórico, orientado pelos interesses e pelas necessidades das classes dominadas e dirigidas, que na Itália se encontravam divididas econômica e ideologicamente entre Norte e Sul, um problema amplamente debatido por Gramsci (MARTINS, 2011, p. 139).

Dessa forma, o intelectual orgânico que tem os interesses relacionados ao das classes populares cumpre a tarefa de organizar as formas de luta para se libertar dessa condição de exploração e, assim, construir um novo bloco histórico superando as contradições do anterior.

Assim como Florestan, Gramsci reconhecia a educação como um importante instrumento na construção do caminho para o Socialismo, pois, através dos esforços pedagógicos, se colocariam novas possibilidades para a educação ser desenvolvida visando o pensamento em uma nova ordem social.

Então, a responsabilidade dos intelectuais orgânicos às classes subalternas é objetiva e subjetiva: dedicar-se à construção de um tipo de formação social igualitária sob o ponto de vista das condições econômicas, sociais, políticas e culturais, porque o que caracteriza tal realidade é a liberdade, a autocriação humana, e não a dominação e a direção de um grupo social sobre os demais, que resultou historicamente na exploração econômica e na alienação social de indivíduos, grupos e classes sociais (MARTINS, 2011, p. 141).

Gramsci, então, entende que o intelectual orgânico seria responsável por desenvolver e garantir a formulação de uma nova visão de mundo que deveria ser transmitida para a coletividade em que ele estivesse inserido. No caso daqueles que estavam alinhados aos interesses das classes subalternas, além desse processo, a disputa pela hegemonia também era colocada como um elemento parte, pois o objetivo era diferente dos demais intelectuais, a superação do modo de produção capitalista.

Sendo assim, o engajamento de Florestan Fernandes no movimento da Campanha pode ser visto como o esforço de atuar enquanto um intelectual orgânico das classes subalternas. Neste momento de sua trajetória, a atuação militante se deu através de condições específicas relacionadas à conjuntura. O debate sobre a escola pública teve forte centralidade nos anos 30, por meio da publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, mas ao longo dos anos 40 e de quase todo os anos 50, a temática foi, de certa forma, esquecida por diversos setores da sociedade brasileira.

O reavivamento do debate sobre o projeto de diretrizes e bases, a partir do substitutivo de Lacerda, fez com que surgisse de forma rápida e necessária uma nova categoria: a dos defensores da Escola Pública. Sabemos bem que essa categoria não era nem um pouco homogênea, com diferentes matrizes ideológicas, mas todas alinhadas com um mesmo objetivo, que era a defesa da Escola Pública.

Por conta de seu caráter socialista, derivado da forma como enxergava a sua vida e trajetória, Florestan Fernandes tinha uma concepção de que a Campanha era um momento de extrema importância, mas que ela sozinha não resolveria todos os problemas da sociedade brasileira. Entretanto, ao perceber que aquele era um espaço estratégico e que intelectuais socialistas deveriam estar disputando-o, Florestan caminha através da prática para ser visto e associado enquanto alguém que representava um conjunto de indivíduos que eram movidos por essa perspectiva de transformar a realidade.

Aliás, na prática, Florestan Fernandes foi tanto representante daqueles que se reivindicavam socialistas quanto também representante do movimento da Campanha como um todo. Florestan participou de conferências, palestras, reuniões, comissões, viagens e em muitos desses espaços esteve na condição de representante, mediador, argumentador do movimento, falando para apoiadores, trabalhadores e estudantes no geral. Além disso, também articulou na prática novos grupos para apoiar o movimento, usando seu espaço na *Imprensa Periódica* como meio para divulgar não só o movimento, mas a concepção de educação que tinha, apontando problemas e contradições existentes.

Florestan então acreditava que os problemas educacionais do Brasil deveriam ser solucionados, mas que o caminho apontado por Lacerda, membros da Igreja Católica e empresários não iriam beneficiar a sociedade. Na prática, esses setores queriam usar do Estado como instrumento de circulação de seus próprios interesses. Então, visando a solução destes problemas, alinhou-se dentro daqueles que construíram o movimento da Campanha em Defesa da Escola Pública, mas percebendo a pluralidade de concepções existentes no movimento, demarcou de imediato seu posicionamento frente as pautas que estavam colocadas. Entretanto, no decorrer do movimento e, principalmente, pela necessidade de abrangência de apoio e pela forte influência que possuía dentro do meio universitário e sindical, Florestan acabou exercendo importante papel de protagonismo, sendo até hoje uma das figuras mais lembradas quando se fala da Campanha em Defesa da Escola Pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação de Florestan Fernandes enquanto militante em defesa da Escola Pública se deu em um contexto em que vários sujeitos percebiam a extrema necessidade de intervenção. A sociedade brasileira, no momento de tramitação do substitutivo de Lacerda, passava por uma série de mudanças e transformações. De imediato, Florestan percebeu que a forma como o debate estava sendo colocado levaria o Brasil para a manutenção da condição de subdesenvolvimento e periferia do capitalismo.

Mesmo que o objetivo da Campanha não tenha sido alcançado em sua totalidade, todos esses espaços, encontros e discussões foram de extrema importância, pois colocaram na ordem de debates o tema da instrução nacional. A contribuição que o movimento trouxe, na verdade, soma-se com a trajetória de vida de Florestan Fernandes, que sempre foi uma voz dentro do espaço universitário buscando a universalização do ensino e da aprendizagem.

Através da Imprensa Periódica, foi possível perceber que essa preocupação sobre os dilemas educacionais era algo que Fernandes possuía desde antes da organização do movimento da Campanha. Por exemplo, no final de 1958, com o artigo *Devemos desarmar as crianças?*, publicado no Suplemento Literário do *Estadão*, o alerta já estava sendo colocado, pois, em sua opinião, tanto a universidade quanto setores intelectuais da sociedade brasileira não estavam dando a devida atenção ao problema da educação no Brasil.

Entretanto, a partir do ano de 1959, Florestan passou a usar o espaço da Imprensa para denunciar as suas leituras e interpretações sobre o drama da Escola Pública no Brasil. De janeiro até julho, mês de publicação de *Mais uma vez convocados: Manifesto ao povo e ao governo*, o intelectual assinou três importantes artigos em que tratou de evidenciar aquilo que entendia enquanto ponto de mudança a respeito da educação e como a universidade deveria se mobilizar para superar esse dilema. Após a publicação do Manifesto, os artigos continuaram a ser publicados, somando-se a análises sobre o andamento do movimento e, principalmente, em estabelecer denúncias ao documento de Lacerda, defendido pelas escolas confessionais.

Por meio dessas denúncias, Florestan pode fazer com que novos grupos, como sindicalistas, espíritas, maçons, trabalhadores e até mesmo alguns membros do legislativo pudessem se somar a causa da Escola Pública, e, com isso, tornou-se uma das principais figuras representativas quando se fala do movimento. Além deste posicionamento, Florestan também desenvolveu enorme preocupação em mobilizar os demais colegas universitários, jornalistas e intelectuais da época, tendo em vista que considerava que estes eram capazes de incitar apoio por estarem declarando a construção do movimento.

A respeito dos artigos que Florestan assinou, a pesquisa somada com a análise teórica pode mostrar que o “Suplemento Literário” dentro do jornal *O Estado de São Paulo* era um local em que Florestan Fernandes possuía voz. No período da Campanha, suas publicações, em sua maioria, estiveram relacionadas ao tema da Escola Pública, devido à importância e relevância que a Imprensa possuía na época do movimento. De certa forma, a periodicidade das publicações mostra a relevância do tema para o público em geral e, principalmente, que a linha editorial, através de Júlio de Mesquita, presidente de honra da campanha e diretor do Jornal, entendia como necessário tratar desses assuntos pelas publicações.

Além do “Suplemento Literário”, Florestan publicou outros artigos no *Estadão* ao longo da Campanha. Essas publicações tinham mais o objetivo de retratar acúmulos e avanços do movimento, além de uma procura em apresentar de forma didática o que estava sendo defendido. Um texto no qual Florestan Fernandes desenvolve bem esse objetivo foi *O trabalhador e o projeto de diretrizes e bases*. Nesta publicação, afirmava a necessidade de aglutinar a participação da classe trabalhadora no movimento. Além disso, o texto também era uma crítica feita ao afastamento que a universidade tinha de setores da sociedade e que, a partir do movimento em defesa da educação pública, barreiras estavam sendo rompidas.

Além dos artigos que Florestan assinou, que já tinham sido citados em trabalhos anteriores, foi possível mostrar que o seu nome também esteve presente em outras reportagens, notícias e textos que circularam na Imprensa Periódica no momento da Campanha. Cabe ressaltar que o trabalho, além de sistematizar esses artigos, também trouxe novas publicações que não se encontravam em levantamentos anteriores, entendendo a necessidade de pesquisar a partir de 1958, momento em que a discussão sobre a presença da Igreja Católica já estava se fazendo presente em formulações de políticas de ensino e que se consolidou com o substitutivo de Lacerda.

A respeito da circulação de Florestan Fernandes em outras reportagens, artigos e notícias, foi realizada a separação e a organização desses materiais. Além do *O Estado de São Paulo*, o trabalho pesquisou as referências no periódico *Folha de São Paulo*, tendo, assim, como fontes os dois principais jornais de circulação em São Paulo, na virada dos anos 50 para os anos 60. Cabe aqui retomar um ponto importante, a respeito do desenvolvimento da pesquisa. Quando foi feita a coleta de dados, o objetivo inicial era analisar os artigos publicados nos dois periódicos, mas o processo de pesquisa das fontes mostrou que Florestan Fernandes não assinou nenhum artigo na *Folha de São Paulo* no período de 1958 até 1961, e que só foi possível coletar reportagens que falavam sobre a temática e que também citavam a participação do intelectual.

Outro aspecto revelado pelo estudo diz respeito à diferença quantitativa de publicações sobre a Campanha e que tinham o nome de Florestan Fernandes. Na *Folha de São Paulo*, foram mapeadas 17 citações, enquanto no jornal *O Estado de São Paulo*, foram localizadas 74 citações. Além da diferença quantitativa, existe também uma distinção em relação à forma como a linha editorial tratava o movimento. As publicações da *Folha de São Paulo* são muito mais informativas e foram ali publicadas para colocar a presença daqueles debates e assuntos ao leitor, sem muita profundidade e, sobretudo, sem mergulhar a fundo nas pautas e demandas que estavam colocadas.

Já as publicações do jornal *O Estado de São Paulo* cumpriram a importante tarefa em expor, de forma detalhada, quais eram os grupos que articulavam diferentes opiniões sobre a Escola Pública. Pelo fato de a linha editorial ter, naquele momento, explícita opinião sobre o movimento, as publicações deram uma relevante visibilidade, principalmente pontuando o quão prejudicial seria a aprovação do documento de Lacerda. Outro ponto importante diz respeito à pluralidade dos grupos que defendiam a Campanha e, em inúmeras reportagens, coloca-se a imagem de Florestan Fernandes como sendo alguém que, mesmo não tendo a hegemonia do movimento, possuía representatividade e liderança, conseguindo aglutinar visões diferentes, sobre um mesmo objetivo: a defesa da Escola Pública.

Espaços como a seção “Educação e Magistério”, do periódico *Folha de São Paulo* foram de extrema importância para a circulação das temáticas levantadas pelo movimento. As reportagens aqui analisadas, e que foram publicadas nessa seção, podem ser vistas como grandes resumos e sínteses daquilo que estava acontecendo em simpósios e debates. Entretanto, é importante destacar que ao comparar com a presença do tema da Campanha no “Suplemento Literário” do *Estadão*, existe uma diferença quantitativa e qualitativa em relação às publicações. O movimento foi muito mais presente no “Suplemento” do que na seção “Educação e Magistério”, mesmo que as reportagens publicadas fossem de tamanha importância e relevância para o movimento.

Por intermédio tanto dos textos assinados por Florestan Fernandes quanto pela sua circulação na Imprensa, é possível narrar como a sua posição crítica a respeito da educação no Brasil se fez presente em espaços importantes no movimento em defesa da Escola Pública. Em sua opinião, a educação e a cultura eram elementos indispensáveis para que o sujeito pudesse ter consciência de como se dava a sua inserção na sociedade e, principalmente, para perceber as desigualdades e contradições em que estava presente na periferia do capitalismo. Toda essa mobilização e participação debatida pelos dois jornais tomados como fontes, colocam Florestan

em uma posição de intelectual orgânico, comprometido com os interesses das camadas populares e periféricas da sociedade brasileira.

Além da sua origem familiar, a forma como Florestan entendia a sociologia foi fundamental para que “mergulhasse” na Campanha. Entendia que, naquele momento, qualquer transformação na sociedade brasileira deveria passar pelas fileiras do movimento e sendo fundamentais para a construção de uma outra estrutura de sociedade no Brasil.

Por fim, destaca-se que esse trabalho deixa aberta uma série de questões para serem discutidas futuramente, tanto sobre a atuação intelectual de Florestan Fernandes quanto do movimento em defesa da Escola Pública. Uma das principais contribuições que essa pesquisa deixa para o campo de estudos da história da educação é a formação de um mapeamento geral do tema da Campanha e da atuação de Fernandes por meio da Imprensa. Além disso, é notável a importância em perceber como esse espaço foi fundamental não só para as futuras lutas em defesa de uma educação pública de qualidade, mas também para a consolidação de Florestan Fernandes enquanto um intelectual que pensava, abstraía e intervinha na realidade tão desigual, excludente e preconceituosa do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. I. Celebrando Florestan Fernandes e a questão da educação brasileira. *Práxis Educacional*. Vitória da Conquista, BA, v. 6, n. 9, p. 169-186, jul./dez. 2010.

BARÃO, G. de O. D. *As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: o debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria revolução*. 2008. 405 f. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251979/1/Barao_GilcilenedeOliveiraDamasceno_D.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

BARBOZA, M. A.; ARNAUT DE TOLEDO, C. de A. O público e o privado na educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, São Paulo, v. 18, 6 p., dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/44229/pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

BASTOS, M. H. C.; QUADROS, C. de; ESQUINSANI, R. S. S. Luzes e sombras de um projeto: o programa de reconstrução educacional de Anísio Teixeira no Rio Grande do Sul (1952-1964). In: ARAÚJO, M. M. de; BRZEZINSKI, I. (Org.). *Anísio Teixeira na Direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964)*, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 13-50. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/anisio_teixeira_na_direcao_do_inep_programa_para_a_reconstrucao_da_nacao_brasileira_1952-1964.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

BLOCH, M. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar. 2002. 160 p.

BONTEMPI JR, B. A educação brasileira e a sua periodização: vestígio de uma identidade disciplinar. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 43-68, fev. 2012.

_____. O “Grupo de Laerte” e a escrita da história da educação (1962-1972). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, São Paulo, v. 19, 19 p., jun. 2019.

BORGES NETTO, M. *A centralidade da educação na obra do intelectual Florestan Fernandes*. 2016. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maringá, Paraná, 2016. Disponível em: <http://200.129.179.47/bitstream/11612/505/1/M%C3%A1rio%20Borges%20Netto%20-%20Tese.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020

BORGES NETTO, M.; MACHADO, M. C. G. A tarefa dos intelectuais diante da realidade social: denúncia ou combate?. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 65, p. 298-309, out. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v15i65.8642712>. Acesso em: 21 maio 2020.

BRAGA, M. L. de S. A recepção do pensamento de Roger Bastide no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 331-360, dez. 2000. Disponível em: <https://ww>

w.scielo.br/j/se/a/KHqM3T494szLW4g79cWRbbK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL JR., A. da S. Dilema e paradoxo: as formulações de Florestan Fernandes e Gino Germani no início dos anos 1960. In: RASIA, J. M.; SALLES, A. L.; SCALON, C. *Temas da sociologia contemporânea*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 29-54.

BUFFA, E. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez Moraes, 1979, 130 p.

CÂNDIDO, A. A faculdade de filosofia no centenário da abolição. *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 34, 1992.

_____. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CARDOSO, F. H. A paixão pelo saber. In: D'INCÃO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Unesp, 1987, p. 23-30.

CARVALHO, F. G. de. História da educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, n. 3 (27), p. 153-182, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161048010.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 256 p.

COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 256 p.

COUTO, I. R. *O desafio educacional em Florestan Fernandes: contribuições para um projeto de educação democrática para a sociedade brasileira*. 2015. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/9980/1/Ingrid%20Couto.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssso/c/a/4XHZSCstQ7SFCNnM7qZmHds/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2020.

FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2001. 408 p.

FÁVERO, O. (Org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. São Paulo: Autores Associados, 2005. 256 p.

FERNANDES, F. *A conspiração contra a escola pública*. [comentários de] Julio Okumura (Org.)... [et al.]. – Marília: Lutas Anticapital, 2020. 135 p.

_____. *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989. 381 p.

_____. A ideologia dos educadores. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 1, São Paulo, 4 abr. 1959.

_____. A Posição dos Escritores. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 3, São Paulo, 5 dez. 1959.

_____. *A Sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Nacional, 1963. 378 p.

_____. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre “poder institucional”*. São Paulo: Hucitec, 1976, 224 p.

_____. Depoimento. In: _____. *Memória viva da educação brasileira*. Brasília, DF: INEP, 1991, p. 27-60. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002346.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020

_____. Devemos desarmar as crianças?. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 1, São Paulo, 15 nov. 1958.

_____. Diretrizes e Bases a Sansão do Presidente. *O Estado de São Paulo*, p. 15, São Paulo, 28 dez. 1961.

_____. Educação e democracia. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 1, São Paulo, 14 fev. 1959.

_____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 1966. 621 p.

_____. Em defesa da Escola Pública I. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 1, São Paulo, 30 jan. 1960.

_____. Em defesa da Escola Pública II. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 4, São Paulo, 6 fev. 1960.

_____. Em defesa da Escola Pública III. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 4, São Paulo, 13 fev. 1960.

_____. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1960, 423 p.

_____. Florestan Fernandes: a pessoa e o político. *Revista Escrita/Ensaio*. São Paulo. Ano. IV, n. 8, p. 9-39, 1981.

_____. Florestan Fernandes. *Revista Leia*, ano VII, n. 96, p. 25, out. 1986.

FERNANDES, F. Mais uma vez convocados: Manifesto ao Povo e ao Governo. *O Estado de São Paulo*, p. 8, São Paulo, 1 jul. 1959.

_____. Objetivos da Campanha em Defesa da Escola Pública. *O Estado de São Paulo*, p. 14, São Paulo, 24 maio 1960.

_____. O Brasil e os seus contrastes. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 4, São Paulo, 4 out. 1958.

_____. O destino das universidades. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 2, São Paulo, 3 jan. 1959.

_____. O dilema educacional brasileiro. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. *Educação e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1976

_____. Os Escritores e a Escola. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 1, São Paulo, 21 nov. 1959.

_____. O Trabalhador e o Projeto de Diretrizes e Bases. *O Estado de São Paulo*, p. 15, São Paulo, 28 fev. 1961.

_____. Realismo científico. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 1, São Paulo, 19 dez. 1959.

_____. Resenha bibliográfica: "A reforma universitária e a Faculdade de Filosofia" de Valnir. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 2, São Paulo, 23 dez. 1961.

_____. Resistências a mudança social. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, p. 3, São Paulo, 9 dez. 1961.

FOSTER, E. da L. S. A questão racial e a educação democrática em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, O. (Org). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 133-148.

FREITAG, B. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCÃO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora da Unesp, 1987, p. 163-180.

GARCIA, S. G. Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora 34, 2002. 192 p.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1. 496 p.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 192 p.

KONDER, L. *Hegel, a razão quase enlouquecida*. Rio de Janeiro: Campus, 1991. 105 p.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 88 p.

LEHER, R. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1157-1173, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CV5ZhnXmrkWJqCmftGKcd8z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2020.

LIMEIRA, A. de M. Impressos: veículos de publicidades, fontes para história da educação. *Cadernos de História da Educação*, v. 11, n. 2, p. 367-388, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/21702/11911>. Acesso em: 23 set. 2020.

LOMBARDI, J. C. Educação e nacional-desenvolvimentismo (1946-1964). *Revista HISTEDBR On-Line*, Campinas, SP, n. 56, p. 26-45. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v14i56.8640432>. Acesso em: 23 set. 2020.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MAGALDI, A. M. B. de M.; XAVIER, L. N. (Orgs.). *Impressos e história da educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. 165 p.

MARTINS, M. F. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 22, n. 3, p. 131-148, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/FKsBMn3N4njmwQvYW6C3Z5k/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

MAZUCATO, T. P. da S. *Democracia e política na obra de Florestan Fernandes: o momento de interpretação do Brasil (1960-1975)*. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7417/DissTPSM.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 maio 2020.

MÉLO, C. S. *Estado e educação pela imprensa: o debate de Florestan Fernandes ante a lei de diretrizes e bases da educação nacional (1959-1961)*. 2009. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Estadual de Maringá. Paraná, 2009. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/dissertacoes/2009_cristiane_melo.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

MERINO, L. F. L.; RODRIGUES, A. Os inícios de Florestan Fernandes na imprensa paulista. *Revista do CFCH*, Edição Especial SIAC, p. 1-5, 2017.

MOTTA, R. P. S. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 195-216, 2018.

OKUMURA, J. H.; NOVAES, H. T. As cruzadas de Florestan Fernandes em defesa da escola pública nos anos 1950-60. In: FERNANDES, F. *A conspiração contra a escola pública*. [comentários de] Julio Okumura (Org.)...[et al.]. Marília: Lutas Anticapital, 2020, p. 21-50.

OKUMURA, J. H. Florestan Fernandes e o dilema educacional brasileiro. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, [S. l.], v. 9, n. 1, 2020, 19 p. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/10538>. Acesso em: 12 ago. 2020.

_____. *Florestan Fernandes na Assembleia Nacional Constituinte (1987-88): debates, propostas e pensamento educacional*. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp). Marília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/180988/okumurahj_me_mar.pdf?sequence=4. Acesso em: 12 ago. 2020.

OLIVEIRA, M. M. de. O articulista Florestan Fernandes: democracia e educação em tempos de neoliberalismo. In: FÁVERO, O. (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 149-200.

PIRES, M. F. de C. O materialismo histórico-dialético e a educação. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 1, n. 1, p. 83-94, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wR4dmSD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

PORTELA JR., Aristeu. *A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes*. 2013. 148 f. Tese (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2013.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 150 p.

SAID, E. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 127 p.

SANFELICE, J. L. Florestan Fernandes: um intelectual da educação. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. 56, p. 252-265, maio 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v14i56.8640447>. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 99, p. 542-557, ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3SfzvNkdRCpTj33PskBdng/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

SANTOS, E. M. de M. Mitos fundadores da ANPAE: da pureza democrática e humanista à inserção nos projetos políticos e educacionais da ditadura civil-militar de 1964. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 18, 29 p., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/hHjfM58zdWjBDKQPfLgTDvv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SANTOS, M. A. Educação e democracia no pensamento de Florestan Fernandes na década de 1960. In: FÁVERO, O. (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 79-86.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 25. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. 204 p.

SAVIANI, D. Florestan e a educação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 71-87, 1996.

SILVA, A. F. Florestan Fernandes e a educação brasileira nas décadas de 1950 e 1960. In. FÁVERO, O. (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 79-86.

SHIOTA, R. R. *Filhos de Brutus: revolução brasileira e modelo crítico de Florestan Fernandes (1945-1964)*. 2016. 286 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/321427>. Acesso em: 31 ago. 2018.

THOMAS, J.; SOARES, C. L. As crianças tupinambás e sua educação no século XVI: ternura, dor, obediência. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 14, n. 1, p. 23-48, abr. 2014. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38862/pdf_11. Acesso em: 12 ago. 2020.

TOLEDO, C. de. A. A. de; SKALINSKI JR., O. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 48, p. 255-268, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640020>. Acesso em: 23 set. 2020.

TOTTI, M. A. Educação, civilização e implementação capitalista no interior paulista. *Cadernos de História da Educação*, v. 14, n. 2, dez. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/che/article/view/32552>. Acesso em: 21 maio 2020.

VIRGINIO, A S. Educação e sociedade democrática: interpretações sociológicas e desafios à formação política do educador. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, n. 29, jan./abr. 2012, p. 176-212. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/3N9WPJMwdykPjbfLvBHPGpg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2020.